

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

RAPHAEL AMERICANO CÂMARA

COTIDIANO, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA COMARCA DE
VITÓRIA/ES, A PARTIR DE AUTOS CRIMINAIS (1841-1871)

VITÓRIA
2013

RAPHAEL AMERICANO CÂMARA

COTIDIANO, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA COMARCA DE
VITÓRIA/ES, A PARTIR DE AUTOS CRIMINAIS (1841-1871)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do professor Doutor Sebastião Pimentel Franco.

VITÓRIA
2013

RAPHAEL AMERICANO CÂMARA

COTIDIANO, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA COMARCA DE
VITÓRIA/ES, A PARTIR DE AUTOS CRIMINAIS (1841-1871)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do professor Doutor Sebastião Pimentel Franco.

Aprovada em _____ de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Doutor Sebastião Pimentel Franco Universidade
Federal do Espírito Santo
Orientador

Professora Doutora Patrícia Maria da Silva Merlo
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Geraldo Antônio Soares
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Maria Inez Machado Borges Pinto
Universidade de São Paulo.

Para Bia e Mariana Flor, por tudo.

AGRADECIMENTOS

No longo processo de elaboração desta dissertação, muitas pessoas e instituições contribuíram decisivamente e por maneiras diversas. Nesta oportunidade, sinto-me motivado em externar minha gratidão por tanto apoio recebido em momento tão especial e, por vezes, crítico, como o é o desenvolvimento de atividade acadêmica que nos exige tanto fôlego.

Recebam, portanto, meus agradecimentos os professores do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, cuja dedicação à academia impressiona e estimula não só pelo conhecimento científico mas, em grande escala, pelo profissionalismo consubstanciado na mais profunda exigência de aprendizado.

Neste particular ainda, externo meus agradecimentos aos professores doutores Geraldo Antônio Soares e Patrícia Maria da Silva Merlo que, com habitual esmero e elevado espírito acadêmico, fizeram apontamentos que se mostraram fundamentais, razão pela qual busco, na medida do possível, absorvê-los e aplicá-los no corpo desta dissertação.

Também destino meus encômios aos colegas que comigo compuseram o corpo discente, ladeando-me nessa empreitada árdua e desafiadora. Assim, nas divisões das angústias e dúvidas, consegui abrandar a ansiedade e seguir em frente. Em especial, agradeço ao amigo Philipi Gomes Alves Pinheiro, historiador que alcança preeminência e, nem por isso, recusou-se a ajudar-me na indicação de bibliografias e fontes.

A despeito de tanto apoio humano, verdade é que este projeto seria ainda mais difícil não fosse a Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo, que me concedeu auxílio financeiro fundamental para a pesquisa.

Agradecemos ao meu orientador, o professor doutor Sebastião Pimentel Franco, cujos predicados acadêmicos, profissionais e humanos me nortearam não só na elaboração da dissertação, mas, em grande medida, na evolução espiritual e humana, porque exemplo de pai, esposo e mestre.

Aos meus pais e familiares, porque compreenderam minhas ausências, dirijo meus agradecimentos.

Ao Senhor e Deus, razão mesma da minha vida, obrigado.

RESUMO

Este trabalho destina-se ao estudo de sociedade formada por pouco mais de 4 mil habitantes livres, observando como a criminalidade e a violência interferiam e, por vezes, interagiam na comarca de Vitória, na segunda metade do século XIX. Em um período de fértil produção legislativa, será possível asseverar que os ideais da Carta Política de 1824 foram desconsiderados no Código Criminal de 1830, minimamente absorvidos no Código de Processo Criminal de 1832 e rechaçados por completo com a Lei reformadora nº 261, de 3 de dezembro de 1841, restando evidente que a loquacidade legislativa era inconciliável com o parco acesso da população e das autoridades aos ditames legais, de modo que as aspirações democráticas ou não dessas normas pouco influíam no rotina agastada e cruenta do sempre repulsivo processo penal. Mas são exatamente esses autos criminais que vêm retratando, de maneira muito objetiva, a criminalidade e a violência nessa pequena comarca, embora esses autos não sirvam exatamente, em sua dimensão meramente quantitativa, para explicitar esses fenômenos. Não só a violência, como fenômeno amplo demais, não apenas o crime, como instituto meramente legal, mas também a criminalidade, assim considerada como o extrato das relações do delinquente com sua vítima e dos mecanismos de controle social deflagrados nesse contexto de agressões corpóreas e incorpóreas, donde se busca resgatar a vida social daquele tempo. Foi isso que se procurou sindicair. Não só os autos, mas as suas vozes. Não tanto a legislação, mas a sua aplicação no cotidiano.

Palavras-chave: Criminalidade. Cotidiano. Legislação. Autos criminais.

ABSTRACT

This work presents the study of a society of just over 4 (four) thousands free habitants that suffered the interference the criminal and violent activities having to, sometimes, interact with those at small county of Vitória at the second half of XIX century. In a time of such fertile legislative production, it will be possible assert that the ideals behind the politic letter of 1824 were disregarded at the 1930's Criminal Code, and minimally absorbed at the 1932's Criminal Process Code, and completely ignored with the December 3rd 1841 reformative law n°261, making obvious that the legislative loquacity was irreconcilable with the limited access of the populations and the authorities to the legal dictates, in such way that any democratic aspiration, or not, of those norms had little influence at the repulsive penal system. However are those exactly criminal proceedings that presents, in a very objective fashion, the criminal and violent behavior at this small county even though these proceedings do not serve to utterly demonstrate such thing due to the lack of extensive material. Not only the violence as a broader phenomenon. Not only the crime, as a merely legal institute. But also the criminality, here considered as the byproduct of the criminal and its victim relationship, and the social controls mechanisms triggered within this context of bodily assaults, from where the social life of that time had to be retrieved. That was the object of syndication. Not only the proceedings but its' voices. Not so much the legislation, but it application on the daily life.

Key-words: Criminality. Daily-life. Legislation. Criminal proceedings

LISTA DE TABELAS

Tabela 1_População escrava da Província do Espírito Santo (1824-1872).....	34
Tabela 2_População da Província do Espírito Santo.....	35
Tabela 3_Ocupação dos personagens presentes nos autos criminais.....	74
Tabela 4_Grau de instrução dos personagens presentes nos autos criminais.....	85
Tabela 5_Estado civil dos personagens presentes nos autos criminais.....	88
Tabela 6_Tipologia dos crimes cometidos e julgados.....	111
Tabela 7_Tipologia dos crimes por província.....	115
Tabela 8_População do Brasil por província.....	115
Tabela 9_Tipologia da violência praticada pelos homens.....	127
Tabela 10_Armas utilizadas nos atos de violência praticados pelos homens.....	128
Tabela 11_Tipologia da violência praticada pelas mulheres.....	132
Tabela 12_Armas utilizadas nos atos de violência praticados pelas mulheres.....	133
Tabela 13_Tipologia da violência praticada pelos escravos.....	138
Tabela 14_Armas utilizadas nos atos de violência praticados por escravos.....	138

LISTA DE FIGURAS

Figura 1_Vista do povoado da colônia de Santa Isabel.....	31
Figura 2_Terreno do colono Ignaz Helmer em Califórnia, Santa Leopoldina.....	32
Figura 3_Terreno de colono em Santo Antonio, Rio Novo (lado norte).....	33
Figura 4_Planta da Barra da Capitania do Espírito Santo até a vila da Victória.....	37
Figura 5_Perspectiva da vila de Vitória em 1805.....	38
Figura 6_Vista da cidade de Vitória em 1860.....	38
Figura 7_Conjunto arquitetônico da cidade de Vitória.....	41
Figura 8_Casa Verde.....	47
Figura 9_Venda do colono João Geraldo Babihoff.....	48
Figura 10_Hospital da Santa Casa de Misericórdia.....	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
-----------------	----

CAPÍTULO I

1 A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NA SEGUNDA METADE DO OITOCENTOS: DIAGNÓSTICO DE UMA REALIDADE

1.1 INTRODUÇÃO.....	27
1.2 A VIDA SOCIAL NA PROVÍNCIA.....	30
1.3 UMA VITÓRIA POR TODOS OS CANTOS: PAISAGEM GEOGRÁFICA.....	36
1.4 CARACTERÍSTICAS URBANAS DE VITÓRIA.....	39
1.5 ASPECTOS ECONÔMICOS E CULTURAIS DA CIDADE DE VITÓRIA.....	44

CAPÍTULO II

2 CENAS DO COTIDIANO NA COMARCA DE VITÓRIA

2.1 A HISTÓRIA E O COTIDIANO.....	59
2.2 CENAS DO COTIDIANO: AS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM VITÓRIA.....	62
2.3 OS DIFERENTES ESTRATOS SOCIAIS.....	68
2.4 DIVERTIMENTOS E MOBILIDADE NA CIDADE DE VITÓRIA.....	78
2.5 A INSTRUÇÃO NA CIDADE.....	83
2.6 CASAMENTO, CONCUBINATO E CONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIAS.....	87
2.7 SEGURANÇA E TRANQUILIDADE NA VIDA DA CIDADE.....	92
2.8 O PAPEL SOCIAL DO HOMEM E DA MULHER.....	97

CAPÍTULO III

3 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA COMARCA DE VITÓRIA

3.1 INTRODUÇÃO.....	105
3.2 CONCEITUANDO VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE.....	105
3.3 A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE COMO REALIDADE SOCIAL DO SÉCULO XIX.....	107
3.4 O USO DAS FONTES PARA VISUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NA COMARCA DE VITÓRIA.....	108
3.5 O COMPLEXO E CONFLITANTE SISTEMA LEGAL.....	116
3.6 A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE NOS AUTOS CRIMINAIS.....	119
3.6.1 A violência masculina.....	119
3.6.2 A violência feminina.....	129
3.6.3 A violência e a escravidão.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS.....	143
FONTES MANUSCRITAS.....	153
FONTES IMPRESSAS.....	155
PERIÓDICOS.....	160

INTRODUÇÃO

Há um consenso de que, nas sociedades atuais, o índice de criminalidade e de violência é maior que no passado, o que faz com que a população nos dias de hoje viva uma generalização do medo. Assim sendo, poderíamos afirmar que a sociedade viveu em tempos passados sem a presença da criminalidade e da violência? Por pensarmos diferente do enunciado acima, resolvemos fazer um estudo sobre o cotidiano, a criminalidade e a violência na Província do Espírito Santo, a partir de autos criminais, especificamente na cidade de Vitória, entre 1841 e 1871.

A escolha desse arco temporal se deu porque compreende exatamente a alteração substancial no Código de Processo Criminal do Império e as modificações nas legislações judiciárias da época. Ao explorar os Relatórios dos Presidentes da Província do Espírito Santo nessa época, observamos a fala dos governantes relatando ser a população local pacata e ordeira, pouca afeita à criminalidade e à violência. Semelhante constatação fez Adriana Pereira Campos¹ ao afirmar, a partir da análise de ocorrências policiais, que a cidade de Vitória era pacífica, em face à inexistência de perturbações ou crimes graves no decorrer do século XIX. Seria possível, então, dizer que, na Província do Espírito Santo, a violência e a criminalidade inexistiam? Supomos que a resposta seja não.

Na tentativa de sustentar essa resposta, buscaremos traçar, a partir dos autos criminais, o panorama do cotidiano, da criminalidade e da violência na Comarca de Vitória.

A escolha de 1841 se deu em função da reforma empreendida pelos integrantes do Partido Conservador que ascenderam ao poder em 1840. Os conservadores promoveram, a partir de então, alterações na condução política, sobretudo quando realizaram a Interpretação do Ato Adicional de 1834,² pondo fim à descentralização e à autonomia das províncias. Em razão do momento político de instabilidade vivido no Brasil, ocasionando a eclosão de revoltas em diferentes províncias, no período do governo regencial³ que, segundo a visão do

¹ CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais**: direito e escravidão no Espírito Santo no século XIX. 2003. Tese (Doutorado em História Social)- Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

² Vitoriosos depois da abdicação de D. Pedro I, os liberais ascenderam ao poder em 1834 e implementaram reformas de cunho liberal a partir do Ato Adicional. Assim, foi instituído um arranjo institucional, garantindo às elites das províncias poder e autonomia, em razão de que as competências do Estado entre o poder central e as províncias não ficassem comprometidas. Graças à acomodação estabelecida por meio de negociação, respeitando-se as atribuições de cada um, a partir de então, poderes central e provincial passaram a conviver de forma harmônica.

³ Em razão da abdicação de D. Pedro I em 1831 e da menoridade do seu sucessor e filho, instalou-se no Brasil um governo regencial, que vai durar até 1840, quando é antecipada a maioridade do herdeiro do trono, que passou a governar sob a denominação de D. Pedro II. No período regencial eclodiram inúmeras revoltas,

novo grupo que chegou ao poder, colocou em risco a unidade do Império, entenderam estes que havia necessidade de promover reforma no Código do Processo Criminal de 1832, com o objetivo de diminuir o poder municipal e, conseqüentemente, o poder dos chefes locais. A reforma implementada objetivava efetuar práticas de controle da população, dentro da visão indissociável entre “civilização” e “manutenção da ordem”.

O novo Código do Processo Criminal reformado explicitava que competia, a partir de então, aos funcionários da Justiça (chefes de polícia, delegado, subdelegados, inspetor de quarteirão) e não mais aos juizes de paz “[...] vigiar e providenciar, na forma da lei, sobretudo o que pertencer à prevenção dos delitos e manutenção e segurança da tranqüilidade pública”.⁴

Este trabalho busca, de forma mais específica, responder empiricamente às seguintes indagações:

- a) Seria a Província do Espírito Santo uma região pacífica e sua população ordeira, ou a violência fazia parte da sua vida cotidiana?
- b) Que tipos de crimes eram cometidos na província?
- c) Quem mais cometia crimes, os homens ou as mulheres?
- d) É possível traçar um panorama da vida cotidiana da população a partir das fontes analisadas?

O Brasil dos primeiros anos do século XIX presenciou momentos de grandes mudanças. No âmbito político, os parlamentares debatiam a situação do sistema escravista, o conceito de cidadania, a construção do aparelho burocrático, a forma de organização de defesa das fronteiras territoriais, entre tantos outros assuntos. Em termos sociais, observamos que os indivíduos ainda não utilizavam as instituições policiais e judiciárias como forma de resolução de muitas de suas bulhas. Isso pode ser explicado pela criação recente desses aparelhos, os quais foram regulamentados especialmente pelo Código Criminal de 1830 e pelas diversas legislações subsequentes. Sendo assim, é notório que a resolução de muitos conflitos se desse entre as próprias partes, sem o uso do instrumento coercitivo estatal. Entretanto, o Estado se esforçou para manter a ordem nas províncias, mesmo que por vezes fosse necessária sua interferência direta sem a reivindicação dos envolvidos.

A criminalidade constitui-se como um fator presente no cotidiano das províncias. Compreender a sua repercussão possibilita entender, por esse determinado ângulo, a dinâmica

implementadas quer pela massa desprovida de recursos financeiros, quer por grupos elitizados, desejosos de uma maior participação política nos destinos do País. Entre os movimentos revoltosos, tivemos a Cabanagem no Pará (1835-1840), a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845), a Sabinada na Bahia (1837-1838) e a Balaiada, ocorrida no Maranhão, mas que atingiu o Piauí (1831-1841). Como se vê, dois desses movimentos se estenderam para além do período regencial, chegando até os primeiros anos do governo de D. Pedro II.

⁴ Código de Processo Criminal de Primeira Instância do Império do Brasil, 1841.

social da época, assim como os laços firmados, e por vezes rompidos, entre os habitantes capixabas, especialmente porque eram eles que ocupavam os cargos policiais e jurídicos, como delegados, inspetores de quartirão, juízes de paz e jurados. Isso significa que os autores de eventos violentos poderiam ser julgados por pessoas conhecidas e próximas, talvez até vizinhas.

Gostaríamos de destacar que a justificativa pela escolha do tema se deve à formação e à nossa experiência profissional. Somos bacharel em Direito, que exerce profissionalmente a advocacia. Outra razão pela nossa opção deve-se ao fato de que a historiografia ainda dispensa pouca atenção à relação estabelecida entre a sociedade do Oitocentos e as instituições policiais e judiciárias, existindo, portanto, uma lacuna muito grande sobre o conhecimento dessa temática. Assim, acreditamos na possibilidade de suprir essa lacuna, na expectativa de que o estudo que estamos propondo possa trazer importantes contribuições para uma melhor compreensão da vida cotidiana, da criminalidade e da violência no Brasil e, em especial, na cidade de Vitória, Província do Espírito Santo.

Propomos, como objetivos para esse trabalho, entender como a criminalidade e o controle social interferiam na dinâmica social dos indivíduos (livres e escravos) na Comarca de Vitória/Espírito Santo; identificar e categorizar os crimes ocorridos na Comarca de Vitória/ES; evidenciar que a violência fazia parte da vida cotidiana da população; identificar e qualificar os envolvidos nos delitos registrados nos autos criminais. Saber quem eram; qual sua condição social; qual o grau de instrução, ocupação; que tipos de crimes cometiam; compreender o comportamento dos habitantes capixabas diante da estrutura policial e judiciária em virtude da vigilância e do controle social exercido e, ainda, conhecer aspectos da vida cotidiana da província.

O trato com os diplomas judiciários é imprescindível para se entender as contingências ordinárias de cada época, nunca nos alheando delas. Faz-se necessário, portanto, compreender-se o cotidiano, dando luzes não só aos resultados dos julgamentos e às sentenças monocráticas, mas também aos enredos contidos em cada feito, como forma de vislumbrar a criminalidade e a violência na Capital capixaba. Em uma sociedade formada por um quantitativo não tão grandioso, é contundente admitir que o público e o privado interagem constantemente,⁵ inclusive nas diatribes narradas tecnicamente nas fontes utilizadas. Embora os dados estatísticos sejam insuficientes para demonstrar a sensação de perigo, vigilância e

⁵ BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade**: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

coerção vivida pelos habitantes da localidade, acreditamos que uma possível resposta a essas questões possa estar no exame qualitativo dos documentos relacionados com as instituições policiais e judiciárias.

Esta pesquisa utilizará, como fonte, 92 autos criminais, referentes aos anos de 1841 a 1871, e ainda as mensagens de presidente de província. Essas fontes encontram-se no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Por meio dos autos criminais, buscamos enxergar o conflito como uma forma de pulsação social, ou melhor, “[...] uma forma reveladora de ritmo ou de dinâmica social e política, constituindo-se assim objeto por excelência da história [...]”.⁶ Entretanto, acreditamos que devemos iluminar com intensidade as falas dos envolvidos e os trâmites burocráticos a fim de atestar essa assertiva. Portanto, essa averiguação pretendida a partir deste projeto objetiva analisar o cotidiano dos habitantes da Comarca de Vitória a partir de cenas violentas descritas no aparato documental.

Para Machado Helena Toledo Machado, os autos criminais permitem que se faça

[...] a abordagem de aspectos sociais da vida da [população] tais como as relações de amizade, parentesco ou vizinhança, os padrões familiares e mesmo a organização do trabalho e sobrevivência [...] conduz o historiador, em primeira instância ao crime, e deste à sua remontagem, no quadro das tensões sociais que o geraram e na multiplicidade de eventos que o qualificaram como ato social.⁷

De modo geral, os autos criminais nos possibilitam identificar comportamentos e códigos de valores aprovados e reprovados por grupos sociais, informações estas coligidas a partir da análise minuciosa do conteúdo de cada documento. Assim, seguimos a assertiva de Leila Mezan Algranti,⁸ que assegura que os documentos policiais, além de nos permitir traçar o uso do sistema policial no controle da população, fornece-nos valiosas informações sobre o funcionamento da sociedade, uma vez que ilustram aspectos da vida cotidiana.

Os autos criminais são fontes que seguem uma sequência de organização estruturada e formalizada. A Justiça adotou certa padronização no que tange às partes que compõem os autos criminais do século XIX. Tal afirmação se aplica no mínimo para os casos analisados da Comarca de Vitória/ES.

⁶ SOARES, Geraldo Antonio. Cotidiano, sociabilidade e conflito no final do século XIX. **Dimensões: Revista de História da UFES**, Vitória: PPGHIS/CCHN, n. 16, p. 57-80, 2004.

⁷ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 23.

⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

Para a concretização de sua dissertação de mestrado, Arion Mérgar⁹ realizou levantamento da documentação existente no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, constatando existirem naquela instituição um total de 1.145 autos criminais. Estes, segundo o mesmo autor, referem-se a: 269 lesão corporais, 132 homicídios, 71 tentativas de homicídios, 102 injúrias, 8 calúnias, 59 roubos ou furtos, 14 danos, 24 crimes sexuais, 203 para outros tipos de crimes como desobediência, desacato, falsificação, estelionato, fraude, vandalismo etc. Dos autos existentes referentes ao período 1841 a 1871, temos 92 deles já transcritos e digitalizados, que formam os que escolhemos para realizar o estudo.

Vejam os como era estruturado o processo de criação e o trâmite do auto criminal. Este se inicia a partir da denúncia feita pela vítima, parentes ou pelo próprio promotor público (denominados de processos *ex-officio*). Segue-se, então, o auto de corpo de delito, caso o crime seja considerado uma agressão física ou um assassinato. Tendo vestígio do crime, era realizada a qualificação do réu, a inquirição das testemunhas e o recolhimento das provas, verificando-se se de fato aconteceu o crime, para então se identificar o criminoso, “[...] completados todos os procedimentos legais o subdelegado ou o delegado pronunciavam ou absolviam o réu”.¹⁰

Sendo réu pronunciado, a sentença de pronúncia era encaminhada ao juiz municipal para apreciação. Confirmando a denúncia o “[...] processo era enviado para a elaboração do libelo acusatório ao Tribunal do Júri, a quem competia a apreciação da defesa e justificação dos crimes”.¹¹

Como os autos criminais fornecem indícios de como se comportavam os indivíduos em seu cotidiano, acreditávamos que eles revelariam detalhes da vida privada da população. Por intermédio da análise dos relatos dos inquiridos, vislumbramos a ocorrência de incidentes violentos e o perfil dos réus levados a julgamento. O auto criminal consiste em peças produzidas pelas autoridades coatoras, que oferecem a oportunidade de observar o viés utilizado para a construção da ordem nas cidades, em especial, da vigilância dos comportamentos sociais das camadas populares. No que tange à atuação da Justiça na Província do Espírito Santo, as ações da estrutura judiciária são justificadas pelo combate dos crimes cometidos pelos grupos menos privilegiados, considerados potencialmente perigosos.

⁹ MERGÁR, Arion. **A representação do gênero feminino nos autos criminais na Província do Espírito Santo (1853-1870)**. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

¹⁰ RESENDE, Edna Maria. **Entre a solidariedade e a violência**: valores, comportamentos e a lei em São João Del-Rei, 1840-1860. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFGM; Barbacena: Fapemig, 2008. p. 84.

¹¹ RESENDE, 2008, p. 84.

O esforço das autoridades centrava-se no sentido de evitar os pequenos delitos do dia a dia, ocasionados por comportamentos sociais criticados pela comunidade.

Dessa forma, a fonte possibilita-nos reconstruir os momentos em que recaem, implícitas ou explícitas, suspeitas sobre os envolvidos. Possibilita, ainda, verificar os enfrentamentos e as alianças entre eles.¹²

Alinaldo Faria de Souza¹³ diz que o auto criminal permite resgatar as falas dos personagens presentes, sejam réus, vítimas, testemunhas, advogados, juízes, inspetores de quartirão, promotores, possibilitando apreender nas entrelinhas da documentação, os testemunhos das personagens ali presentes. Diz o mesmo autor que esse tipo de fonte, por ser uma série contínua, é bastante elucidativa, pois permite compreender aspectos da vida cotidiana, pois esta penetra no dia a dia dos envolvidos, “[...] desvendando suas vidas íntimas, [...] seus laços familiares e afetivos, registrando o corriqueiro de suas existências, seus valores morais, éticos, suas crenças”.¹⁴

O auto criminal permite-nos também, como diz Sidney Challoub, visualizar os conflitos entre grupos ou indivíduos, possibilitando, assim, evidenciarmos a criminalidade e a violência presentes entre a população da Província. Possibilita, ainda, verificar como os habitantes de uma dada região “[...] pensavam e organizavam seu mundo e, ao mesmo tempo, entender [como] instituíam um próprio mesmo sob a violência [...]”.¹⁵

Recorremos ainda às mensagens dos presidentes de Província a fim de levantar dados estatísticos dos eventos criminais ocorridos, uma vez que, ao final de suas gestões, ou na abertura das legislaturas, eles encaminhavam relatórios de suas administrações, onde aparecem dados estatísticos da criminalidade da província. Nelas estavam registrados os discursos das autoridades governamentais que evidenciavam suas percepções sobre o controle da população e a preocupação com a manutenção da ordem na vida cotidiana.

Embora saibamos que as estatísticas oficiais retratavam apenas uma amostra do número real de crimes cometidos, os que foram comunicados à polícia, acreditamos que essas informações são ricas para que possamos fazer uma aproximação estatística da criminalidade na região.

¹² PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor**: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830- 1888). São Paulo: Annablume, 2003.

¹³ SOUZA, Alinaldo Faria de. **Entre a reclusão e o enfrentamento**: a realidade da condição feminina no Espírito Santo a partir de autos criminais (1845-1870): desmitificando estereótipos. 2007. 142. f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

¹⁴ Ibidem, p. 19.

¹⁵ CHALLOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 26.

Convém destacar, ainda, outra questão abordada por Antonio Luiz Paixão sobre essa problemática:

[...] o problema da confiabilidade das estatísticas oficiais não se esgota na questão da subestimação do volume da criminalidade: há dúvidas também sobre a representatividade das amostras oficialmente detectadas em relação à população criminosa total.¹⁶

Observa-se que, desde a década de 1980, as fontes criminais têm sido utilizadas pelos historiadores a fim de desvendar a vida social e as relações cotidianas das sociedades.¹⁷

Esse tipo de fonte tem servido de base para estudos sobre as relações escravistas brasileiras. Ricardo Alexandre Ferreira¹⁸ analisou as ações praticadas pelos cativos em virtude do mando senhorial e da parceria com pessoas livres. Esse autor, pesquisou uma região com poucos escravos a fim de buscar especificidades nas relações entre senhores e escravos. Para tanto, analisou os processos-crime produzidos no município de Franca, pertencente a então Província de São Paulo, nos quais os escravos foram indiciados como réus em todos os tipos de delitos, no período de 1830 a 1888, isto é, a vigência do Código Criminal do Império.

Para regiões urbanas, o trabalho de Maria Odila da Silva Dias¹⁹ buscou reconstruir as dificuldades de sobrevivência das mulheres paulistas ao longo do século XIX. Uma das fontes utilizadas no trabalho foram os processos-crime, em especial aqueles envolvendo mulheres, escravas, livres ou libertas. As fontes permitiram à historiadora reconstruir as situações de imprevisto vividas diariamente nas ruas da cidade. Essa autora afirma que os desordeiros da cidade eram em sua maioria pobres, com poucas rendas.

Hebe Maria Mattos de Castro,²⁰ a partir de processos crimes de escravos dirigidos à Corte de Apelação, juntamente com inventários *post-mortem*, discutiu os significados de liberdade na sociedade do Rio de Janeiro, no contexto da Abolição. Para tanto, realizou análise da vida dos escravos em seu cotidiano político e cultural.

¹⁶ PAIXÃO, Antonio Luiz. Crime e criminosos em Belo Horizonte (1932-1978). In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-44.

¹⁷ VELLASCO, Ivan de A. Projeto Fórum Documenta: breves reflexões sobre experiências de preservação, pesquisa e divulgação de acessos judiciais. In: RIBEIRO, Gladys Sabino et al. (Org.). **Diálogos entre direito e história: cidadania e justiça**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 339-356.

¹⁸ FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)**. São Paulo: Unesp, 2005.

¹⁹ DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

²⁰ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil-século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1996.

Outro trabalho que se utilizou de processos criminais de escravos foi o de Machado.²¹ Analisando essa fonte, referente a Campinas e Taubaté, na Província de São Paulo, entre 1930 a 1889, a autora evidenciou padrões e tendências da criminalidade de escravos e, a partir dessas análises, reconstruiu o quadro de tensões sociais que ocasionavam os crimes, assim como aspectos do cotidiano da vida escrava, como sua luta pela sobrevivência e alternativas de autonomia que eles encontravam em frente às adversidades que lhes eram impostas.

Challoub, ao analisar processos criminais em que escravos da Província do Rio de Janeiro estiveram envolvidos, revela-nos aspectos das experiências da vida escrava, possibilitando-nos conhecer seus modos de pensar e atuar sobre a sua realidade e como as lutas empreendidas por eles, contribuíram para o processo que culminou com o fim da escravidão naquela cidade.²²

Ainda sobre escravos na região mineira, Alysson Luiz Freitas de Jesus²³ demonstra, por meio de autos criminais, de ações civis de liberdade e cartas de alforria, que boa parte do cotidiano escravista e das estratégias de sobrevivência de homens e mulheres foi construída nas relações entre os indivíduos, permeadas mais por conquistas que por concessões, comprovando que escravos e homens livres compartilhavam do mesmo universo.

Com relação à cidade de São João Del-Rei, no período imperial, o trabalho de Edna Maria Resende²⁴ também utilizou fontes jurídicas. Apresenta uma sociedade na qual a violência eclode de circunstâncias costumeiras. Não há uma violência armada e planejada. As ações são desencadeadas das paixões dos conflitos, a partir de desordem e desavenças.

Outros autores se apropriaram de fontes judiciais para realizar importantes análises de estruturas sociais de diferentes grupos sociais do Brasil do século XIX.

Discutindo as relações familiares e a construção social dos papéis sexuais, Mariza Corrêa, ao trabalhar com processos judiciais, nos quais retratavam homicídios entre casais, de relações estáveis, quer fossem oficiais ou consensuais, evidenciou

[...] de maneira persuasiva que os papéis sexuais não são categorias sociais separadas independentemente definidos por seus atributos inerentes mas são, antes, pólos de uma relação social e derivam seu sentido da natureza institucionalmente definida desta relação[...].²⁵

²¹ MACHADO, 1987.

²² CHALLOUB, 1990.

²³ JESUS, Alysson Luiz Freitas de. **No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-1880)**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

²⁴ RESENDE, 2008

²⁵ CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 12.

Utilizando-se também de documentação judicial, só que com enfoque na questão de gênero feminino, Rachel Soihet²⁶ analisou processos criminais em que mulheres de segmentos populares da cidade do Rio de Janeiro, entre 1890 e 1920, estiveram envolvidas, buscando vislumbrar a possibilidade de recuperar o cotidiano e a história dessas mulheres.

Também trabalhando como crimes praticados por mulheres em Franca, interior de São Paulo, entre 1890 e 1940, Regina Célia de Lima Caleiro²⁷ apresenta-nos a possibilidade de conhecer o cotidiano dessas mulheres, sua identidade e estratégias de sobrevivência na sociedade da qual faziam parte. Evidencia-nos, ainda, que não obstante as elites definirem um modelo idealizado de comportamento para as mulheres, elas encontravam brechas, fugindo ao estereótipo pretendido, que era o recato e a submissão.

Nesse sentido, pretendemos demonstrar a relação dos indivíduos com as instâncias coercitivas, como a Polícia e o Tribunal do Júri, e como os usos dos direitos individuais permeavam o cotidiano capixaba no Oitocentos.

A criminalidade no Oitocentos estava marcada pelos ajustamentos sociais entre os próprios indivíduos. Ivan de Andrade Vellasco,²⁸ ao fazer uso de fontes judiciais e criminais, registra sutilezas peculiares da sociedade oitocentista. Segundo o autor, as estatísticas feitas a partir de registros prisionais têm mostrado um número maior de escravos do que de homens livres. Grande parte dos casos estão relacionados com as atividades de vigilâncias e manutenção da ordem pública nas ruas. Os dados indicam que a atividade da Polícia se voltava para o controle dos comportamentos tidos como indesejáveis, como as desordens públicas, embriaguez e brigas, sobretudo da população escrava urbana, ao passo que as fontes judiciais mostram o oposto, tanto em relação à presença de cativos quanto aos crimes que configuraram a parte mais expressiva da atividade cotidiana das cortes de justiça. Neste caso os homens livres têm presença majoritária e os crimes violentos roubam as cenas. A hipótese do autor é muito coerente, pois “[...] indica uma diferenciação funcional interna ao sistema de justiça criminal, cabendo à polícia atividades de manutenção da ordem nas ruas e vigilância dos escravos, e às cortes a resolução dos conflitos entre os homens livre”.²⁹

²⁶ SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

²⁷ CALEIRO, Regina Célia Lima. **Quando a mulher é a ré**: Franca 1890-1940. Montes Claros: Editora Unimontes, 2002.

²⁸ VELLASCO, 2009, p. 239-256.

²⁹ VELLASCO, 2009, p. 241.

Da mesma forma, Marcos Luiz Bretas³⁰ demonstrou que grupos como as mulheres e os escravos não ocupavam um lugar de destaque nas estatísticas criminais. Entretanto, o autor afirma que a preocupação com a criminalidade feminina cresceu no decorrer do Oitocentos. Da mesma forma a vigilância sobre os escravos. Tal situação seria um reflexo da nova criminologia positivista a qual acarretou mudanças demográficas e culturais. Numa sociedade escravista e paternalista, como a capixaba à época, essas considerações devem ser levadas em conta no trabalho de pesquisa.

Dessa forma, este estudo utiliza o que Bretas³¹ chama de História do Crime para estudar a criminalidade e a violência na Comarca de Vitória. Fazemos uso ainda do suporte teórico de outros estudos, em especial o de Dias,³² para tratar das situações de improviso e das relações de solidariedade nas quais os livres pobres paulistas se envolviam. Assim como a autora, acreditamos que os delitos na Comarca de Vitória eram desencadeados de situações corriqueiras, resultantes do fervor dos momentos de embate. As relações de ajuda mútua entre os indivíduos das pequenas localidades eram algo corriqueiro

Ainda como aporte teórico vamos nos pautar em Max Weber. No que tange à relação entre a estrutura judiciária e a política, Weber aponta que,

[...] toda ordem jurídica (não só a estatal), por sua configuração, influencia diretamente a distribuição do poder dentro da comunidade em questão, tanto do poder econômico quando de qualquer outro. Por 'poder' entendemos, aqui, genericamente, a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta.³³

No sentido da política do Oitocentos, destacaram-se a criação de estruturas jurídicas e códigos de leis, os quais muitas vezes justificavam e sustentavam regimes e governos.

Weber entende a formação do Estado Moderno como um processo apoiado na dominação dita Racional Legal, sobre a qual repousa a crença na validade de estatutos legais e da competência objetiva, fundamentada em regras racionalmente criadas em virtude da disposição de obediência ao cumprimento de deveres fixados nos estatutos. Dessa forma, e ainda segundo Weber, o Estado moderno define-se como,

³⁰ BRETAS, Marcos. **A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

³¹ *Ibidem*, 1997.

³² SILVA, 1995.

³³ WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília/Distrito Federal: Editora da Unb, 1999. p. 175.

[...] uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território pretendeu, com êxito, monopolizar a coação física legítima como meio de dominação e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização [...].³⁴

Assim, compreender as relações entre as instituições modernas, como a Polícia e o Tribunal do Júri, e a sociedade da época possibilita visualizar as formas de controle social impostas em prol da manutenção da ordem.

As práticas disciplinares caracterizam-se por distribuir os indivíduos em espaços fechados e heterogêneos, onde cada um tem um lugar especificado, ao desempenhar também aí uma função útil. Esses locais caracterizam-se por serem intercambiáveis e hierarquizados. No sentido espacial, cada indivíduo ocupa um lugar ao mesmo tempo funcional e hierarquizado, formando um quadro espacial onde se distribui a multiplicidade de indivíduos para deles tirar o maior número de efeitos possíveis. Segundo Michel Foucault,³⁵ as disciplinas implicam também um controle das atividades dos indivíduos, estritamente coordenadas em relação aos horários, ao conjunto dos demais movimentos corporais e aos objetos a serem manipulados, ao buscar obter a utilização crescente das atividades ao longo do tempo.

As disciplinas distribuem espacialmente e controlam temporalmente os indivíduos de modo a obter um funcionamento eficiente do conjunto por meio da composição das forças individuais. O novo poder disciplinar foi, desse modo, um poder voltado para o “adestramento” dos indivíduos. E, para isso, esse poder utilizará alguns mecanismos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. A vigilância hierárquica induz, pelo olhar, efeitos de poder: o indivíduo adestrado deve se sentir permanentemente vigiado.

Como dissemos, esta pesquisa utilizou como fonte documental os autos criminais do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, além dos relatórios dos presidentes de província. Buscaremos, por meio do estudo das ações dos agentes sociais envolvidos em cada cena, reconstituir, e assim entender, as regras de convivência informal que envolviam os habitantes da Comarca de Vitória e foram objeto de investigação das autoridades locais.

Em primeiro lugar, realizamos a coleta dos dados para o exame qualitativo do corpo documental. Como os documentos se encontram manuscritos, partimos da leitura e resenha de todo o documento, após prepararmos o banco de dados para coleta dos elementos quantificáveis e, em seguida, a inserção dos dados. Completa a tarefa, submetemos os dados a tratamento estatístico para a produção de quadros, tabelas e gráficos. De posse desses

³⁴ Ibidem, p. 528.

³⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 19. ed, Petrópolis: Vozes, 1987.

elementos agregados e agrupados, partimos para a análise qualitativa, tendo como guia exatamente os indícios encontrados na análise quantitativa.

Por tratar-se de um estudo regional, é determinante o horizonte reduzido do pesquisador ao objeto. Sendo assim, a opção da pesquisa é por um estudo microanalítico. Nessa forma de abordagem, os dados empíricos constituem um conjunto total de materiais capazes de permitir a individualização dos mecanismos e engendramentos da sociedade, cujos limites ultrapassam o objeto e as categorias historiográficas que os informam.

Optamos, ainda, pelo modelo de investigação indiciária, que, de acordo com Carlo Ginzburg,³⁶ encontra suas raízes por volta do século XIX e se baseia em análises qualitativas por meio da observação de detalhes. Para o presente estudo, empregamos a resenha minuciosa dos processos e das cartas policiais com o objetivo de anotar as falas, as expressões, os eventos, os nomes, entre outros, para dar condições de observação dos detalhes que iluminam situações do passado ainda incompreensíveis e imperceptíveis aos habitantes de uma realidade distante do ponto de vista temporal, social, político e cultural. Com essa estratégia, pretendemos seguir o paradigma indiciário que sugere a investigação histórica segundo o reconhecimento de sinais e evidências que possam trazer à luz da pesquisa alguns traços ainda desconhecidos.

Sabemos que existem defensores do uso desse tipo de fonte como fonte histórica, assim como aqueles que nos lembram dos percalços que esse tipo de fonte apresenta. Para Joana Maria Pedro,³⁷ as fontes judiciárias permitem “[...] captar a concretude do cotidiano, perceber a trama das relações se fazendo [...]”. A mesma autora diz que existem os que se opõem ao uso desse tipo de fonte, uma vez que

[...] os casos narrados tratam-se de momentos extraordinários da vida dos acusados, dessa forma, como captar a vida do dia-a-dia? As vozes [...] são filtradas pelos escrivãos, como ouvi-las? Tratam-se de discursos construídos no interior de uma trama de muita tensão. Da parte dos acusados e testemunhas trata-se muitas vezes de adaptar os discursos àquilo que acreditam que os homens do aparato jurídico querem ouvir, procurando fugir assim à incriminação. Como acreditar em seus depoimentos? Como ver neles a concretude do cotidiano?³⁸

³⁶ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁷ PEDRO, Joana Maria. Processos judiciais como fonte histórica: a concretude e o uso. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

³⁸ *Ibidem*.

Celeste Zenha³⁹ diz que os processos criminais apresentam um conjunto de múltiplas versões, o que impossibilita chegar aos fatos da verdade, verificando como eles aconteceram realmente.

Para Maria Cristina Martinez Sato,

[...] não importa que as circunstâncias dos crimes sejam versões. Cada versão é formulada com o objetivo de incriminar o réu ou livrá-lo da acusação. Dessa forma, as versões produzidas, mesmo não sendo totalmente fidedignas, são dotadas de sentido e capazes de explicar os atos envolvidos. Assim, essas formulações ganham relevo à medida que são portadoras de valores culturais. Por meio da investigação das circunstâncias e motivações dos crimes e da análise das diferentes versões podemos nos aproximar dos laços culturais existentes entre os indivíduos.⁴⁰

Portanto, é preciso buscar, como diz Vellasco, evidenciar as características da configuração social, tentar reconstituir o local e o movimento dos atores onde estes realizam suas ações.⁴¹

Quanto à utilização das mensagens de presidentes de província encontramos um total de 36 relatórios, entre os anos de 1841 a 1871. Destes, seis referem-se a “Fallas” dirigidas à Assembleia Legislativa Provincial, quatro delas abrindo a citada Assembleia e duas quando da abertura de sessão ordinária naquela casa legislativa. Encontramos ainda 34 “Relatórios”, oito referem-se à abertura da Assembleia Legislativa Provincial, onze referentes à abertura de sessão ordinária naquela casa legislativa e onze quando da transmissão do cargo.

Como já dissemos, dois motivos levavam os governantes a apresentarem esses relatórios: “[...] fazer uma espécie de ‘prestação de contas’ à Assembléia Legislativa Provincial, em circunstâncias especiais, como, por exemplo, quando deixavam a Presidência, ou em virtude da reunião anual da abertura da Assembléia”.⁴²

Por ser um documento oficial, o seu conteúdo buscava influenciar quem os lesse. Os discursos são sempre eloquentes, mostrando o lado positivo de suas administrações e ainda apontando as dificuldades que encontraram, talvez assim se redimindo por aquilo não foi possível realizar.

³⁹ ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10., p. 123-146, mar./ago. 1995.

⁴⁰ SATO, Maria Cristina Martinez. **Pobreza e conflito (1860-1935)**. São Paulo: Annablume, 2001.

⁴¹ VELLASCO, 2004.

⁴² RESENDE, Fernanda Mendes; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da política educacional em Minas Gerais no século XIX: os relatórios dos presidentes de província. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas/SP: Editora Autores Associados. n. 2, p. 79-115, jul./dez. 2001.

Alguns relatórios eram mais minuciosos que outros. Uma explicação para isso pode ser o tempo que o governante ficou no poder. Aqueles que permaneciam maior tempo tinham mais obras realizadas a serem apresentadas.

Em geral, esses relatórios apresentavam uma estrutura muito parecida. Iniciam-se com os cumprimentos à Assembleia Legislativa Provincial, em seguida abordavam os ramos do serviço público, que são: tranquilidade pública, segurança individual e força pública; agricultura, comércio e indústria; instrução, culto religioso, estabelecimento de caridade e saúde pública; administração das rendas, Secretaria do governo. Às vezes apareciam outros itens, como: iluminação pública; estradas e obras públicas; câmaras municipais; catequese e civilização dos indígenas; colonização estrangeira.

Este trabalho se divide em três capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos o panorama da Província do Espírito Santo, entre o período de 1841 e 1871, evidenciando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais da região. Focalizamos, ainda, de forma cronológica, os acontecimentos mais significativos ocorridos, buscando fazer uma conexão com os acontecimentos nacionais.

Mostramos, por fim, as transformações ocorridas com o advento da atividade cafeeira, quando a economia local possibilitou a vinda de imigrantes estrangeiros e a ocupação de vazios demográficos no interior da província, assim como incrementou as atividades comerciais na Capital e no interior.

No segundo capítulo, discutimos a vida cotidiana e a criminalidade na província e na Comarca de Vitória.

Inicialmente, fizemos uma discussão dos conceitos de cotidiano e criminalidade. A partir do uso das fontes, buscamos evidenciar a vida cotidiana da população, mostrando a sua faina diária, os seus conflitos, os arranjos e as acomodações, o índice e os diferentes tipos de criminalidades. Buscamos caracterizar a população local, pesquisando o grau de instrução e o estado civil predominante. Por fim, discutimos a questão do controle social exercido pelas autoridades constituídas no sentido de tentar normatizar a população.

No terceiro capítulo, discutimos o conceito de violência para, em seguida, buscar evidenciar a presença da violência nessa sociedade, mostrando como ela se dava, e como a população a percebia. Dividimos os casos de violência em três tipos: a violência masculina, a violência feminina e, por fim, a violência e a escravidão. Elencamos, a partir das fontes, os diferentes tipos de violência que eram cometidos entre esse grupo social.

CAPÍTULO I

1 A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NA SEGUNDA METADE DO OITOCENTOS: DIAGNÓSTICO DE UMA REALIDADE

1.1 INTRODUÇÃO

Como já dissemos, por opção estamos realizando um estudo de história regional. Entendemos que, para falar de cotidiano, criminalidade e violência na Província do Espírito Santo, entre 1841 e 1871, faz-se necessário, inicialmente, traçar um panorama da região, enfocando sua estrutura política e social, as atividades econômicas e a vida cultural e religiosa.

Ao traçar essa radiografia, buscamos criar uma conexão do local com a realidade brasileira, verificando a influência do Poder Central e como este se irradiava na Província do Espírito Santo.

Embora o arco temporal tenha duração de quatro décadas, em alguns momentos, tivemos que recuar no tempo, para evidenciar processos de continuidade e de descontinuidades que existiram no campo político, social ou econômico.

Entre 1841 e 1871, o Brasil e a Província do Espírito Santo passaram por grandes transformações. Na economia ocorreu o crescimento vertiginoso da produção e exportação do café, que se tornou o sustentáculo da economia, tanto para o País como para o Espírito Santo. O crescimento da produção acarretou também um crescimento da exportação, ocasionando um aumento significativo do volume de arrecadação de impostos. O crescimento da arrecadação, conseqüentemente, possibilitou a diversificação das atividades produtivas.

Em seu relatório de final de governo, o presidente da Província do Espírito Santo⁴³ nos dá bem uma dimensão de como a arrecadação crescia: em 1844 era de 29:198\$690, em 1850, 39:739\$171 e em 1851 já era de 42:086\$117 mil réis, o que demonstra um aumento importante.

O crescimento da produção de café logo suplantou a produção da cana-de-açúcar, motivado pelos altos preços que o café atingia no mercado internacional. Essa produção “[...]”

⁴³ “RELATÓRIO que o Exm. Presidente da Província do Espírito Santo, o Bacharel José Bonifácio Nascentes d’Azambuja, dirigiu à Assembléa Legislativa da mesma Província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852. Victoria: Typographia Capitaniense de P.A. d’Azeredo. 1852.”

se estendeu não só pelas terras incultas, mas em áreas até então destinadas à cana de açúcar e produtos diversos, cultivados em pequenas e médias propriedades”.⁴⁴

Convém assinalar, ainda, que o escoamento da produção cafeeira foi determinante para a melhoria das vias de comunicação, com a abertura de estradas, caminhos, melhoria nas instalações portuárias, desobstrução de rios, uso de embarcações a vapor e mais tardiamente a construção de ferrovias.

No campo social, tivemos o fim do tráfico de escravos que, já desde 1831, por lei, havia sido aprovado, mas que só se tornou efetivo em 1850, com a promulgação de uma nova lei, quando presidia o Gabinete do Governo Imperial o senador Eusébio de Queiroz.⁴⁵ Outras leis abolicionistas foram sancionadas, como a do Ventre Livre de 1871, que libertava as crianças escravas nascidas a partir de então, sem contar as inúmeras sociedades abolicionistas que foram sendo criadas no decorrer da segunda metade do século XIX.

Outro acontecimento importante foi a chegada de imigrantes estrangeiros europeus, sobretudo no final da década de 1840. É bem verdade que os imigrantes começam a chegar aqui logo após a vinda da família real portuguesa para o Brasil.⁴⁶

No caso do Espírito Santo, os primeiros imigrantes que aqui aportaram foram os açorianos, em 1813, formando um núcleo populacional em Viana, graças à intervenção do governador Francisco Alberto Rubim, que era próximo ao intendente da Polícia no Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana.⁴⁷ O maior volume entretanto chegou a partir de 1847, quando é criada a Colonia de Santa Isabel. Desde então, houve uma tendência do número de imigrantes crescer sobretudo porque, logo depois, foram criadas outras colônias, como a de Santa Leopoldina em 1857, também de caráter oficial, como a de Santa Isabel, e uma outra, de caráter particular, criada em 1854, em Rio Novo. A chegada desses imigrantes será responsável por profundas mudanças na estrutura do País, em especial ao Espírito Santo, como veremos mais adiante.

Na política, embora o País fosse governado pelo Imperador D. Pedro II, mudanças na direção de Gabinete Ministerial, que ora estava nas mãos do Partido Liberal ora na do Partido Conservador, assim como o crescimento da corrente política adepta da República resultavam que no País se vissem momentos de grande instabilidade política.

⁴⁴ FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A república e o Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Multiplicidade, 2012.

⁴⁵ Sobre o fim do tráfico de escravos ler: RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas/SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2000.

⁴⁶ SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **Fazer a América**: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999. p. 273-313.

⁴⁷ BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **O povoamento do Espírito Santo**. Vitória: Obras Pavonianas, 1976.

Destacamos que, já nos anos de 1820, segundo Maria Lígia Prado,⁴⁸ o Brasil vivia a formação de dois grandes projetos para o Estado: os conservadores adeptos da continuidade da Monarquia e os liberais também favoráveis à Monarquia, só que eles desejavam a laicização do Estado e da educação, sob a égide de um governo em que as liberdades econômicas vigentes fossem mantidas.

Com a abdicação de D. Pedro I em 1831, os liberais foram os grandes vitoriosos na contenda política que travaram com o Imperador. Assim em 1834, pelo Ato Adicional, foi possível implementar reformas, que ensejariam maior liberdade às províncias embora o cargo de presidente provincial fosse designado pelo Governo Central. As províncias puderam, a partir de então, gerir seus negócios. Segundo José Murilo de Carvalho,⁴⁹ com o Ato Adicional, as elites provinciais passaram a ter maior participação política e poder decisório. Se é verdade que esse projeto do grupo liberal se tornou hegemônico, também o foi, como assevera Miriam Dolhnikoff,⁵⁰ efetivado nesse momento por negociação, uma acomodação do grupo vitorioso com o grupo antagônico, leia-se no caso, os conservadores.

Em 1837, segundo Dolhnikoff,⁵¹ os conservadores passaram a ser o grupo político hegemônico. Ao ascenderem, propõem reformas políticas, especialmente em 1840, com a lei de interpretação do Ato Adicional o que levou ao retorno da centralização do poder nas mãos do Governo Central.

A vitória dos conservadores não significou, nas palavras de Júlio César Bentivoglio,⁵² uma ruptura completa com o que prevalecia na época dos liberais no poder. Muitas das prerrogativas provinciais permaneceram, mesmo com o retorno da centralização do poder.

No campo econômico, Eucélia Maria Agrizzi Mergár⁵³ diz que mudanças efetivas ocorreram uma vez que as províncias passaram a legislar sobre os tributos de importação, o que foi alterado em 1840 com a Interpretação do Ato Adicional.

Iniciando a segunda metade do século XIX, surgem na Província do Espírito Santo surtos epidêmicos. Em 1850, a febre amarela aparece pela região sul da província e se espalha

⁴⁸ PRADO, Maria Lígia. **A formação das nações latino-americanas**. 2. ed. São Paulo: Editora Atual, 2006.

⁴⁹ CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 1998.

⁵⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origem do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

⁵¹ Ibidem.

⁵² BENTIVOGLIO, Júlio César. **Os negócios do Império**: a política brasileira no início do Segundo Reinado (1840-1860). Catalão: Ufg, 2007.

⁵³ MERGÁR, Eucélia Maria Agrizzi. **Repartição da competência tributária no Império e seus efeitos na Província do Espírito Santo (1836-1850)**. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

por todo seu território.⁵⁴ De acordo com o presidente da província, essa epidemia fez “[...] desastrosa residência por quase cinco meses consecutivos, causando estragos, promovendo o lucto e a tristeza, e ceifando [...] mais de 300 vidas”.⁵⁵

Quatro anos depois é a vez de outra epidemia aparecer, o cólera, segundo um jornal local, ceifando 1.300 pessoas.⁵⁶

As epidemias provocaram mudanças na composição social da população, pois o número de mortos foi significativo. Dos registros oficiais, mais de duas mil pessoas morreram, o que impactou na economia, pela diminuição de braços na lavoura, principal atividade econômica da província, além, é claro, do impacto produzido na elevação do custo de vida, por causa do aumento de preço dos produtos, como a farinha, o feijão e a carne.

1.2 A VIDA SOCIAL NA PROVÍNCIA

Até o advento da expansão cafeeira e mesmo da chegada dos imigrantes europeus, a Província do Espírito Santo se caracterizava por grandes vazios demográficos e pela baixa densidade populacional. Basicamente, as povoações estavam restritas às faixas litorâneas.

Desde sempre, Vitória, a capital da província, juntamente com outras áreas adjacentes, foi sempre a região mais densamente povoada. No norte, São Mateus era outro importante núcleo populacional. Com o crescimento da produção cafeeira na região sul, começa a crescer sua população, sobretudo por receber essa área um grande afluxo de fazendeiros, que vinham acompanhados de seus escravos, originários do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que para cá se dirigiam em busca de terras que apresentavam preços mais baratos, segundo Vilma Paraíso Almada.⁵⁷ Juntamente com esses novos fazendeiros, vinham escravos que passaram a trabalhar nas lavouras de café.

O fluxo populacional tendeu a crescer ainda mais, graças à política imigratória, que o Governo Imperial executou, criando colônias para assentamento de imigrantes, sobretudo na região serrana da província. Como já mencionamos, três colônias foram criadas. Em Santa

⁵⁴ OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

⁵⁵ “RELATÓRIO com que o Exm. Senhor Filipe José Pereira Leal, presidente da Provincia do Espirito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléa Legislativa, no dia 23 de maio do corrente anno. Victori: Typographia Capitaniense de P.A. d’Azeredo, 1851, p. 15.”

⁵⁶ Jornal Correio da Victoria, 15-3-1856.

⁵⁷ ALMADA, Vilma Paraíso. **Estudos sobre a estrutura agrária e cafeeira no Espírito Santo**. Vitória: SPDC-UFES, 1993.

Isabel, predominaram imigrantes de origem teuta. A seguir, uma vista do povoado principal dessa colônia em 1869, em uma foto do alemão Albert Richard Dietze.

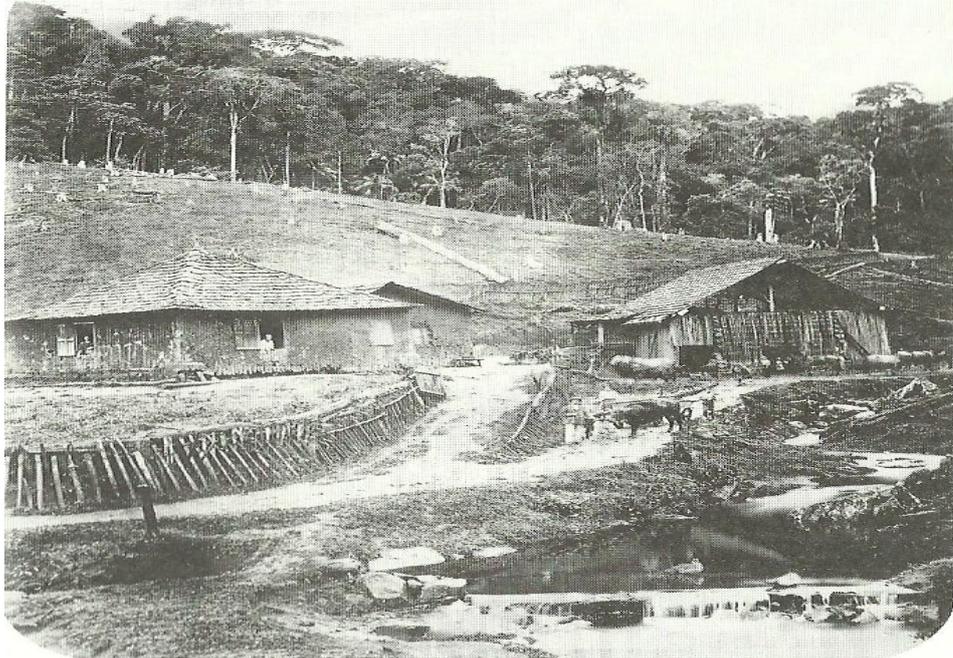
Figura 1 – Vista do povoado da colônia de Santa Isabel⁵⁸



Em outra colônia, a de Santa Leopoldina (Figura 2), predominaram imigrantes alemães, mas também recebeu pomeranos, holandeses, luxemburgueses e suíços, entre outros.

⁵⁸ LOPES, Almerinda da Silva. **Albert Richard Dietze**: um fotógrafo alemão no Brasil do século XIX. Vitória: Gráfica e Editora A1, 2003. p. 54.

Figura 2 – Terreno do colono Ignaz Helmer, em Califórnia, Santa Leopoldina⁵⁹

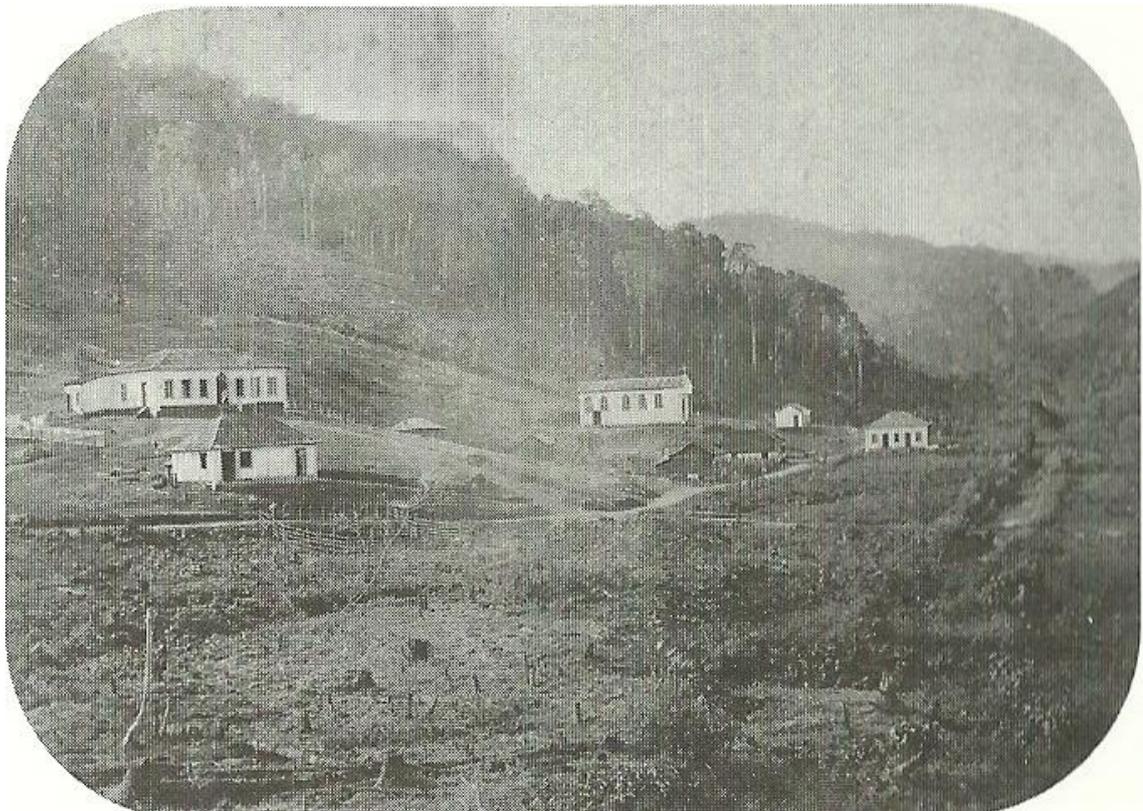


A outra colônia foi a de Rio Novo,⁶⁰ onde predominaram os descendentes de origem italiana, embora também tivessem imigrantes de outras nacionalidades, inclusive chineses (Figura 3).

⁵⁹ LOPES, 2003, p.171

⁶⁰ COSTA, Luciana Osório. **A colônia de Rio Novo (1854-1880)**. 1981. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

Figura 3 –Terreno de colono em Santo Antonio, Rio Novo (lado norte)⁶¹



Os imigrantes ocuparam áreas despovoadas no interior da província. Os dados a seguir evidenciam que o crescimento populacional da província foi uma realidade, pela vinda dos imigrantes europeus, pelo incremento da economia ou pelo crescimento da produção cafeeira. Nara Saletto⁶² diz que, em 1824, a população da província era de 35.552 habitantes, em 1856, elevou-se para 49.092 habitantes e em 1872 já passava de 82.137 habitantes. Alguma ainda a mesma autora que

O café atraiu um importante fluxo migratório de outras províncias, em particular do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os imigrantes eram tanto fazendeiros, que vieram com escravos [...] se instalar na região Sul, onde ocuparam vastas extensões de terra e formaram fazendas, quanto, e muito mais numerosos, modestos agricultores que abriram sítios, e escravos provenientes do tráfico interprovincial.

⁶¹ LOPES, 2003, p. 268.

⁶² SALETTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: Edufes, 1996. p. 65.

A população livre foi sempre maior que a população escrava na Província do Espírito Santo. Fabíola Martins Bastos⁶³ apresenta dados nos quais fica evidente essa assertiva (Tabela 1).

Tabela 1 - População escrava da Província do Espírito Santo, 1824-1872

População da província	1824	1827	1843	1856	1872
Livres	22.225	22.931	21.122	36.823	59.478
Escravos	13.128	12.948	10.376	12.269	22.659
Total	35.353	35.879	31.498	49.092	82.137

FONTE: Bastos, 2009, p. 30.

Convém destacar que a tendência de a população livre estar sempre crescendo deve-se ao fim do tráfico, às leis abolicionistas e à chegada dos imigrantes.

Esse número de habitantes seria certamente maior, se não tivessem ocorrido tantas mortes com os surtos de febre amarela, varíola e cólera.

O município de Vitória, entre 1840 e 1870, compreendia as seguintes freguesias: Cariacica, Queimado, Espírito Santo (Vila Velha), Carapina e Santa Leopoldina. Vizinhos à Capital, as localidades de Serra e Nova Almeida abarcavam significativo contingente populacional.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo populacional dos municípios da província, entre 1840 e 1870 (Tabela 2). É perceptível a pequena divergência populacional quanto ao ano de 1856, comparada à Tabela 1, explicada pela imprecisão nos números apresentados nos relatórios dos presidentes de província e decorrente da inexistência de censos demográficos oficiais.

⁶³ BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidades**: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872. 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

Tabela 2 – População da província do Espírito Santo

Localidade	1843	1856	1871
São Mateus	3.431	3.602	4.602
Barra de São Mateus	1.222	2.213	2.801
Linhares	815	964	8.248
Nova Almeida	3.269	2.513	1.856
Santa Cruz	-	2.836	3.089
Serra	3.330	2.525	3.753
Viana	-	3.502	4.996
Vitória	10.611	14.643	17.700
Espírito Santo	1.235	1.311	1.119
Guarapari	2.508	3.237	5.513
Benevente	2.365	2.930	3.772
Itapemirim	3.934	4.049	6.693
Cachoeiro de Itapemirim	-	4.049	13.442
Total	37.720	48.374	77.584

Fonte: Diversos relatórios de presidentes da Província do Espírito Santo.

Como se pode verificar, a população da Capital e da zona central teve sempre o maior quantitativo da província, até mesmo quando a população da região sul crescia de forma vertiginosa pela expansão da produção de café.

Por Vitória ter o maior contingente populacional, por ser o polo econômico, em razão da exportação da produção cafeeira, e onde se concentrava o maior número de casas comerciais e ainda por ser a sede do poder governamental e, por fim, por apresentar este município o maior contingente de registro de criminalidade, falemos sobre essa cidade.

1.3 UMA VITÓRIA POR TODOS OS CANTOS: PAISAGEM GEOGRÁFICA

A cidade de Vitória apresentava-se, na segunda metade do século XIX, como uma comarca judicial e como núcleo das atividades administrativas e comerciais da região. Nela os fazendeiros negociavam a venda da colheita e os comerciantes se juntavam aos moradores para se entreterem nos divertimentos locais.

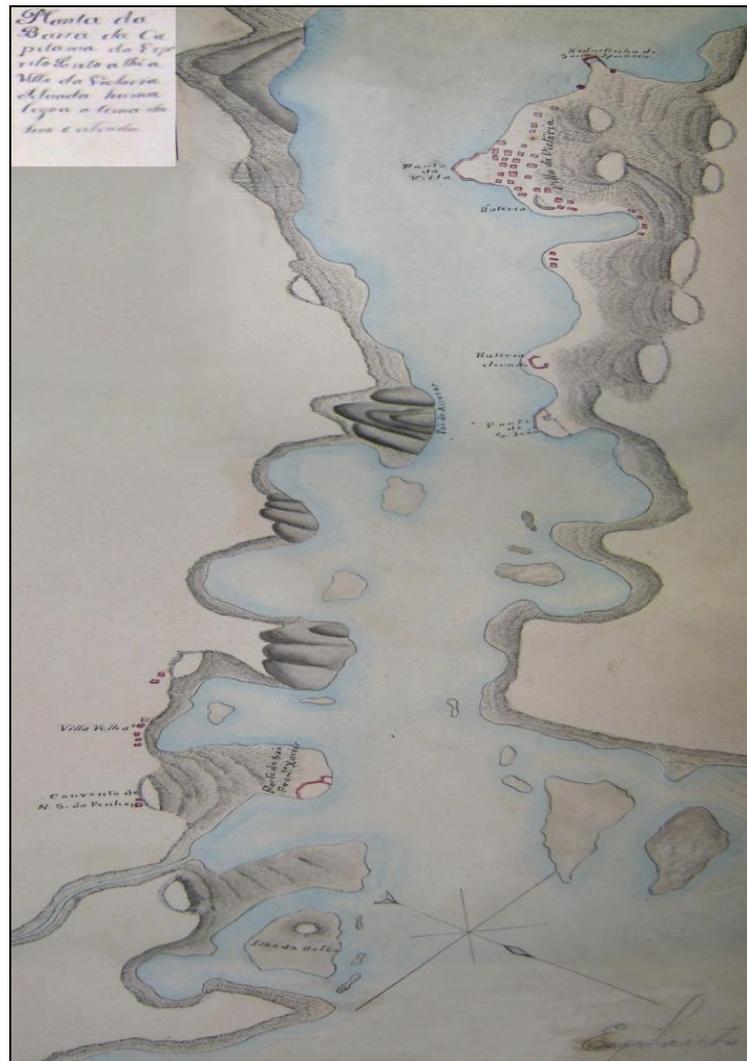
Especialmente, a Capital constituía-se por planícies e porções mais elevadas. Sua ocupação demográfica restringiu-se à barra da ilha, parte antiga da cidade.

A presença de pequenas elevações de terreno pode ter contribuído para a fixação da população em determinados locais, à beira-mar e estreitados na barra da ilha, de frente para o morro do Penedo, também conhecido na época por Morro do Açúcar, inspiração para os poetas locais.⁶⁴

A planta a seguir foi desenhada no final do período colonial e retrata o acesso pela baía à capital, Vitória. Apesar de ser de um período anterior ao marco cronológico deste trabalho, resolvemos utilizá-la, pois, do período colonial até a fase imperial, poucas mudanças se concretizaram na paisagem da cidade. Nela é possível verificar que o núcleo de povoação se concentrava, como já pronunciado, na porção insular de Vitória.

⁶⁴ BASTOS, 2009, p. 31.

FIGURA 4 – Planta da Barra da Capitania do Espírito Santo até a vila da Victoria⁶⁵



As fontes iconográficas de Vitória da segunda metade do século XIX corroboram a afirmação de Bastos, pois é possível visualizar a presença de edificações no limiar da barra da ilha. Como exemplo, podemos analisar comparativamente duas imagens da parte urbana da Capital (a barra da ilha), produzidas em períodos distintos, que, quando colocadas lado a lado, dão a impressão de que a ocupação da porção antiga da cidade se manteve circunscrita à mesma área da barra: a primeira imagem foi produzida na primeira metade do século XIX, precisamente em 1805, e a segunda é uma iconografia feita pelo fotógrafo Victor Frond, em 1860 (Figuras 5 e 6).

⁶⁵ BASTOS, 2009.

FIGURA 5 – Perspectiva da vila de Vitória em 1805⁶⁶



Reparem que os contornos em 1860 são idênticos aos de 1805, conforme se visualiza na figura a seguir.

FIGURA 6 – Vista da cidade de Vitória em 1860⁶⁷



⁶⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart; BRUNA, Paulo; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001

⁶⁷ TSCHUDI, Johann Von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

1.4 CARACTERÍSTICAS URBANAS DE VITÓRIA

A configuração geográfica e espacial da Capital da Província do Espírito Santo mereceu algumas descrições em textos confeccionados por visitantes estrangeiros. Muitos naturalistas de outros países visitaram o Brasil e o Espírito Santo. Em sua obra sobre viajantes estrangeiros ao Espírito Santo, Levy Rocha⁶⁸ elenca os viajantes que aqui estiveram entre 1841 e 1871: João Théodore Descourtilz (1851), Eduardo Wilberforce (1851), Auguste François Biard (1860) e Jean Jacques Tschudi (1860).

Esses viajantes vinham com seus diários de bordo para pesquisar a fauna, a flora e os costumes locais.

Para grande parte dos viajantes europeus [...] a América era entendida como um território virgem e que possuía uma abundante natureza, verdadeiro laboratório a céu aberto para a aplicação empírica dos diferentes ramos do conhecimento científico. Ao mesmo tempo que lançavam um olhar sobre a natureza americana, produziam representações sobre uma certa ‘imaturidade’ política, econômica e cultural dos latino-americanos⁶⁹

Em verdade, esses viajantes tinham uma concepção verticalizada de que a Europa tinha um papel mais importante, enquanto a América desempenharia um papel periférico. Embora “[...] evidenciem versões, mais do que fatos”,⁷⁰ permitem que possamos entender como eles viam ou imaginavam a província.

Os viajantes que estiverem no Espírito Santo apresentaram visões de povoados, cidades, habitantes, modos de vida, aspectos culturais e religiosos. Um diário bem conhecido é o do botânico Auguste Saint-Hilaire, que visitou a província em duas oportunidades, uma em 1818 e outra em 1833, e também Maximiliano de Wied-Neuwied, que visitou o Espírito Santo em 1818.

Em sua primeira viagem ao Espírito Santo, Saint-Hilaire dá sua visão sobre a arquitetura da então vila de Vitória

As ruas de Vitória são calçadas, porém mal; têm pouca largura, não apresentando qualquer regularidade. Aqui, entretanto, não se vêem casas abandonadas, como na maioria das cidades de Minas Gerais. Dedicados a agricultura, ou a um comércio regularmente estabelecidos, os habitantes da

⁶⁸ ROCHA, Levi. **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1992.

⁶⁹ FRANCO, Stella Maris Scatena. **Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

⁷⁰ BELLUZZO, Ana Maria. A propósito d’ O Brasil dos viajantes. **Revista da Universidade de São Paulo**, Dossie dos viajantes, São Paulo, Universidade de São Paulo, p. 10, jun./ago. 1996.

Vila da Vitória não estão sujeitos aos mesmos reveses dos cavadores de ouro e não têm motivo para abandonar sua terra natal. Cuidam bem de preparar e embelezar suas casas. Considerável número delas tem um ou dois andares. Algumas têm janelas com vidraças e lindas varandas trabalhadas na Europa. A vila da Vitória não tem cais; ora as casas se estendem até a baía, ora se vê, na praia, terreno sem construção, que tem sido reservado para embarque de mercadorias. A cidade também é privada de outro tipo de ornato: não possui, por assim dizer, qualquer praça pública, pois a existente diante do palácio é muito pequena, e com muita condescendência é que se chama de praça a encruzilhada enlameada que se prolonga da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até a praia. Há na vila da Vitória, algumas fontes públicas, que também não concorrem para embelezar a cidade, mas, pelo menos fornecem aos habitantes água de excelente qualidade.⁷¹

O príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, ao visitar a capital, Vitória, também em 1818, diz que a vida da cidade se caracterizava pela morosidade, parecendo esta ser uma cidade morta, tendo quase ausência de visitantes:

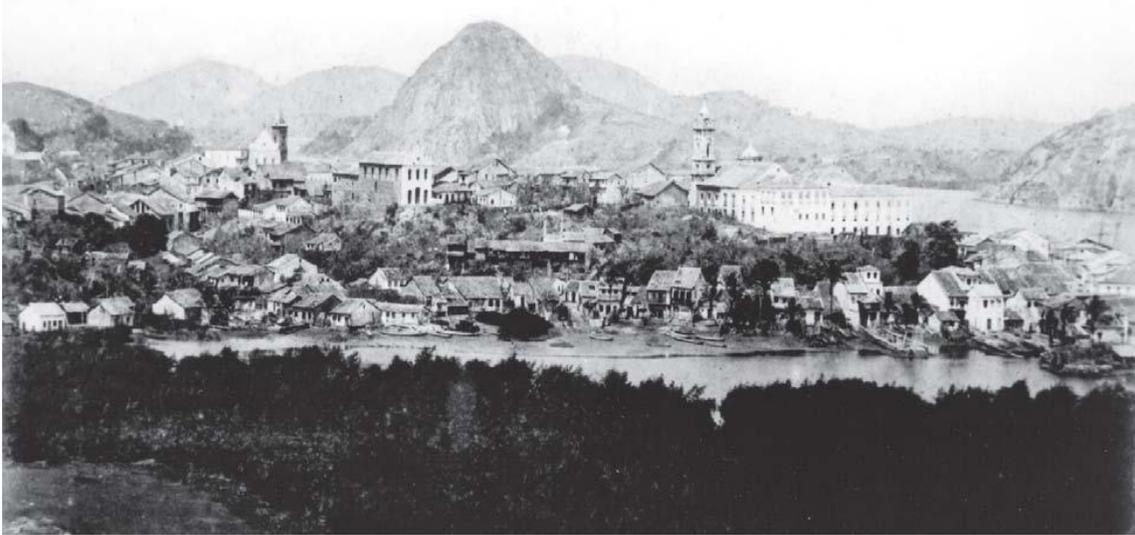
A cidade de Nossa Senhora da Vitória é um lugar limpo e bonito, com bons edifícios construídos no velho estilo português, com balcões e rótulas de madeira, ruas calçadas, uma câmara municipal razoavelmente grande, e o convento dos jesuítas, ocupado pelo governador, que tem, à sua disposição, uma companhia de tropa regular. Além de vários conventos, há uma igreja, quatro capelas e um hospital. A cidade é, entretanto, um tanto torta, e os visitantes, sendo raros, são objeto de grande curiosidade. O comércio marítimo não é desprezível; por isso, diversas embarcações estão sempre ancoradas, e fragatas podem aportar à cidade. As fazendas vizinhas produzem muito açúcar, farinha de mandioca, arroz, banana e outros artigos, que são exportados ao longo da costa.⁷²

A Figura 7, a seguir, mostra com clareza traços arquitetônicos da cidade de Vitória.

⁷¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974. p. 45.

⁷² WIED-NEUWIED Maximiliano. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Nacional, 1940. p. 142.

FIGURA 7 – Conjunto arquitetônico da cidade de Vitória⁷³



As descrições a respeito da formação espacial e social de Vitória não se restringiram aos relatos de Saint-Hilaire ou de Maximiliano de Wied-Neuwied. Também Francisco Manoel da Cunha caracterizou a cidade de Vitória com um braço de mar e lhe pareceu importante enumerar a quantidade de igrejas e conventos existentes, talvez por lhe parecer um quantitativo grande em comparação com a estrutura da cidade. Diz ele ainda:

Esta vila [...] está situada em uma espécie de ilha: o braço mar, que forma o seu ancoradouro, segue o oeste por mais de léguas e meia e, dirigindo-se para o norte e leste, torna a engolfar-se no mesmo mar: a largura desta ilha, de norte a sul, será pouco menos de duas léguas, e de leste a oeste a sua extensão não é regular. Nove igrejas e dois conventos de religiosos aparecem no meio desta vila, que se estende sobre uma colina à maneira de um anfiteatro: as casas não são belas, ali não há divertimentos, porque a pobreza da terra assim o permite. O comércio que consiste em pequenas quantidades de açúcar, aguardente, café, milho, feijão, arroz e algodão não é o bastante para animar aos seus habitantes, e as suas pequenas embarcações só navegam ao longo das costas limítrofes do Rio de Janeiro e Bahia, e raras vezes se atrevem a viajar para Pernambuco ou Rio Grande do Sul. A maior parte das mulheres, só seu exercício diário é fiarem o algodão, percebendo deste trabalho unicamente três ou quatro vinténs: a agricultura está como esquecida, não há um só negociante capaz de animar ali os diversos gêneros do comércio, ou seja em artigos europeus, asiáticos ou africanos, donde nasce a desgraça e comiseração daquele país, de tal sorte que mesmo arruinando-se qualquer prédio, jamais o reedificam.⁷⁴

O governador do Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim, ao falar sobre a Capitania do Espírito Santo, comenta:

⁷³ Acervo Biblioteca Nacional WWW..bn.br

⁷⁴ CUNHA, Francisco Manoel da. Informação sobre a capitania ao ministro de estado Antonio de Araujo e Azevedo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro: IHGB, p. 2-3, 1842.

Sua principal vila é a da Victoria; cabeça da comarca, tem seu assento em uma ilha montanhosa quase duas léguas da barra, dentro forma uma baía estreita, mas capaz de navios grandes; na entrada há 8, 7, 6 braças; mais dentro 5; e acima da vila, junto à ilha do Príncipe, onde está a casa da pólvora, 30 e 40 braças. Seus ares são benignos, o terreno fértil produz todos os gêneros próprios do reino e da Europa, além de outros o trigo, e o trigo mourisco é de excelente qualidade, provado por repetidas experiências de 1813 em diante; 10 rios principais banham seu terreno, os campos alegres; as matas, ricas de toda qualidade de madeiras de lei; nelas se encontram as delícias dos bálsamos copaibas, almecegas, e sassafras que perpetuamente recendem; ouro das minas de Santa Anna, vulgarmente chamadas de Castelo, é de superior quilate; há vestígios em diferentes lugares de minas de ferro, e na serra denominada do Mestre Álvaro, termo da vila da Victoria, minas de salitre e enxofre: assim vulgarmente se diz que das cachoeiras do rio Jucu para o sertão encontrão pedras preciosas.⁷⁵

Embora as três últimas referências sejam do Espírito Santo e de Vitória, das primeiras décadas do século XIX, resolvemos utilizá-las por entendermos que pouca coisa mudou no cenário local dessa época para a segunda metade do mesmo século.

Necessário se faz lembrar ainda que o texto dos viajantes e o do representante enviado pelo governo real para a Capitania devem ser lidos levando-se em consideração que se trata de um olhar estrangeiro, tendo por base comparativa a realidade vivenciada aqui, tomando como referência a Europa. Note-se, também, a diferença qualitativa existente entre os textos de Cunha e o de Rubim, no que tange às potencialidades de Vitória: ao passo que Cunha reserva atributos negativos para a Capital, Rubim parece querer deixar uma imagem positiva não só da sua gestão no governo da Capitania como também da própria região.

Quarenta anos depois da visita de Saint-Hilare, percorreu a Província do Espírito Santo seu compatriota Auguste-François Biard. Esse descreve com poucas linhas a cidade de Vitória, e a alusão feita à Capital refere-se à dificuldade em encontrar um hotel para se alojar. Diz que teve que transformar uma mesa de bilhar em cama,⁷⁶ desejando mostrar um certo atraso da cidade. A mesma opinião teve João Théodore Descourtilz, em 1851, não fazendo nenhuma citação maior sobre a Capital da província, quando de sua visita.

⁷⁵ RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir à história**: até o ano de 1817 e breve notícia estatística da capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. p. 34.

⁷⁶ BIARD, Auguste-François. **Viagem à Província do Espírito Santo**. Vitória: Cultural-ES, 1986.

Diferentemente de Descourtilz, outros dois viajantes, o aspirante a oficial da corveta inglesa Geysler, que percorreu a costa da província no propósito de reprimir o tráfico de escravos, Eduardo Wilberforce, em 1851, e o suíço, Jean Jacques de Tschudi, que para cá veio em 1860, para “[...] estudar os problemas dos imigrantes suíços [...]”,⁷⁷ ambos relatam suas impressões sobre a Capital da província.

Wilberforce, embora fale da impressão que teve da baía de Vitória, tecendo comentários elogiosos, o mesmo não fez em relação à cidade. Criticou as fortalezas existentes na Capital, dizendo que essas não passavam de dois fortins de taipa, que não resistiriam ao ataque de canhões mais modernos. Refere-se a alguns belos edifícios, em especial o do Palácio do Governo, entretanto considerava a maioria do conjunto arquitetônico da Capital pequeno e sujo. Fez críticas ao comércio local, inclusive às peças de renda que um seu compatriota havia adquirido, porque considerou o preço exagerado e o produto de qualidade duvidosa.⁷⁸

Tschudi diz que em Vitória era “[...] extremamente difícil conseguir meios de transporte relativamente úteis, sobretudo mulas e cavalos”.⁷⁹ Faz uma crítica à vida cultural da cidade dizendo ter recebido convite para assistir à apresentação de uma prima-dona do teatro local. Informa que a artista era mulata, de baixa estatura, de voz anasalada e monótona e que ela só recebeu os aplausos efusivos da plateia porque os presentes não estavam acostumados com espetáculos de melhor qualidade. Diz ainda que o espetáculo era tão enfadonho que causou nele “[...] o desejo mais ardente de ver encerrada o mais breve possível aquela tortura física e espiritual, pois o pequeno auditório do teatro estava repleto de espectadores e o calor e o ar pesado eram quase sufocantes”.⁸⁰

⁷⁷ ROCHA, Levy. **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972. p. 107.

⁷⁸ WILBERFORCE, Eduard. **Inglês na costa**: impressão de um aspirante da marinha sobre o Espírito Santo em 1851. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; Academia Espírito-Santense de Letras, 1989.

⁷⁹ TSCHUDI, 2004, p. 68.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 69.

1.5 ASPECTOS ECONÔMICOS E CULTURAIS DA CIDADE DE VITÓRIA

A produção historiográfica tradicional a respeito da História do Espírito Santo sobre o século utilizou largamente o discurso da deficiência da província, talvez por ter se deixado levar pelos discursos oficiais, sem críticas a essas fontes. Esses textos serviram para reproduzir às gerações posteriores visões distorcidas da realidade local, mas que vem sendo desautorizadas por novos estudos.⁸¹

José Teixeira de Oliveira⁸² apresenta a Província do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, como uma região com desenvolvimento pouco satisfatório:

Seja na Capital, seja no último dos distritos, o povo se deixa arrastar melancolicamente pela rotina. Nenhum empreendimento marcante: nem no terreno das construções materiais, nem no campo social. Falta, talvez, de uma elite que marchasse à vanguarda, despertando iniciativas.⁸³

Talvez o citado autor tenha considerado ao pé da letra o que constava dos relatórios de presidentes de província, quando faziam prestação de contas de seu governo à Assembleia Legislativa Provincial. Estes quase sempre faziam questão de frisar a penúria em que vivia a província, talvez no intuito de receber os recursos que o Governo Central devia repassar. Mergár,⁸⁴ em sua dissertação, aponta que a arrecadação feita pelos cofres provinciais no Espírito Santo tendeu, a partir do café, a crescer e informa ainda que a arrecadação quase sempre era superior às despesas, embora considerasse que o superávit não conseguia atender aos investimentos necessários.

⁸¹ FRANCO, Sebastião Pimentel. A produção acadêmico-científica sobre a história do Espírito Santo: uma breve retrospectiva. In: VILLAÇA, Adilson et al. (Org.). **Escritos do Espírito Santo**. Vitória: Secult, 2006. p. 203-213.

⁸² OLIVEIRA, 2008 p. 366

⁸³ Ibidem, p. 366

⁸⁴ MERGÁR, 2011.

A Província do Espírito Santo produzia riquezas só que essa produção não podia competir com as de outras províncias maiores, assim a maioria da população vivia pobremente, garantindo o seu sustento, mediante plantações de suas pequenas lavouras e criação de animais. Dentre os produtos de subsistência que eram produzidos (parte que excedia ao abastecimento interno era exportada), tínhamos mandioca, milho, arroz e feijão. Além disso, outras atividades econômicas eram desenvolvidas, como a extração da madeira, algodão, cana-de-açúcar e, posteriormente, o café, que a partir de 1850 se transforma na principal atividade econômica da província. Paralelamente à agricultura, tínhamos a criação de animais, como gado bovino, suínos, caprinos, aves que eram como fonte de alimento, e também como possibilidade de transporte de mercadorias. Não podemos esquecer por fim a atividade pesqueira, importante fonte de alimentação da população local.

Quando analisamos os autos criminais, verificamos que a grande maioria dos personagens presentes, réus, vítimas ou testemunhas, lidavam diretamente com a agricultura, lavrando suas pequenas propriedades ou trabalhando nas poucas grandes lavouras existentes na província, como meeiros, sitianteiros ou ainda a jornal.

Ao afirmar que a vida econômica da Província do Espírito Santo não podia competir com as províncias mais importantes do Império, não estamos concordando com os viajantes que por aqui passaram, ou ainda com os relatos de presidentes que governaram a província e registraram tão somente a ideia de marasmo e pobreza. Assim, precisamos ser cautelosos quando lemos essas informações contidas nessas falas.

Enaile Flauzina Carvalho,⁸⁵ analisando fonte de cunho cartorial, como inventários *post-mortem* e testamentos, aponta que, já desde o final do século XVIII, o Espírito Santo mantinha relações comerciais com outras capitânicas, por meio de exportação e importação de produtos. Dentre os produtos comercializados, diz a referida autora que os de subsistência eram os preponderantes, suprindo o abastecimento interno e ainda eram enviados para outras regiões.

A configuração geográfica da Ilha de Vitória, próxima ao mar, proporcionava fácil acesso das embarcações aos cais da Capital. Nesses barcos vinham mercadorias importadas de outras províncias do Império brasileiro e de outros países.

Em Vitória, os habitantes de maior poder aquisitivo tinham acesso a produtos consumidos nos centros urbanos mais bem estruturados. Os ricos comerciantes negociavam inclusive diretamente com a Europa. A cidade de Vitória, na concepção de Carvalho,

⁸⁵ CARVALHO, Enaile Flauzina. **Redes mercantis**: a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1790-1821). Vitória: Secult, 2010.

[...] não se manteve alheia às populações circunvizinhas, funcionando como entreposto comercial e principal núcleo urbano, onde se reuniam o poder jurídico e o poder político da Capitania do Espírito Santo.⁸⁶

Sebastião Pimentel Franco e Regina Rodrigues Hees⁸⁷ falam de importantes casas comerciais, como a Casa Verde, Casa Busatto. A presença de casas comerciais mais sofisticadas, que vendiam vinhos, queijos, salames, licores, conservas, cerejas, manteiga, não significa que os pequenos estabelecimentos comerciais, que vendiam bebidas e comestíveis para a população mais pobre (maioria) não existissem, assim como as pequenas hospedarias, os vendedores ambulantes de comidas, carne e leite. No interior também havia as casas comerciais, como as firmas Vervloet Irmãos & Cia., J.Reiser & Cia. A Casa Verde, localizada na capital da província, era um dos estabelecimentos mais sofisticados. A ampliação da produção cafeeira fez surgir os núcleos populacionais (Figura 8), onde predominavam as pequenas vendas, armazéns de secos e molhados, que vendiam ferramentas, sementes, selas, utensílios domésticos, entre outros.

⁸⁶ CARVALHO, 2010, p. 24-25.

⁸⁷ FRANCO; HEES, 2012.

FIGURA 8 – Casa Verde⁸⁸

Os autos criminais existentes no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo mencionam os pequenos comércios existentes em Vitória e em suas redondezas, por exemplo: a contenda entre Maria da Encarnação dos Santos e o soldado Cândido Luiz Antonio dos Santos deu-se no pequeno estabelecimento de Maria Encarnação.⁸⁹ Ao ir comprar gêneros de primeira necessidade, a pedido de sua mãe, o menor Ignácio desarmou uma pipa de aguardente do pequeno comércio de Luciano José de Andrade Gomes, causando-lhe prejuízos, e ele, por essa razão, agrediu o menor. A mãe do menor, Maria Angélica da Conceição, vai em socorro do filho e é agredida pelo comerciante.⁹⁰

⁸⁸ ESPÍRITO SANTO. **Indicador ilustrado do Espírito Santo**, 1908.

⁸⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 12, Caixa 652. Ano de 1859.

⁹⁰ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 16, Caixa 650. Ano de 1850.

Foi também numa pequena venda de secos e molhados que se deu a contenda entre José Correia de Santana e Maria Pinto dos Anjos. O filho de Maria Pinto foi à venda comprar farinha, e a esposa de José Correia não lhe vendeu fiado. Maria Pinto não gostou da atitude da esposa de José Correia e foi até a sua venda tirar satisfações, acabando por agredi-la.⁹¹

Foi no comércio (venda) de Antonio Pereira dos Passos Loureiro que a menor Leonor foi atingida acidentalmente por uma arma de fogo pelo escravo Adeodato.⁹²

FIGURA 9 - Venda do colono João Geraldo Babihoff⁹³



⁹¹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 17, Caixa 650. Ano de 1850.

⁹² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 653. Ano de 1853.

⁹³ LOPES, 2003, p. 263.

Além do pequeno comerciante, havia os grandes e poderosos comerciantes, que concentravam as maiores fortunas da província. Estes comercializavam diretamente com outras praças comerciais, muitas vezes utilizando-se de embarcação particular. Essas grandes fortunas em geral conjugavam mais de uma atividade econômica, aplicando o seu capital em investimentos como casas de aluguel, comercialização de escravos, concedendo empréstimos a juros etc. Diz Maria Luiza Ferreira de Oliveira que pedir emprestado era um hábito difundido no Brasil do século XIX, praticado de formas variadas: a dinheiro, vale, letra, título. Às vezes esses empréstimos eram feitos mesmos sem garantia documental alguma.⁹⁴

As indústrias eram incipientes e artesanais. Produziam tecidos grosseiros, ferramentas, açúcar, farinha de mandioca, velas, sabão, selas e aguardente.

A produção de café das regiões interioranas era escoada basicamente pelos tropeiros, que a levava até um porto fluvial e à canoa chegava a Vitória. A produção do sul da província quase sempre era exportada via Rio de Janeiro. Segundo Ormando Moraes,⁹⁵ as tropas de burro realizavam longas jornadas, vencendo picadas, caminhos tortuosos e estradas lamacentas, muitas vezes ajudavam a conservar os caminhos, principalmente as trilhas abertas nas matas. Os tropeiros transportavam café nas suas viagens de idas e, no retorno, abasteciam as regiões interioranas de produtos, como sal, querosene, ferramentas, bebidas, calçados entre, outros. Eles eram o elo entre o interior e os grandes povoados.

No interior, a vida nas fazendas e em pequenas propriedades era pacata. Viviam modestamente, buscando serem autossuficientes. A população mais pobre vivia com grandes sacrifícios, alguns como trabalhadores braçais, pequenos agricultores, sitiantes, meeiros e outros realizando pequenos ofícios.

Analisando autos criminais, Mergár,⁹⁶ Souza⁹⁷ e Franco⁹⁸ listaram inúmeras profissões desempenhadas pelos personagens que aparecem nessa fonte: negociantes, pescadores, lavradores, carpinteiros, caixeiros, ferreiros, costureiras, rendeiras, lavadeiras, alfaiates, policiais, padeiros. Relacionam ainda os que vivam de agências, afazeres domésticos, empregado público. A grande maioria eram lavradores.

⁹⁴ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém**: relações sociais e experiências da urbanização em São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

⁹⁵ MORAES, Ormando. **Por serras e vales do Espírito Santo**: a epopéia das tropas e tropeiros. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1984.

⁹⁶ MERGÁR, 2006.

⁹⁷ SOUZA, 2007.

⁹⁸ FRANCO, Sebastião Pimentel. Verso e reverso: a condição da mulher na comarca de Vitória a partir de autos criminais (1845-1865). In: CAMPOS, Adriana Pereira et al. (Org.). **A cidade à prova do tempo**: vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos. Vitória: GM Editora; Paris: Université Paris-Est, 2010. p. 175-197.

Carvalho⁹⁹ e Patrícia Merlo,¹⁰⁰ em seus trabalhos realizados sobre fortunas presentes nos inventários *post-mortem* de Vitória, indicam ter sido comum entre os capixabas do Dezenove a prática de adquirir imóveis urbanos e rurais. A composição dos bens arrolados nos testamentos bem como nos *mont mores* sugere a interpretação de que os inventariados partilhavam mais de um ofício (ou metier) quando vivos. Segundo Merlo,¹⁰¹ não foi incomum grandes proprietários investirem também em moradias na cidade. Dedicavam-se a atividades de empréstimos a juros, aluguel de moradias e escravos, ou ainda se voltavam para atividades comerciais.

É bom se destacar que, a partir de 1850, com a Lei de Terras, a propriedade passou a adquirir importância comercial, com diz Emilia Viotti da Costa.¹⁰² Assim, é possível, nesse período, encontrar as maiores fortunas provinciais exatamente entre os grandes proprietários.

Outra importante fonte de riqueza foram os plantéis de escravos. Merlo¹⁰³ e Geisa Lourenço Ribeiro,¹⁰⁴ ao trabalharem com inventário *post-mortem*, verificaram que o número de escravos era responsável por importante montante das maiores fortunas da Província do Espírito Santo no século XIX.

Os autores e autoras citados, ao listarem uma gama de atividades desempenhadas pelos personagens presentes nos autos criminais e nos inventários *pós-mortem*, apontam fortes indícios de uma vida econômica atuante, independente de a maioria da população viver pobremente, sobrevivendo graças ao trabalho em fainas agrícolas e em pequenos negócios.

Vejamos um pouco da vida social e cultural da cidade de Vitória.

O padre Francisco Antunes Siqueira,¹⁰⁵ nascido e criado em Vitória, comentou, em suas memórias, como os divertimentos capixabas eram aguardados e concorridos pela população: não era possível amarrar os cavalos nem atracar as sumacas e canoas, tamanho era o aglomerado de pessoas. O público das festas não se restringia aos moradores de Vitória. Acorriam habitantes das freguesias e vilas de localidades próximas, que vinham se divertir.

⁹⁹ CARVALHO, Enaile Flauzina. **Redes mercantis**: a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1790-1821). Vitória: Secult, 2010.

¹⁰⁰ MERLO, Patrícia Maria da Silva. **O nó e o ninho**: estudo sobre família escrava no Espírito Santo, 1800-1871. 2008. Tese (Doutorado em História)- Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

¹⁰¹ MERLO, 2008.

¹⁰² COSTA, 1977.

¹⁰³ MERLO, op. cit.

¹⁰⁴ RIBEIRO, Geisa Lourenço. **Enlaces e desenlaces**: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871). 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

¹⁰⁵ SIQUEIRA, Francisco Antunes. **Memórias do passado**: a Vitória através de meio século. Vitória: Flor & Cultura, 1999.

Sobre as festas no Brasil, a historiadora Mary Del Priore¹⁰⁶ diz que estas tinham funções formais para os diferentes estratos da população. Para as elites e para a Igreja, serviam como um “Meio hábil de diminuir as tensões inerentes à diversidade étnica [...]” e de situação social. Não obstante todos delas poderem participar, diz ainda a mesma autora que a participação das classes populares era regradada, estabelecidas regras e comportamentos. Embora o regramento estivesse posto, isso não significava que não houvesse brechas para resistência, o que pode ser bem notado pelas críticas que as autoridades governamentais e religiosas faziam ao comportamento do povo, que se excedia em escândalos, perturbando o sossego. Os viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil do século XIX narraram sobre essa questão.

O cotidiano de Vitória agitava-se pela ocorrência e, também, concorrência de eventos festivos: irmandades religiosas com devoção ao mesmo santo esforçavam-se para preparar uma homenagem mais suntuosa do que a outra. Já fizemos alusão às disputas entre Peroás e Caramurus, irmandades de São Benedito, a do Rosário dos Pretos e do Convento de São Francisco. As rixas entre Peroás e Caramurus, como já dissemos, resvalavam em pendengas políticas.

Siqueira¹⁰⁷ conta que as confusões ocorridas durante as eleições eram narradas nas seções da Assembleia Legislativa Provincial e que os deputados denunciavam essa situação. As confusões às vezes terminavam em briga, ofensas verbais e até físicas. Nesses casos, a polícia era chamada a intervir. Muitas vezes não se instaurava processo crime, apenas se deixava o indivíduo “descansar” uns dias na cadeia para se acalmar. Assim como os demais acontecimentos do cotidiano de Vitória, as eleições eram evento que não se podia perder: tanto pela importância, quanto pela possibilidade das desavenças que podiam ocorrer.

Às vezes a confusão levava alguns indivíduos às barras da Justiça, como ocorreu em auto criminal por nós encontrado. Nesse auto, João Coelho Martins de Aguiar apresenta queixa contra Antonio Pinto Homem de Azevedo. Ambos dão versões diferentes para o caso. O acusador diz que estava conversando com algumas pessoas no Cais Municipal, quando foi agredido pelo réu, sendo chamado por este de adulator e malandro. O réu diz que estava conversando no mesmo Cais com algumas pessoas, quando chegou João Coelho Martins de

¹⁰⁶ DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 15.

¹⁰⁷ SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **Entre as urnas e as baionetas**: as eleições na Província do Espírito Santo. 2008. Mimeografado.

Aguiar acusando-o de ingrato, por ter votado no partido Conservador ao invés de votar no partido Liberal.¹⁰⁸

No ano de 1860, ocorreu uma contenda entre José da Silva Cabral (vítima) e Francisco Antonio José Pereira. A vítima diz estava na rua da Matriz, onde o povo estava reunido para votar nas eleições quando foi agredido pelo réu. Uma das testemunhas, Antonio Francisco Atháide, diz que a razão do desentendimento era a política. O réu não queria que o queixoso, sendo estrangeiro, cabalasse voto no dia da eleição a favor do partido de Pereira Pinto. A disputa aqui também era entre os Liberais e Conservadores.¹⁰⁹

Frequentes eram as procissões que percorriam a cidade. Recorremos mais uma vez a Del Priore¹¹⁰ para explicar o caráter das procissões na sociedade do Brasil do século XIX. Para essa autora, as procissões eram realizadas para se comemorar eventos importantes na vida dos governantes (nascimento, morte, casamento) e para atender às necessidades constrangedoras (secas, chuvas em excesso, epidemias). Nesse caso, o rito processional tinha uma função tranquilizante e protetora.

Quando algum mal afligia a população, essas procissões ocorriam com mais frequência. Embora o anúncio abaixo fale da transferência da realização de uma procissão, o anúncio do jornal Correio da Victoria, por ocasião do surto de cólera, confirma que estas eram realidade na vida da cidade.

Em consequência da epidemia que reinou nesta capital, e ainda reina nas suas immediações e recôncavo, foi transferida para o dia 7 do próximo mez de março a procissão do Sr. dos Passos, por assim convir a respectiva meza, e ao Sr. Rv. Prior do Convento de Nossa Senhora do Carmo, e desde já se convida a todos os irmãos para comparecerem no referido dia, e na véspera, para maior solemnidade desses actos da vossa Santa Religião.¹¹¹

¹⁰⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 12, Caixa 658. Ano de 1864.

¹⁰⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 10, Caixa 656, Ano de 1861.

¹¹⁰ DEL PRIORE, 1994.

¹¹¹ Jornal Correio da Victoria, 20 de fevereiro de 1856. f. 4.

Relatando sobre festas religiosas e profanas, Bastos¹¹² diz que estas ocupavam as ruas de Vitória, as praças de frente às igrejas e também os cais. Geralmente, prolongavam-se madrugada adentro. O público visado nesses eventos não se restringia às pessoas livres. As irmandades de homens brancos e a de escravos organizavam suas comemorações de modo que os trabalhos se iniciassem após anoitecer. Uma festa bastante esperada pelo público era o carnaval. Anunciava-se o cronograma dos bailes de máscaras, o horário e itinerário das bandas de música e com explicações de como estaria organizada a Capital nesses dias de folia. As atividades culturais de Vitória, as festas e outras comemorações previstas pelo calendário local eram incentivadas pela imprensa da Capital.

Existiam ainda outras possibilidades de divertimentos. Encontramos, em autos criminais, informações acerca de locais de encontros para batuques, para bailes ou para o jogo de carteados e também para beber cachaça. Foi após retornar de uma venda que a vítima, José Pinto Ribeiro, convidou seu cunhado João Pinto Ribeiro para se divertirem em sua casa, segundo a vítima, tocando guitarra. Ali, o réu começou a afiar a guitarra e ambos começaram a beber.¹¹³

Francisca Nunes de Brito foi levada às barras da justiça por Antonio Correia das Neves por promover em seu sítio batuques e prostituição, para onde se dirigiam, no dizer do acusador, pessoas estranhas do sexo masculino, como soldados, marinheiros e lavradores.¹¹⁴

Ao se encontrarem para jogar baralho e beber, o casal Frederich Mayer e Maria Laiber teve uma discussão com Carlos Bruschi, que culminou com a morte deste.¹¹⁵

Diz Bastos, ainda,¹¹⁶ que o dia a dia do capixaba era movimentado também pelos bordéis, tabernas, casas de jogos e pelos afazeres ordinários dos indivíduos. Assim, as opções de divertimento para os moradores e visitantes da Capital eram muitas e o comércio tirava benefício disso, já que as pessoas permaneciam nas ruas durante a noite. Percorrer as ruas para buscar água nos chafarizes da Capital também se afigurava como uma atividade comum do dia a dia dos habitantes das vizinhanças capixabas, mas podia reservar boas conversas, uma fofoca recém-divulgada. Por se tratarem de espaço público de primeira necessidade dos indivíduos, os chafarizes foram cenários de amizades, mas também de conflitos diversos, como o que relatamos a seguir:

¹¹² BASTOS, 2009.

¹¹³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 18, Caixa 659. Ano de 1864.

¹¹⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 652, Ano de 1859.

¹¹⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 658. Ano de 1858.

¹¹⁶ BASTOS, op. cit.

Era bem cedo, por volta de cinco horas da manhã, quando Beatriz se dirigiu à fonte localizada na Fonte Grande, para abastecer de água a sua residência. No trajeto de sua casa até a fonte, foi interpelada por Luiz Ferreira dos Santos, que começou a lhe fazer gracejos. Como ela reagiu, foi agredida com bofetões na cabeça e no rosto. Sua mãe vai em seu socorro sendo também agredida.¹¹⁷

Outra contenda ocorreu entre Albertina (ré) que agrediu a escrava Gertrudes, quando esta se dirigia à fonte com um pote na cabeça para abastecer a casa de seu senhor.¹¹⁸

Diante do exposto, conhece-se que os habitantes da cidade de Vitória ocupavam os espaços da Capital tanto de dia como de noite. Fosse para trabalhar, fosse para se divertir, os capixabas atribuíam um sentido social aos espaços públicos, principalmente as ruas, os chafarizes, as praças.

A maioria da população era analfabeta. Entre as mulheres, o analfabetismo era maior ainda, até porque, mesmo na Capital da Província, só foi criada uma escola para meninas em 1835, que demoraria ainda dez anos para entrar em funcionamento.¹¹⁹

Os trabalhos dessa escola foram desenvolvidos pela professora Maria Carolina Ibrense.¹²⁰ Nas palavras do presidente da província,¹²¹ essa escola iniciou as atividades com 26 alunas, quando, na época, já existiam 407 estudantes do sexo masculino matriculados.

Em 1848, continuava existindo uma única escola para meninas e uma única professora, enquanto, para o sexo masculino, já havia 18 professores em exercício.

Em 1852, o presidente da Província¹²² apontava que o número de escolares do sexo masculino era de 775, enquanto o do sexo feminino atingia um total de quatro alunas.

Como a partir de 1850 começa a ganhar fôlego o discurso em favor da necessidade de ampliar a oferta de escolarização como forma de tirar o Brasil do atraso e da incivilidade, houve uma tendência do crescimento do número de escolas e da oferta da escolarização.

Este foi o discurso feito pelo Presidente da Província do Espírito Santo em 1864.¹²³

¹¹⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 10, Caixa. 652. Ano de 1869.

¹¹⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 650. Ano de 1857.

¹¹⁹ FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República**. 2001. 295 f. Tese (Doutorado em História Social)- Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

¹²⁰ FRANCO, Sebastião Pimentel. A instrução feminina na visão dos presidentes da Província do Espírito Santo (1845-1888). In: FRANCO, Sebastião Pimentel; SÁ, Nicanor Palhares (Org.). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**. Vitória: Edufes, 2011. p. 85-122.

¹²¹ “FALLA dirigida a Assembléa Legislativa da Provincia do Espírito Santo, na abertura da sessão ordinária do anno de 1846, pelo Exm. vice-presidente da mesma Provincia, Joaquim Marcelino da Silva Lima. Vitoria: Typographia Capitaniense de P. A. d’Azeredo, 1846”.

¹²² “RELATÓRIO que o Exm. Presidente da província do Espirito Santo, o bacharel José Bonifácio Nascentes d’Azambuja, dirige a Assembléa Legislativa da mesma província, na sessão ordinária do dia 24 de maio de 1852. Victoria: Typographia Capitaniense de P.A. d’Azeredo. 1852”.

Em todos os tempos e em todos os países civilizados foi a instrução publica considerada sempre a fonte mais fecunda e rica de vantagens e benefícios para um povo; porque da boa educação d'este depende o desenvolvimento da sociedade, o futuro e o engrandecimento de uma nação [...]. A instrução publica é o thermômetro da civilisação de um povo e seu desenvolvimento eleva o nível de moralidade.

Embora o número de escolas, de professores e de alunos de ambos os sexos tenha crescido, a grande maioria da população permaneceu analfabeta. Os homens continuarem a ser maioria dos alfabetizados, independentemente do discurso que começa a crescer quanto à necessidade de se instruir as mulheres, considerando que estas eram mais aptas para o exercício da profissão de professor.¹²⁴

Os dados encontrados por Franco,¹²⁵ ao analisar autos criminais referentes ao período abarcado por este trabalho, evidenciam o que afirmamos. De um total de 614 pessoas (testemunhas, réus, vítimas) presentes nos autos criminais, somente 31 mulheres sabiam ler, enquanto 59 eram analfabetas. Esse número tende a ser maior se levarmos em conta aqueles em que não aparece informação, num total de 38 pessoas, que provavelmente não sabiam ler e escrever. Para os homens os números encontrados foram os seguintes: 158 sabiam ler e escrever, enquanto 258 eram analfabetos. Havia um total de 70 pessoas sem informação se sabiam ler ou não.

Como era comum, desde o período colonial em outras regiões do Brasil, a maioria da população da Província do Espírito Santo era solteira. Mais uma vez recorreremos a Franco,¹²⁶ para afirmar que, em Vitória, dos personagens presentes nos autos criminais por ele estudado, o número de casados e viúvos era inferior ao de solteiros. O referido autor aponta um total de 265 pessoas casadas e viúvas, enquanto os solteiros chegavam a 318.

¹²³ “RELATÓRIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Espirito Santo, no dia da abertura da sessão ordinária de 1864, pelo 1º vice-presidente, Dr. Eduardo Pindahyba de Mattos. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d’Azeredo. 1864, p.51-52”.

¹²⁴ SIMÕES, Regina Helena Silva et al. A gênese, a implantação e a consolidação da Escola Normal no Espírito Santo. In: ARAÚJO, José Carlos et al. (Org.). **As escolas normais no Brasil: do Império a República**. Campinas-SP: Alínea, 2008. p. 177-190.

¹²⁵ FRANCO, Sebastião Pimentel. Revelando o cotidiano da Comarca de Vitória a partir dos autos criminais (1843-1871). No prelo.

¹²⁶ Ibidem.

Temos informações bem precisas, a partir das fontes pesquisadas, de que a vida cotidiana da cidade de Vitória era movimentada tanto de dia quanto de noite. A iluminação precária não era impedimento para o pulsar das redes de sociabilidades e de conflitos. O comércio funcionava até tarde, mesmo depois que a luminosidade do sol tivesse desaparecido. Ao analisarmos os autos, verificamos que a dinâmica da vida da cidade não se esgotava com o fim da luminosidade natural do dia. Ao se dirigir à noite, por volta de 20 horas, ao estabelecimento comercial, uma padaria, do francês Monsieur Peyneau, Adão Nunes, comerciante português, que para lá se dirigiu a fim de cobrar uma dívida, encontrou o estabelecimento em pleno funcionamento.¹²⁷ Da mesma forma, Bastos refere-se em seu trabalho dizendo que, na cidade de Vitória, os estabelecimentos comerciais funcionavam até tarde da noite, podendo-se encontrar os pequenos comércios abertos até às 22 horas.¹²⁸

Vitória, durante o decorrer do século XIX, teve sempre uma iluminação precária. Embora desde 1837 tenha sido inaugurada a iluminação pública, com 40 lampiões a azeite de peixe, localizados nos pontos mais importantes da cidade, a iluminação continuou precária.

Segundo Elmo Elton,¹²⁹ em 1847, quase a totalidade das ruas da Capital da província não tinha iluminação, com exceção apenas para o Palácio do Governo, a Cadeia Pública e o Quartel, o que levou a Assembleia Legislativa a autorizar ao governo provincial firmar o contrato com Manoel Teixeira Maia para iluminação da cidade.

Em 1850, o presidente da província, falando da problemática da iluminação pública, diz que em Vitória existiam

[...] 70 lampiões; 50 collocados, oito precisão de concerto, oito achão-se arruinados.

[...].Nem-um melhoramento apresenta a referida iluminação, que pouca utilidade presta ao publico pela falta de zelo, e regularidade, com que é desempenhado seu serviço.¹³⁰

Quatro anos mais tarde, outro governante assim se reporta sobre a iluminação da cidade:

¹²⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 654. Ano de 1858.

¹²⁸ BASTOS, 2009.

¹²⁹ ELTON, Elmo. **Logradouros de Vitória**. 2. ed. Vitória: Edufes; Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

¹³⁰ “RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Filippe José Pereira Leal, Presidente da Provincia do Espirito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléa Legislativa, no dia vinte e cinco de julho do corrente anno. Vitoria: Typographia Capitaniense de P.A. d’Azeredo. 1850, p.28.”

O seu estado é pessimo, e, procurando conhecer o motivo, soube que consiste principalmente na má qualidade do azeite empregado, que é simplesmente de baga, o qual não presta a iluminação [...]. Ordenei, portanto, que se empregue uma mistura dele com o azeite de sebo. Há 52 lampiões, numero insuficiente para poder ser a cidade convenientemente iluminada.¹³¹

Em 1869, a iluminação a azeite foi substituída por querosene, mas continuou deficiente: posto que considerável esse melhoramento ainda não collocou a iluminação publica no ponto em que deve ser collocada.

O numero de lampiões, que até então eram 75, sóbe hoje à 100 apenas, quando é evidente que com menos de 200 luzes não póde a cidade ficar convenientemente illuminada.¹³²

Outro problema vivenciado pela cidade era a questão da saúde pública. A falta de médicos, boticários e hospitais levava a população a ter que recorrer aos remédios caseiros, orações ou, então, a curandeiros, para curá-los dos males que volta e meia os afligiam. A província só possuiu, durante o transcorrer do século XIX, um único hospital que era a Santa Casa de Misericórdia,¹³³ que, como todos os hospitais do Brasil nessa época, segundo Laima Mesgravis,¹³⁴ funcionava precariamente. O presidente da província, em 1853, confirma o estado de penúria desse hospital “O único estabelecimento de caridade da província e [...] a Santa Casa de Misericórdia, pobre e precisado do vosso valimento [...]”¹³⁵

A situação de penúria do hospital certamente ficou maior ainda quando, no final da década de 1860, o governo provincial suspendeu a entrega a essa casa pia da renda do imposto marítimo, o que fez o hospital passar por grandes dificuldades,

¹³¹ “RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes, Presidente da Provincia do Espirito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléa Legislativa, no dia 25 de maio de 1854. Victoria: Typographia Capitaniense de P.A. d’Azeredo. 1854. p. 25.”

¹³² “RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro, entregou a administração da Provincia do Espirito Santo, ao Exm. Sr. coronel Dionysio Alvaro Rozendo, no dia 8 de junho de 1869. Victoria: Typographia do Correio da Victoria, 1860. p. 20.”

¹³³ SCHWAB, Affonso; FREIRE, Mário Aristides. **A irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

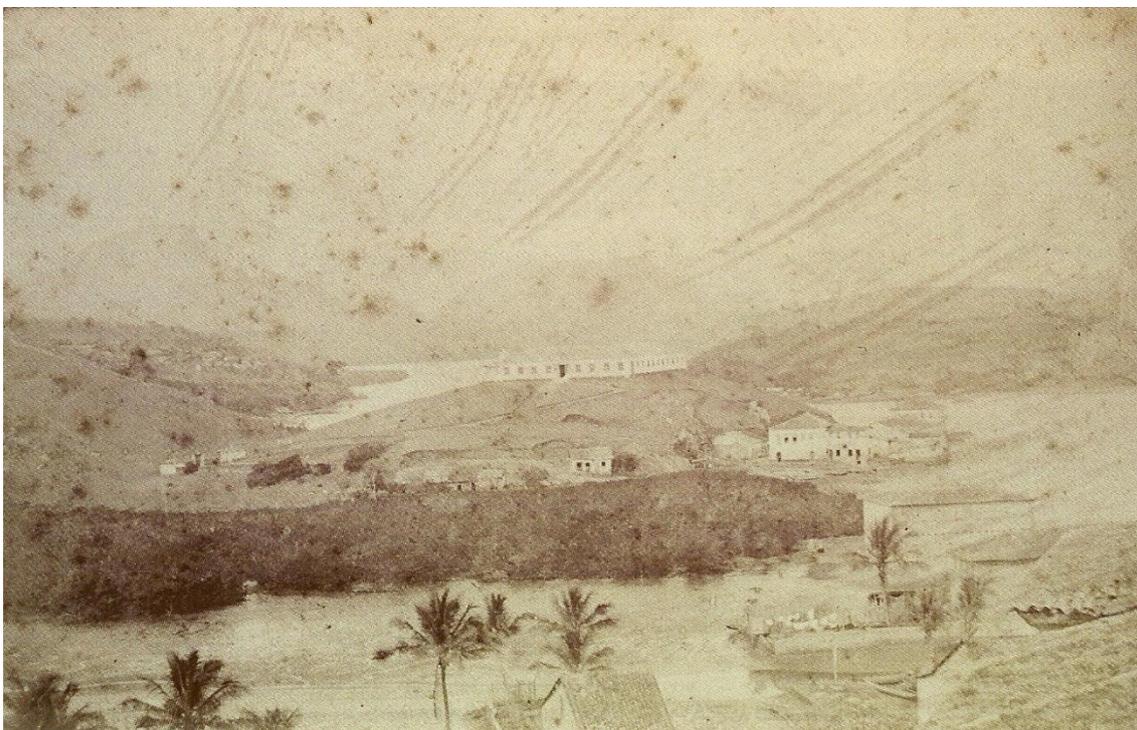
¹³⁴ MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de são Paulo (1599?-1884): contribuição ao estudo da assistência no Brasil**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

¹³⁵ “RELATÓRIO que o Exm. Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo, o Dr. Evaristo Ladislau e Silva, dirigiu à Assembléa Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 24 de maio de 1853. Victoria: Typographia Capitaniense de P.A d’Azeredo. 1853, p. 20.”

[...] que nascem da falta absoluta dos meios de fazer face às despesas necessárias e inevitáveis em estabelecimento dessa ordem; e teria mesmo chegado ao ponto de ser obrigado à fechar as suas portas, si os seus administradores, com uma philantropia e dedicação dignas dos maiores elogios, não tivessem sustentado quase exclusivamente com a sua fortuna particular.¹³⁶

O fotógrafo francês Victor Frond, quando visitou a província em 1860, retratou esse hospital, conforme figura a seguir.

FIGURA 10 – Hospital da Santa Casa de Misericórdia¹³⁷



Fotografia: Victor Frond.
Acervo: Biblioteca Nacional

A existência de ruas sujas onde se jogavam dejetos pelas janelas, a falta de água encanada e de sistema de esgoto, a criação de animais soltos pelas ruas, o aglomerado de pessoas, a falta de médicos e o desconhecimento sobre Medicina, em conjunto, foram fatores que contribuíram para que os surtos epidêmicos se espalhassem rapidamente.

¹³⁶ “RELATÓRIO com que foi aberta a sessão ordinária da Assembléa Legislativa da Provincia do Espirito Santo, pelo Exm. Sr. Presidente, Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro, no anno de 1868. Victoria: Typographia do Correio da Victoria, 1869, p. 16.”

¹³⁷ Fotografia de Victor Frond. Acervo Biblioteca Nacional

Ao iniciar a segunda metade do século XIX, a província foi assolada por uma série de surtos epidêmicos de grande monta, resultando num elevado número de mortes. A febre amarela, a malária e o cólera foram os males que mais pavor provocaram na população local. Afora esses surtos, outras doenças também afligiam cotidianamente os moradores da província, como as febres intermitentes, coqueluche, impaludismo etc.

Além de provocar pânico na população, essas epidemias foram responsáveis por inúmeras mortes na província. A febre amarela matou mais de 300 pessoas, o cólera, por volta de 1.700, a acreditarmos nas estatísticas oficiais fornecidas pelos governantes. Além de mortes e, conseqüentemente, do decréscimo da população, as epidemias provocavam escassez na produção de alimento e carestia do custo de vida.

Sobre a saúde pública, o jornal *Correio da Victoria* publicou, quando a Província foi atacada pela epidemia de cólera, a seguinte matéria: “Com a falta de medicos que ali há [vila de Itapemirim], e com uma praga de curandeiros que tem surgido naquella pobre Villa, parece que em poucos dias ficara ella deserta”.¹³⁸

CAPÍTULO II

2 CENAS DO COTIDIANO NA COMARCA DE VITÓRIA

2.1 A HISTÓRIA E O COTIDIANO

Foi o questionamento de se perceber a História apenas a partir da política e da economia que possibilitou a expansão dos estudos históricos do cotidiano.

E o que é cotidiano? Diferentemente do que pensa o senso comum, cotidiano não é apenas o dia a dia, monótono e repetitivo. Não há consenso quanto a definição desse termo. Para Michael Certeau,¹³⁹ este se compõe de práticas ordinárias e inventivas. Agnes Heller¹⁴⁰ diz que a vida de todo homem é o cotidiano, participando com todos os sentidos, capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, paixões, ideias, ideologias. Para a mesma autora, a organização do trabalho, a organização da vida privada, os divertimentos, o descanso seriam constitutivos do cotidiano.

Para Dias, a historiografia nas últimas décadas tem favorecido o estudo de uma história microsocial do cotidiano, uma vez que

¹³⁸ Jornal *Correio da Victoria*, 6 de fevereiro de 1856. f. 2.

¹³⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2002. 2 v.

¹⁴⁰ HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

[...] a percepção de processos históricos diferentes, simultâneos, a relatividade das dimensões da história, do tempo linear, de noções como progresso e evolução, dos limites do conhecimento possível diversificam os focos de atenção dos historiadores, antes restritos ao processo de acumulação de riqueza, do poder e à história política e institucional.¹⁴¹

Foi no transcorrer do século XX, com mudanças conceituais e novas formas de se estudar a História por outras possibilidades metodológicas, que permitiram a abertura para os estudos do cotidiano. Foi com a corrente historiográfica chamada de Nova História que se intensificaram

[...] os estudos de temas como família, o papel da disciplina, as mulheres, e os significados dos gestos cotidianos”.¹⁴² As experiências de grupos de diferentes etnias, classes e gêneros passaram a ser objeto de estudos por parte dos historiadores.

Recuando um pouco mais ainda no tempo, percebe-se que o interesse pela história do cotidiano, do conhecimento, as resistências miúdas e quase invisíveis, iniciaram-se com a Escola dos Annales, com a revista *Annales d'Histoire Économique Sociale*, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre.

Foi a partir da chamada História Nova, que o cotidiano ganhou uma nova dimensão, passando a ser objeto de pesquisa. Com isso, personagens anônimos, ocultos, passaram a ter suas vozes e gestos reconstituídos.

No dizer de Maria Izilda de Matos,¹⁴³ a História passa a enxergar e estudar o poder não apenas nas instituições públicas e no Estado, mas também no privado e no cotidiano.

¹⁴¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 14.

¹⁴² SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA Mariel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 77.

¹⁴³ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru: Edusc, 2002.

Matos que diz ainda que a descoberta do político, no âmbito do cotidiano, permitiu “[...] um questionamento sobre as transformações da sociedade, o funcionamento da família, o papel da disciplina e das mulheres, o significado dos fatos e gestos cotidianos”.¹⁴⁴ Como assevera Del Priore,¹⁴⁵ muitas vezes naquilo que consideramos de somenos importância, indignas de se conhecer, podemos encontrar a maior fonte de informação. Como desejamos mostrar a diversidade de experiências vividas,¹⁴⁶ buscaremos enxergar, nos indícios que as fontes nos evidenciam, como as pessoas comuns, anônimas e invisíveis elaboravam suas práticas cotidianas, “[...] interpretando o mundo ao seu modo e [forjando] resistências e microliberdades que se opõem às estruturas de dominação dos poderes e das instituições”.¹⁴⁷

Foi nossa intenção lançar um olhar sobre o cotidiano da população da cidade de Vitória, revelando situações complexas vivenciadas por essa cotidianamente: seus relacionamentos, a afetividade, a solidariedade, a cumplicidade, os interesses econômicos e jurídicos, as estratégias para garantirem suas sobrevivências cotidianas, a subversão à ordem, a negociação, os conflitos, as acomodações, as resistências.

Não desejamos enxergar apenas os hábitos e as rotinas da população de Vitória, mas sim, as experiências individuais e coletivas. Como assevera Matos, revelar

[...] todo um universo de tensões e movimento com uma potencialidade de confrontos, deixando entrever um mundo onde se multiplicam formas peculiares de resistência/luta, integração/diferenciação, permanência/transformação, onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas.¹⁴⁸

Desejamos, assim como Certeau,¹⁴⁹ evidenciar o cotidiano como lugar da invenção, onde as pessoas comuns podem subverter a racionalidade do poder, por meio de uma ação engenhosa e subreptícia.

¹⁴⁴ MATOS, 2002, p. 22.

¹⁴⁵ DEL PRIORE, Mary. **Histórias do cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2011.

¹⁴⁶ PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência**: a vida dos trabalhadores pobres na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: Edusp, 1994.

¹⁴⁷ SILVA, 2005, p. 77.

¹⁴⁸ MATOS, 2002, p. 26.

¹⁴⁹ CERTEAU, 2002.

Queremos mostrar que, no cotidiano da cidade, pessoas de diferentes estratos e etnias partilhavam valores culturais, viviam, trabalhavam juntas, apesar das diferenças sociais e raciais, onde, na faina diária, relações sociais baseadas na solidariedade e na amizade eram firmadas, mas também, na tensão do trabalho, na luta pela sobrevivência diária a que estavam expostos, as tensões se faziam presentes, podendo levar a irromper a violência. Não obstante a documentação utilizada como fonte nos possibilite conhecimento de “fragmentos de história”, contraditoriamente, ela permite que também conheçamos histórias únicas, o que nos leva a perceber como as pessoas se portavam diante de situações diversas, de solidão, de violência etc.

Ao buscar recuperar aspectos da vida cotidiana da população de Vitória, capital da Província do Espírito Santo, entre 1841 e 1871, vislumbramos conhecer o corriqueiro de suas existências, o que, no entender de Franco, é significativo “[...] pois esses momentos permitem-nos enxergar as relações de amizade e inimizade, de parentesco, de vizinhança, os padrões familiares, a organização de trabalho pela sobrevivência, as confissões e as tensões sociais”,¹⁵⁰ podendo assim se obter uma melhor interpretação do passado como afirma Beatriz Kushnir.¹⁵¹

2.2 CENAS DO COTIDIANO: AS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM VITÓRIA

A população da comarca de Vitória, no transcorrer do século, estava dividida em segmentos sociais diferenciados. Embora a maioria da população fosse pobre e lutasse cotidianamente pela sobrevivência, por ser esta comarca a capital da província, era oferecida uma gama variada de oportunidades de trabalho aos seus moradores.

Entre esses diversos setores, podemos elencar as atividades voltadas a fins comerciais, as funções públicas, as atividades mecânicas e manuais, atividades típicas do universo urbano. Entretanto, foi nas atividades ligadas ao setor agrícola que encontramos a maioria da população presente nos autos criminais, quer fossem réus, quer fossem vítimas, quer fossem testemunhas.

¹⁵⁰ FRANCO, 2010. p. 178.

¹⁵¹ KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras**: mulheres vadias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Certamente o comércio era variado e de difícil precisão quanto ao seu porte. Havia desde as casas comerciais mais sofisticadas dos grandes comerciantes, com lojas de maior porte, que vendiam até produtos importados, até o pequeno comércio, que atendia o grosso da população, vendendo miudezes e gêneros de primeira necessidade, além, é claro, do comércio ambulante, que oferecia seus produtos nas ruas, principalmente os alimentícios, como doces e salgados. Caixeiros, padeiros, farmacêuticos são sinais claros da vida comercial na cidade. Nas áreas menos populosas, mais distantes do centro da cidade, deve ter predominado o pequeno comércio, que atendia às necessidades básicas dos povoados.

Para conhecermos um tipo de comércio da cidade de Vitória, vejamos um anúncio do jornal *Correio da Victoria*, de 1849.

Manoel Rodrigues de Campos, previne a seus freguezes, e a amigos, que mudou-se da esquina da rua do Porto dos Padres, para a casa immediata da rua da Ponte: na mesma casa se achará um novo sortimento completo, de seccos, e molhados, ferragens, çouças e fazendas de lei, ultimamente chegadas do Rio de Janeiro, no brigue escuna Carolina, superior carne secca, vinho de Lisboa, uma porção de queijos de Minas a 500 e 600, muito bom papel de peso azul e branco a 4.\$000 a resma, dito de machina próprio para as repartições a 4.\$000, peças de paninho a 4.\$000, 4.\$500, 5.\$500, ditas de algodão americano a 3.\$500, e 4.\$500, chitas modernas, a 200, 240, 280, 300, e 320, ao côvado, pólvora fulminante de superior qualidade em barril a 800, dita em latas a 960 a libra, espingardas também fulminantes, aparelhadas em metal, a 5.\$500, e 6\$ (advertindo que estes dous últimos arts. Vendem-se unicamente a pessoas de probidade.) Uma porção de arcenico, próprio para destruir formigas, que tanto flagelão aos Srs. Lavradores, a 720, e 800 a libra, e outros muitos gêneros que se fará grande abatimento, a quem levar em porção, alem de serem muito ocommodos os seus preços. Na dita casa compra-se café, assucar, feijão, milho, arroz, etc., e se paga pelo maior preço do estado.¹⁵²

Pelo anúncio, verificamos que, para além de comercializar produtos para a venda, esse comerciante também efetuava compra diretamente dos agricultores, para posteriormente exportar os produtos comprados.

Diversos autos criminais nos dão bem a dimensão das casas de negócios existentes na Comarca de Vitória. A escrava Justina, de dona Ana Maria Pinto de Grinalda de Marius, foi agredida por Ana Maria da Conceição e sua filha, Avelina Maria da Conceição, ao se dirigir a um estabelecimento comercial, para comprar mantimentos para sua senhora. Relata ainda a vítima que fora a uma segunda venda, por não ter encontrado tudo que precisava na primeira.¹⁵³

¹⁵² Jornal Correio da Victoria, 11 de abril de 1849, f. 4.

¹⁵³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 6, Caixa 657. Ano de 1863.

Em outro auto criminal, foi quando José de Alvarenga Coutinho entrou na venda de Passos Costa para comprar charuto, que testemunhou uma algazarra na rua, onde Bernardo Gomes de Oliveira agredia a Floriana Maria Victória.¹⁵⁴

Em outro caso, narram os autos que, depois ter ido a pé a uma venda que ficava muito distante de sua casa, para comprar mantimentos e preparar as refeições das pessoas que iriam trabalhar em ajuntamento da colheita de café em seu pequeno sítio, onde vivia com seu marido e filhos, e após o trabalho e o preparo do jantar, Rosilda Pinto Pereira foi encontrada morta pelo marido Ignácio Pinto Candeas, logo após ter ela ido dormir.¹⁵⁵ Esta informação nos dá bem a dinâmica da cidade de Vitória, o que nos possibilita conhecer que, vizinha à área mais urbanizada, existia a área rural, onde se localizavam as pequenas propriedades, nas quais a população se dedicava as atividades agrícolas de subsistência. Plantar e cuidar de suas plantações, assim como criar animais domésticos, era o cotidiano de uma significativa parcela da população da cidade de Vitória.

Outra cena de atividade comercial existente na Comarca de Vitória ficou registrada no auto criminal em que a menor Leonor aparece como vítima de um tiro acidental. Nos depoimentos, fica consignado que o escravo de Antonio Ferreira dos Passos Loureiro, Adeodato, ao manipular a arma de seu senhor, disparou-a, segundo relata a testemunha Francisco Monteiro de Moraes, que fora ao estabelecimento comercial pagar uma dívida. Tal fato permite-nos conhecer como funcionava a venda das casas comerciais que, em geral, vendiam fiado à espera do pagamento.¹⁵⁶ Aqui cabe uma análise particular, que é a de escravo estar portando arma.

Geraldo Antonio Soares¹⁵⁷ diz que o uso de armas só era permitido em algumas profissões, como caçadores, médicos (no exercício da profissão), militares, não podendo nenhuma pessoa alegar que a estava usando (a arma) para proteção. Aqui fica evidente que, embora os códigos de posturas definissem regras para a população, não era incomum a quebra dos preceitos estipulados. A lógica do Estado não necessariamente era a mesma da população. Foi assim que vimos registrado, no auto criminal, que o escravo Adeodato foi acusado de ter ferido à bala a filha de seu senhor, Antonio Ferreira dos Passos Loureiro¹⁵⁸.

Como dissemos, dependendo do tamanho, algumas casas comerciais vendiam produtos sortidos, de acesso aos segmentos mais privilegiados economicamente da população.

¹⁵⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 8, Caixa 649. Ano de 1857.

¹⁵⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 650. Ano de 1857.

¹⁵⁶ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 646. Ano de 1853.

¹⁵⁷ SOARES, Geraldo Antonio. Os limites da ordem: respostas à ação da polícia em Vitória ao final do século XIX. **Topoi- Revista de História**, v. 11, n. 19, p. 112-132, jul/dez.

¹⁵⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 646. Ano de 1853.

Esse certamente era o comércio de João Jacob Terch, situado na Rua do Mangue, que vendeu diversos produtos a Luiz Edmond Peyneau, no valor de 44\$ 940,00 réis, entre eles, côvados de chita, camisas de meia, paletó de lona, chinelas, fitas de lá, brim alvejado, chalé.¹⁵⁹ Não conseguindo receber a importância devida, dívida que já vinha se arrastando há mais de dois anos, o comerciante resolve colocar um anúncio no jornal *O Monarchista*.¹⁶⁰

O comércio não era uma atividade exercida só pelos homens; mulheres também se dedicavam a esse ofício na comarca de Vitória, embora certamente fossem em pequeno número. Nos autos pesquisados, encontramos referência à venda de Eva de Alvarenga Rangel, onde ocorreu uma contenda entre a escrava Luiza, de propriedade do Alferes Manoel Nunes Pereira, com Antonio Alves dos Santos, tendo sido agredida por este.¹⁶¹

Esses comerciantes, por pequenos que fossem, certamente eram uma referência entre a população, possuindo um poder aquisitivo maior que a grande maioria. A eles as pessoas acorriam não só para comprar fiado, como também para pedir empréstimos. O comerciante José Francisco Ribeiro entrou em uma contenda com José Joaquim Carlos de Oliveira, ao mandar seu filho fazer uma cobrança de um dinheiro que havia emprestado.¹⁶²

Mas nem todos os comerciantes poderiam exercer a função de emprestar dinheiro a juros. Ao morrer a sua filha Benedita, Sebastião Pinto Rozário, pequeno agricultor, pede dinheiro emprestado a João Jeronimo para fazer o enterro, porém o comerciante disse que não poderia emprestar sob a alegação de que seu negócio estava bastante “desortido”.¹⁶³

Como já dissemos, essas vendas atendiam às necessidades da população, vendendo fiado para receber quando o cliente pudesse pagar. A demora no pagamento podia ocasionar a suspensão da venda a crédito. Foi a decisão de não mais atender aos pedidos de Maria Pinto dos Anjos, que mandara seu filho ir ao estabelecimento de José Correio Santana, que ficava situado na Avenida Capichaba, ponto central da cidade, que esta resolveu ir até ao estabelecimento comercial e agrediu com palavras insultosas a esposa do comerciante que ali trabalhava “mansa e pacífica”.¹⁶⁴

¹⁵⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 659. Ano de 1864.

¹⁶⁰ Jornal o Monarchista, n. 29, de 14 de abril de 1864. Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo.

¹⁶¹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 29, Caixa 654. Ano de 1857.

¹⁶² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 7, Caixa 652. Ano de 1859.

¹⁶³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 9, Caixa 654. Ano de 1864

¹⁶⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 17, Caixa 650. Ano de 1858

Foi também numa venda quando foi comprar alguns mantimentos que o menor Ignácio Martins de Jesus Leal, filho de Angélica Maria da Conceição Leal, foi agredido pelo negociante Luciano José de Andrade Gomes, por ter aberto uma pipa de aguardente, derramando a cachaça ali existente e dando prejuízo ao citado vendeiro.¹⁶⁵

As casas de comércio, ou as pequenas vendas não tinham como única finalidade abastecer a população dos gêneros de suas necessidades, eram também um espaço de sociabilidade, onde as pessoas se reuniam para prostrar, onde principalmente homens e escravos se encontravam para jogar cartas, beber e se divertir. Mesmo sendo o fato ocorrido em período cronológico posterior à temporalidade de nosso estudo, utilizamo-nos de informações apontadas pelo estudo de Soares¹⁶⁶ para corroborar nossa afirmativa. Ao relatar a desavença entre o proprietário de um pequeno estabelecimento comercial e membros da polícia, o citado autor informa a existência desse tipo de comércio em Vitória, funcionando até altas horas da noite, onde homens se reuniam para conversar, beber, se divertir. Eram 11 horas da noite, e o comércio de João Coutinho ainda estava aberto. Os policiais José Gomes da Silva e José Vicente do Espírito Santo para lá se dirigiram e solicitaram que o estabelecimento fosse fechado, devido ao horário e por ser aquele local ponto de aglomeração de pessoas, inclusive policiais, propenso a distúrbios. O comerciante não acatou o pedido e a bulha se estabeleceu. Na argumentação do proprietário, era ele quem definia o horário de fechamento do seu comércio, o que nos leva a confirmar que alguns estabelecimentos comerciais funcionavam, sim, até tarde da noite.

A presença dos caixeiros nos dá bem a dimensão das atividades do comércio de Vitória. O caixeiro da padaria do senhor Peyneau, localizada no Porto dos Padres, agrediu o vendedor de pães da padaria de Crisóstomo de Carvalho, que ficava no Porto das Lanchas. A existência de duas padarias próximas uma da outra indica que os produtos desses estabelecimentos eram bem consumidos pelos habitantes da cidade. Sem contar que a contenda se deu em razão de disputa entre os vendedores desses dois estabelecimentos. Segundo as testemunhas, dois negros (escravos) vendiam pães em cestos. O vendedor da padaria do senhor Peyneau dizia às pessoas não comprassem o pão do seu concorrente, pois dentro deles tinha cabelo. O vendedor da padaria do senhor Crisóstomo dizia que isso era uma inverdade, pois, se assim o fosse, ele não teria vendido todos os pães que havia trazido no cesto. E mais, disse que o pão do seu concorrente é que deveria ter problema, pois o cesto

¹⁶⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 16, Caixa 650. Ano de 1858

¹⁶⁶ SOARES, 2009.

estava cheio e ele não havia ainda vendido todo o seu produto. O caixeiro da padaria do senhor Peyneau não gostou do que ouviu e lhe deu duas chibatadas e duas bofetadas.¹⁶⁷

Outra atividade comercial importante foram as farmácias e boticas. Numa cidade onde praticamente não existiam médicos, os boticários desempenhavam relevante papel no que concerne a atender à população sempre que necessário. Foi assim quando surgiu a epidemia de febre amarela em 1850, quando o governo provincial nomeou o farmacêutico Felipe Pornin para prestar curativos, fornecer remédios e prescrever dietas aos doentes pobres.¹⁶⁸ Essa deveria ser uma atividade lucrativa, tanto assim que José Francisco dos Reis Norbim a praticava mesmo não possuindo diploma para o exercício de boticário nem licença para abrir uma botica. O procurador da Comarca de Vitória, João Ferreira de Aguiar, apresenta ao subdelegado petição com o auto de infração, pelo fato de o comerciante ter infringido os artigos 8º e 161 do Código de Posturas, aplicando-lhe a multa de 140 mil réis. Além disso, o comerciante insultou o fiscal. Norbim alega que não precisava ter licença ou diploma, uma vez que o comércio dele não era uma botica, mas sim uma casa de drogas. Para dirimir tal questão, é chamado um boticário, que possuía uma botica no coração da cidade, Miguel Rodrigues Batalha, para se pronunciar quanto ao ramo do estabelecimento que, em seu laudo, afirma que aquele comércio era uma botica por ter “[...] receituário de medico, atribuição que somente é concedido a farmácias”, inclusive, havia receitas para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia.¹⁶⁹ Ora, a existência de outra botica na cidade evidencia o mercado existente para esse ramo de atividade.

¹⁶⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 652. Ano de 1859.

¹⁶⁸ “RELATÓRIO que o Exm. presidente da Província do Espírito Santo, o bacharel José Bonifácio Nascentes d’Azambuja, dirigiu à Assembléa Legislativa da mesma província, na sessão ordinária de 24 de maio de 1852. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d’Azeredo, 1852.”

¹⁶⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 2, Caixa 645. Ano de 1852

2.3 OS DIFERENTES ESTRATOS SOCIAIS

A historiografia capixaba apresenta poucos trabalhos referentes à estratificação social da Província do Espírito Santo no século XIX. Embora abarque um período cronológico anterior ao nosso estudo, a pesquisa de Carvalho¹⁷⁰ possibilita-nos pensar como estava a província estruturada socialmente. A grande maioria da população, constituída de escravos e pobres libertos, vivia de forma precária, tendo que lutar cotidianamente para garantir a sobrevivência. Entre estes, os trabalhadores que desempenhavam funções mecânicas e manuais, como alfaiates, carpinteiros, catraeiros, costureiras, ferreiros, fogueteiros, pequenos lavradores, pedreiros, rendeiras, sapateiros entre outros.

Uma minoria endinheirada constituía as maiores fortunas, graças ao desenvolvimento de atividades comerciais, exportando as mercadorias produzidas na província, comercializando escravos ou mesmo comercializando em suas casas comerciais. Não foi incomum ocuparem ainda postos na administração pública, quando também desempenhavam funções políticas. Faziam ainda parte desse estrato social os grandes proprietários rurais.

Compunham essa elite minoritária, numa escala um pouco inferior aos poucos homens de grandes fortunas, altos funcionários do Estado, profissionais liberais, como médicos, advogados, militares de alta patente e engenheiros.

Existiam, por fim, indivíduos que faziam parte de um grupo intermediário, entre os ricos e os pobres. Neles podemos encaixar pequenos comerciantes, professores, militares de baixa patente, pequenos proprietários, funcionários públicos menos graduados, religiosos, entre outros.

As funções públicas eram exercidas por pessoas brancas, mais bem posicionadas na escala social. Essas atividades variavam da melhor situada em importância àquelas menos graduadas. Encontramos, entre as diversas funções públicas, sacerdote, professor, escrivão, policiais de diversas graduações.

Nos autos criminais, muitos membros que compunham a estratificação social da província estão presentes, como réus, vítimas ou testemunhas.

Uma das testemunhas que compareceu em Juízo para dar depoimento por ter assistido da janela de sua casa, quando estava jantando, à agressão sofrida por Theresa Maria por Coriolano de Almeida Wanmey, foi o padre João Ferreira Lopes Wanzeller.¹⁷¹

¹⁷⁰ CARVALHO, 2010.

¹⁷¹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 10, Caixa 653. Ano de 1859.

O professor de Primeiras Letras, Manoel Batista Pires, era réu no processo por ter tentado estuprar Francelina Leal da Victória, aproveitando-se de que o marido estava viajando.¹⁷²

O empregado público Diogo Carlos Tertuliano injuriou verbalmente José Ferreira Barrozo, quando este foi cobrar-lhe 12 mil réis por dois meses de aluguel que estavam atrasados,¹⁷³ o que é um bom indício, para sabermos que Diogo Carlos não era um funcionário público graduado.

Num outro auto, aparecem dois membros da corporação militar, um de patente mais baixa, soldado, denominado João Pinto da Rocha, e um capitão, Manoel Ribeiro Coutinho.¹⁷⁴

Os soldados da Companhia de Polícia, Fabiano de Souza Goulart, Adriano Pinto de Jesus e Lucas Francisco Ramos, agrediram fisicamente e com palavras injuriosas Turíbio João de Souza Adão, além de prendê-lo, por este ter reclamado que eles estavam maltratando com chicotadas e murros Floriana Maria do Sacramento, uma alienada.¹⁷⁵

Outro militar era o soldado da Companhia Fixa de Caçadores,¹⁷⁶ Félix da Costa Santos, acusado de tentar estuprar a alienada Francisca. Se é verdade que os soldados percebiam baixos soldos, havia na carreira militar patentes graduadas e bem remuneradas. Jesuína Pinto de Jesus tornou-se amásia do tenente-coronel Gonçalo Pereira, que pôde lhe dar de presente uma escrava de nome Felicidade, cujo filho, Ildfonso, tornou-se motivo da contenda entre ela e o major Henrique Augusto de Azevedo, filho do falecido tenente-coronel.¹⁷⁷

Os autos nos oferecem ainda a possibilidade de ver pessoas se dedicando a outras atividades, como as mecânicas e manuais, exercendo diversos ofícios especializados. É provável que alguns destes artesãos possuíssem, assim como Douglas Cole Libby¹⁷⁸ encontrou em Minas Gerais, escravos treinados que trabalhavam para eles. O grande número de mulheres exercendo ofícios chamados manuais evidencia que a participação delas na vida econômica da cidade não era desprezível.

¹⁷² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 647. Ano de 1855.

¹⁷³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 4, Caixa 652. Ano de 1859.

¹⁷⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 12, Caixa 653. Ano de 1859.

¹⁷⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 654. Ano de 1860.

¹⁷⁶ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 654. Ano de 1860.

¹⁷⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto4, Caixa 654. Ano de 1860.

¹⁷⁸ LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Os escravos faziam parte do cenário da vida da cidade, quer nas lavouras, quer no serviço doméstico, sendo responsáveis pelo trabalho manual necessário à engrenagem da vida cotidiana. Vitória não fugia à regra do Brasil, onde o “[...] distanciamento entre o mundo das pessoas livres, dominado pelos brancos, e o dos escravos, constituídos pelos negros [...]”,¹⁷⁹ era uma realidade.

As análises de Sandra Lauderdale Graham sobre o Rio de Janeiro, em meados do século XIX, aplicam-se, em nosso entender à cidade de Vitória. Segundo a autora, no Rio de Janeiro, as casas

[...] não eram equipadas com água encanada nem com sistema de esgoto. Sendo moradores da cidade, os habitantes não produziam a maior parte dos alimentos que consumiam e nos trópicos, sem geladeiras, não podiam estocar víveres, em grande quantidade. Em vez disso, os moradores contavam com as criadas para carregar água, lavar roupa [passar e engomar] nos chafarizes [ou fontes] públicos e fazer compras diárias.¹⁸⁰

Os autos nos apresentam essa realidade vivida por mulheres em ofícios manuais domésticos, lavando, passando, engomando, carregando água, indo às vendas abastecer as casas de gêneros de primeira necessidade, sobretudo as escravas.

Além disso, outras informações significativas aparecem nos autos, como escravos exercendo ofícios externos ao atendimento das necessidades de seus senhores. Alguns estudos, como o de Robert Conrad,¹⁸¹ Mary Karasch¹⁸² e Maria Cristina Cortez Wissenbach,¹⁸³ têm apontado a importância para o auferimento de recursos financeiros para os senhores com o trabalho dos escravos de aluguel, como buscaremos mostrar nos exemplos que seguirão.

¹⁷⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 22.

¹⁸⁰ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992. p. 45.

¹⁸¹ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹⁸² KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁸³ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)**. São Paulo: Hucitec, 1998.

Uma escrava e informante presente num auto, de nome Maria, propriedade de Dionísio Álvaro Rozendo, diz que, indo à casa de Maria Francisca da Conceição receber dinheiro referente a roupas que tinha lavado para ela, acabou assistindo à agressão física e verbal impetrada por Manoel Thomas de Aquino. Aquino tenta desqualificar o depoimento da informante, dizendo que ela estava agindo dessa forma em razão de ele ter feito queixa dela ao seu senhor, o que ela contesta. Ao justificar por que não havia razão para que fosse dada queixa sua, ela nos dá uma boa pista da vida das mulheres escravas de ganho como ela, e da população mais pobre da cidade. Diz que não tinha tempo para se envolver em confusão, pois trabalhava às vezes até meia noite, carregando água, além de lavar roupa. Certamente com o dinheiro auferido com esses trabalhos, os escravos amelhavam algum capital, o que possibilitava a alguns comprarem a sua alforria. Além de trabalhar como carregadoras de água, muitas escravas tinham que executar tal tarefa, a fim de abastecer a casa de seus senhores. Mulheres e moças das camadas mais pobres também tinham que se ocupar dessa tarefa, no intuito de abastecer as suas casas.

Esses escravos de ganho, juntamente com aqueles que recebiam um pedaço de terra para plantar tinham maiores chances de amealhar recursos financeiros com o produto de seu trabalho. João José Reis, referindo-se aos escravos de ganho urbanos, diz que esses

[...] dividiam a faina diária entre a casa e a rua. Os que trabalhavam só na rua, como ‘ganhadores’, em geral contratavam com os senhores uma soma diária ou semanal, embolsando o que sobrava. O pecúlio acumulado durante anos de trabalho permitia a muitos a compra da alforria [...].¹⁸⁴

Esse também foi o caso de Laurentino, escravo de propriedade do capitão Manoel Ferreira Paiva. Ficamos sabendo de sua situação pelo registro de um auto criminal. Laurentino foi à casa de Maria Francisca de Jesus cobrar ao filho dela a importância de 10 mil réis e mais 250 mil réis em porção de lenha que este lhe devia. Ao cobrar o dinheiro e ser enxotado da casa, ele diz para a mãe do devedor que tinha que receber o dinheiro, afinal ele era cativo, enquanto o devedor era forro, o que evidencia que, em Vitória, dependendo do trabalho, um escravo conseguia amealhar pecúlio, até para poder emprestar.¹⁸⁵

¹⁸⁴ REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 29.

¹⁸⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 652. Ano de 1859.

Foi quando se dirigiu para a Fonte Grande na Capixaba, em companhia de outro parceiro de serviço doméstico, que a escrava Caetana fugiu.¹⁸⁶

O testemunho de Alexandre da Costa Bandeira foi contestado pelos réus, Justiniano Pinto do Nascimento, Lilia Maria da Victória, Jannuária Maria da Penha e Maria Pinto do Espírito Santo, porque a vítima, Juliana Pinto das Neves, trabalhava para ele lavando e engomando.¹⁸⁷

A contenda entre as escravas Albertina (ré) e Gertrudes (vítima) se deu quando a segunda estava se dirigindo à Fonte Grande, local público que abastecia de água a população de Vitória, a fim de cumprir uma das suas tarefas diárias para o seu dono, Manoel de M. Couto e Castro.¹⁸⁸

Realizar trabalhos domésticos, lavar, passar, engomar eram uma possibilidade de muitas mulheres se sustentarem e muitas vezes a sua prole. Antes de agredir Delfina Maria da Victória, o soldado Miguel da Rocha Siqueira se utilizava desses serviços, em razão de que sua esposa morava longe da cidade.¹⁸⁹

Não podemos esquecer, ainda, que significativo número de escravos e escravas atuavam no comércio ambulante, vendendo gêneros básicos. Dos que se ocupavam desse tipo de atividade, as mulheres foram sempre maioria, como aponta Luciano Figueiredo¹⁹⁰ em estudos sobre Minas Gerais. Apesar de não existirem trabalhos especificamente sobre esse tema para a Província do Espírito Santo, ousamos afirmar que temos indícios de que, em Vitória, não era diferente.

Predominaram, no município de Vitória, as atividades agrícolas. São pequenos agricultores que trabalhavam na maioria em suas pequenas propriedades juntamente com toda a sua família, garantindo, dessa forma, o seu sustento e muitas vezes vendendo o excedente, o que fazia com que dinamizassem o comércio interno. A produção de subsistência predominava entre essa população, constituindo a principal atividade ocupacional da maioria deles. Alguns, quando podiam, compravam seus pequenos sítios; outros, mais empobrecidos, eram obrigados a trabalhar em propriedades de outrem a meia ou por pequenos soldos.

Cuidar do pequeno roçado, fazer farinha, plantar café, criar animais eram atividades exercidas cotidianamente pela maioria da população pobre que tinha suas pequenas propriedades, quer fosse um pequeno sítio, quer mesmo um lote.

¹⁸⁶ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 652. Ano de 1863.

¹⁸⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 7, Caixa 650. Ano de 1866.

¹⁸⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 650. Ano de 1857.

¹⁸⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 657. Ano de 1863.

¹⁹⁰ FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

Ao colocar fogo em seu pequeno roçado, a esposa de Antonio Zelador Cardoso acabou se envolvendo em uma briga com Thomaz Ferreira Campos, outro pequeno proprietário. Thomas, em seu depoimento, disse que pediu à esposa de Antonio que ela não colocasse fogo no roçado, pois poderia acabar queimando seu pequeno cafezal.¹⁹¹

Muitos proprietários de terras, mesmo que sua propriedade fosse um pequeno sítio, contavam com escravos que trabalhavam nessas lavouras. Francisco José, um pequeno proprietário, leva à Justiça Manoel Luiz Fraga, acusando-o de ter matado a sua escrava menor de idade, Benedita. Em seu depoimento, fica evidenciado que tinha mais alguns poucos escravos que trabalhavam na faina agrícola em sua propriedade, ao afirmar que, depois do almoço, os escravos foram cuidar dos serviços de sua roça, só ficando em casa Benedita, que teria sido envenenada por Manoel.¹⁹² Os escravos realizavam as mais diferentes atividades. Havia escravos que trabalhavam na lavoura, outros desempenhavam funções domésticas nas casas de seus senhores e outros ainda se dedicavam às funções de suas especialidades, que, em geral, eram atividades manuais ou mecânicas. Os escravos que recebiam pequeno pedaço de terra para plantar ou ainda escravos que executavam serviços de ganho tiveram maiores condições de amealhar recursos financeiros com o produto de seu trabalho. Esse foi o caso de Laurentino, de propriedade do capitão Manoel Ferreira Paiva. Sabemos da situação desse escravo pelo registro de um auto criminal. Laurentino foi à casa de Maria Francisca de Jesus cobrar ao filho dela a importância de 10 mil réis e mais 250 mil réis em porção de lenha que este lhe devia. Ao cobrar o dinheiro e ser enxotado da casa, ele diz para a mãe do devedor que tinha que receber o dinheiro, afinal ele era cativo, enquanto o devedor era forro, o que evidencia que, em Vitória, dependendo do trabalho, um escravo conseguia amealhar pecúlio até para poder emprestar.¹⁹³

Os jornais da Província do Espírito Santo, cotidianamente, apresentavam anúncios de aluguel de escravos. Em áreas mais urbanizadas, como a cidade de Vitória, existia a possibilidade de escravos de ganho oferecerem “[...] sua mão-de-obra qualificada ou braços para tarefas de toda sorte”.¹⁹⁴

¹⁹¹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 662. Ano de 1854

¹⁹² Arquivo do Estado do Espírito Santo. Auto 9, Caixa 658. Ano de 1862.

¹⁹³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 652. Ano de 1859.

¹⁹⁴ PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais**: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995. p. 75.

O trabalho na lavoura era predominante entre a maioria da população. Essa era a atividade exercida por Manoel da Vera Cruz, assassinado quando retornou por volta de 11 horas de sua lavoura para almoçar.¹⁹⁵

Outro a desempenhar atividades agrícolas, que se envolveu em uma contenda ao tentar evitar que a produção de banana, café e outras frutas continuassem a ser roubadas, foi João Vicente Scarbello. Diz a testemunha, Manoel Neves da Boa Morte que tinha “colocado espinhos e vidros no caminho” de sua pequena lavoura, o que acabou ferindo o escravo Antonio o de propriedade de Francisco Monteiro Moraes. Por essa razão, foi levado à decisão do Tribunal.¹⁹⁶

O lavrador Domingos das Chagas do Rozário diz não saber do que teria morrido a filha de Sebastião Pinto do Rozário, pois, quando o fato aconteceu, estava ele fazendo farinha,¹⁹⁷ produto este muito importante na economia local, por ser uma das principais fontes de alimento diário da população. Esse produto era não só importante para o consumo interno das famílias, mas também para a exportação.

A tabela a seguir evidencia setores ocupacionais em que a população estava alocada. Achamos importante fazer algumas considerações sobre essas ocupações.

Tabela 3 – Ocupação dos personagens presentes nos autos criminais

Ocupação	Réus		Vítimas		Testemunhas		Total
	M	F	M	F	M	F	
Alfaiate	04	-	-	-	21	-	25
Caixeiro	-	-	-	-	19	-	19
Catraeiro	-	-	01	-	-	-	01
Carpinteiro	04	-	-	-	14	-	18
Costureira	-	02	-	14	-	31	47
Empregado Público	02	-	-	-	17	-	19
Escrivão	-	-	-	-	01	-	01
Ferreiro	-	-	-	-	12	-	12
Fiandeira	-	-	-	05	-	05	10
Fogueteiro	--	-	-	-	04	-	04
Guarda Livro	01	-	-	-	-	-	01

¹⁹⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 16, Caixa 648. Ano de 1855.

¹⁹⁶ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 13, Caixa 658. Ano de 1858.

¹⁹⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 9, Caixa 654. Ano de 1864.

Ocupação	Réus		Vítimas		Testemunhas		Total
	M	F	M	F	M	F	
Lavadeira	-	02	-	06	-	18	26
Lavrador	21	04	25	17	217	39	323
Marítimo	03	-	-	-	15	-	18
Militar	04	-	03	-	37	-	44
Não Informado	03	-	-	06	02	04	15
Negociante	11	-	04	-	45	-	60
Ourives	-	-	-	-	08	-	08
Padeiro	01	-	01	-	-	-	02
Pedreiro	-	-	--	-	12	-	12
Pescador	07	-	06	-	08	-	21
Professor Primário	01	-	-	-	-	-	01
Rendeira	-	-	-	-	-	04	04
Sacerdote	-	-	-	-	01	-	01
Sapateiro	02	-	02	-	14	-	18
Serviços Domésticos	-	02	-	04	-	04	10
Vereador	-	-	-	-	01	-	01
Vive de Agências	-	01	-	08	16	13	38
Vive de seu Negócio	06	-	03	01	09	02	21
Vive do seu Trabalho	-	-	-	-	-	01	01
Total	70	11	45	61	473	121	781

Fonte: Autos Criminais diversos. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Se somarmos os escravos (masculinos e femininos), que eram em número de 62, e um que foi apresentado como desocupado, teremos 844 personagens presentes nos autos criminais, entre réus, vítimas e testemunhas. A grande maioria era formada por lavradores, correspondendo a 323, ou 32,27% do total. Destes, 263 eram do sexo masculino, alcançando 81,42% do quantitativo de lavradores, e 60 do sexo feminino. Assim como a maioria dos lavradores era do sexo masculino, é preciso que se diga que os homens também aparecem em maior número nos autos criminais, o que pode ser explicado por duas razões. O número de mulheres que cometeram crimes foi sempre menor que o dos homens, segundo Michelle Perrot.¹⁹⁸ Tentando explicar por que isso acontecia, a mesma autora diz que tal fato não ocorria por ser a mulher mais pacífica e maternal, “[...] mas devido a uma série de práticas que as excluía[m] do campo de vingança, do confronto[...]”.¹⁹⁹ Outra explicação que se dá é que o peso dos depoimentos tendia a ser considerado de somenos importância, uma vez que essa sociedade se caracterizava pela preponderância do masculino sobre o feminino.²⁰⁰ E, por fim, a insatisfação das mulheres em depor em eventos judiciais. Bastos diz que ir até a delegacia depor causava nas mulheres constrangimento, mesmo como testemunha. É como essa participação as maculasse[m], pois sabiam que tão logo o fato acontecesse, seriam alvo de comentários do grupo social a que pertenciam.

D. Ana das Chagas demonstra insatisfação ao ser convocada para depor sobre a bulha entre as escravas Albertina e Gertrudes. Para garantir que não participava de arruaças, diz nada saber, pois, quando se deu o ocorrido, estava dentro de casa cuidando dos seus afazeres. Tenta deixar claro que ela é uma mulher honesta e trabalhadora e que se distancia do mundo da intriga e da briga, próprio de mulheres malfaladas.²⁰¹

A agricultura era mesmo a maior fonte da economia da província, segundo relatou o vice-presidente José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, quando entregou o cargo ao novo presidente provincial, Antonio Pereira Pinto.²⁰²

Embora fosse a agricultura a principal fonte econômica da província, os governantes provinciais afirmavam que a escassa população existente e a sua concentração dessa na região litorânea, aliadas às dificuldades de escoar a produção e a utilização de técnicas rústicas para

¹⁹⁸ PERROT, Michele. **As mulheres e o silêncio da história**. Bauru: Edusc, 2005.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 11.

²⁰⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, p. 30-45, jan./jun. 1983.

²⁰¹ Auto 1, Caixa 650. Ano de 1857. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

²⁰² “RELATÓRIO com que o vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, entregou a presidência a Antonio Pereira Pinto em 1º de agosto de 1848. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d’Azeredo. 1849.”

lavar a terra, certamente foram fatores que contribuíram para “[...] o pequeno desenvolvimento da região”.²⁰³

Proporcionalmente, o número de mulheres enfrentando a faina diária nas atividades agrícolas era bastante significativo.

As atividades mecânicas e manuais foram as que apresentaram o maior número de ocupações, depois das atividades agrícolas. Aqui, mais uma vez, os homens foram maioria, embora com uma pequena diferença. Encontramos 404 homens, cerca de 69,30% dos que laboravam em atividades manuais e mecânicas, e 179 mulheres exercendo ofícios dessa natureza, ou seja, 30,70% do referido quantitativo.

Nas atividades de comércio, predominaram os homens, embora as mulheres também participassem desse trabalho com um quantitativo menor. Encontramos, entre comerciantes, caixeiros, um total de 98 homens e de três mulheres. O número significativo de pessoas ocupadas nesse ramo de atividade esta a indicar que a vida da cidade de Vitória foi marcada, nesse período, por certa intensidade comercial.

As funções públicas eram exercidas basicamente pelos homens. Encontramos nesse setor 67 pessoas, alcançando 8,5% do total de personagens identificados na Tabela 3.

Por ser Vitória uma cidade marítima, muitas pessoas se dedicavam às atividades extrativas.

A pesca contribuía com recursos financeiros para os cofres provinciais, além de ser uma fonte de sobrevivência alimentar para um significativo número da população.

O presidente da província, Pereira Pinto, enxergava nessa atividade um entrave para o desenvolvimento da agricultura. Sobre essa questão, ele assim se posicionou:

Há na província populações inteiras que vivem da pesca, residem à borda do mar, e, quando o tempo não permite embarcarem-se nas suas pirogas para irem procurar o diário alimento, são assaltados pela fome [...] os terríveis corollarios della [...]. A pesca que faz o commercio, e que pode ser considerada proveitosa, é feita em alto mar, e não a das enseadas, quando nella se occupão milhares de braços, e quando della usão são para sua alimentação, abandonando a lavoura, primaria, e mais lucrativa fonte das riquezas publicas.²⁰⁴

Esquece-se esse governante de que a pesca que não era feita em alto-mar, mas em rios, ou próxima da barra, era significativa para a população ribeirinha que dependia desse alimento como forma de garantir a refeição de cada dia.

²⁰³ Mergár, 2011, p. 75.

²⁰⁴ RELATORIO, 1849, p. 11.

Na verdade, a implicância do presidente da província com a atividade da pesca tem uma ligação direta com a visão predominante na elite da época, que via esse tipo de atividade como não trabalho. Toda atividade que não necessariamente tivesse por objetivo principal a acumulação era vista como ócio, vadiagem, como nos aponta Lúcio Kovarick.²⁰⁵

Pescadores e marítimos se fizeram presentes nos autos criminais, num total de 39 homens, perfazendo um total 5%.

Completando o total de ocupações, temos ainda 22 mulheres e 16 homens que vivem de agências, correspondendo a 2,8% e 2% do total, respectivamente. Figuram ainda 10 mulheres e 5 homens cuja ocupação não é informada e, por fim, 1 homem cuja informação é desocupado.

2.4 DIVERTIMENTOS E MOBILIDADE NA CIDADE DE VITÓRIA

Apesar da vida pacata, a população encontrava meios de se divertir. A rua era o local onde mais fácil se podia divertir, mas, no interior das casas, vendas, tavernas, estalagens também havia diversão. Nos dias santificados, havia grande oportunidade de divertimento para toda a população. Essas festas em geral eram muito concorridas. Nelas se misturava o sagrado com o profano. Bebidas e comidas, eram oferecidas em rituais sagrados, como as procissões.

Os autos criminais oferecem bons indícios dos divertimentos e das festas ocorridas na cidade de Vitória, assim como possibilitam verificar que muitas vezes nessas festas aconteciam muitas brigas e confusões.

Estava ocorrendo uma procissão na Rua do Egito, no Centro de Vitória. Na verdade, tratava-se de uma comemoração de Dia Santo, que foi finalizada com uma procissão. Ao regressar, Manoel Pinto dos Remédios tomou conhecimento da agressão de Manoel Thomas de Aquino Cabral contra Thereza Maria Pinto e Vitória Esmenia do Sacramento.²⁰⁶

As festas religiosas ocorriam com muita frequência. John Luccock,²⁰⁷ viajante que percorreu o Brasil no início do século XIX, diz que existiam mais de cem dias santificados, quando havia comemoração e festa no Brasil de então.

²⁰⁵ KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

²⁰⁶ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 28, Caixa 654. Ano de 1860

²⁰⁷ LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

Certamente as festas religiosas, que eram mais numerosas, possibilitavam grandes momentos de sociabilidade e de divertimentos. Ricos e pobres, apesar das diferenças, divertiam-se. Elton nos fala dessas festas, que muitas vezes eram palco de grandes confusões:

Quando da realização de uma dessas procissões, isto é a de 8 de setembro de 1876, surgiu uma desavença entre o vigário Mieceslau Ferreira Lopes Wanzeler e o povo, já que o padre queria que fossem a naveta e o turíbulo conduzidos por um seu escravo. A Irmandade do Santíssimo Sacramento, constituída das pessoas mais gradas da cidade, protestou contra tal deferência, sob a alegação de que o escravo não podia acompanhar aquela procissão, e, caso o vigário insistisse em mantê-lo ali, o andor da padroeira não sairia da igreja. A Irmandade de São Benedito, diante disso, retirou-se do templo, enquanto a da Boa Morte faz coro aos protestos dos irmãos do SS. Sacramento, todos revoltados com a atitude ‘impensada’ do vigário, visto que o mesmo, repetiam eles, não sabia distinguir brancos de pretos, tratando-os arbitrariamente, em pé de igualdade. O vigário, contudo, não se deu por vencido, e, deixando a custódia que trazia nas mãos, sob o pálio, declara, em rápidas e contundentes palavras, que, a partir daquele momento, estava alforriado o escravo sendo que, em decorrência dessa declaração, pôde o mesmo acompanhar o préstito, assim como queria o padre, ainda que muito a contragosto dos demais acompanhantes.²⁰⁸

Embora brancos, negros, pobres e ricos participassem conjuntamente das festas, havia clara distinção do lugar de cada estrato da sociedade nesses acontecimentos.

Diz o padre Antunes Siqueira que, nessas festas, a algazarra tomava conta da cidade, e tambores e zabumba faziam um barulho ensurdecedor. Nos festejos populares, a autoridade maior da província convidava empregados públicos, a oficialidade e o clero nas salas do palácio do governo. No lado de fora, “[...] os batalhões da guarda nacional com suas bandas de música [...]”²⁰⁹ faziam bonitas evoluções. À noite era oferecido um *lunch*, e os edifícios públicos e particulares eram iluminados, terminando esse momento com um baile, para o qual eram convidados membros dos estratos mais privilegiados da localidade. Essas festas eram muito concorridas. O povo se divertia nas ruas e nas praças, assistindo aos espetáculos de som e de luzes com o barulho e o burburinho que se faziam presentes.

²⁰⁸ ELTON, Elmo. **Velhos templos de Vitória & outros temas capixabas**. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987. p. 24-25.

²⁰⁹ SIQUEIRA, 1999.

O depoimento de Maria Joaquina do Sacramento, costureira, referente à querela entre Theodoro, escravo de D. Antonia Maria da Conceição, e Apolinário, escravo de Sebastião Fernandes de Oliveira, faz referência aos festejos que ocorriam na Capital da província. Disse que “nada ouviu a respeito da desordem, nem presenciou barulho, por estar com a porta de sua casa fechada e a rua em grande burburinho por causa do grande divertimento no Rosário [Igreja], por causa da Festa de São Benedito”.²¹⁰ Pode ser que Maria Joaquina tivesse dito que nada ouviu por estar incomodada em ter que prestar depoimento, mas o que nos interessa aqui é que, com a ocorrência das festas, a cidade fervilhava e o barulho não devia ser pequeno.

Além das festas, havia outros divertimentos possíveis para a população de Vitória, como jogar baralho, beber, conversar, cantar e dançar. Essas reuniões para divertimentos e distração às vezes terminavam em desavenças, sobretudo quando ocorria ingestão de bebidas alcoólicas.

Muitas vezes as bulhas, os desentendimentos, surgiam por “[...] por brincadeiras mal compreendidas [...] ou disputas amorosas entre amigos, [que, quando] embriagados, acabavam resultando em ferimentos [...]”.²¹¹

Foi numa tarde de sábado que Antonio Alves Resende e Manoel Pinto Pereira (irmão da vítima) agrediram Jacinto Pereira Barcellos e a sua irmã que foi em seu socorro. A briga se deu após os réus e a vítima terem ingerido muita bebida alcóolica e se divertido muito na casa de Manoel.²¹²

Era madrugada de sábado no ano de 1853, quando o escravo Domingos, que vinha de um baile onde estava se divertindo, certamente aliviando o cansaço do trabalho pesado que tinha que exercer cotidianamente, foi agredido pelos irmãos João José Rodrigues, José Mendes da Silva e Joaquina. Além de esmurrá-lo e jogá-lo no chão, feriram-no com uma facada.²¹³ Esses fatos narrados nos fazem refletir que havia múltiplas possibilidades de escravos e trabalhadores pobres se aproveitarem de seus instantes de folga para se divertir, embebedar e brigar. Fica evidenciado também que pobres livres e escravos tinham possibilidades de grande mobilidade, questão que trataremos a seguir.

²¹⁰ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 26, Caixa 654. Ano de 1860.

²¹¹ RESENDE, 2008, p. 55.

²¹² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 646. Ano de 1853.

²¹³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 647. Ano de 1853.

Vitória era uma cidade urbanizada, embora não fosse de grande proporção, e requeria trabalho de escravos e pobres livres para o abastecimento de gêneros alimentícios, ou para a realização de ofícios manuais, o que permitia a mobilidade constante desses segmentos sociais. Falando sobre a questão dos escravos, Enidelce Bertin diz: “O meio urbano em muito favoreceu as articulações dos escravos porque ao atrair indivíduos de vários pontos da província criava uma mobilidade para os cativos [...]”.²¹⁴ Sobre esse tema, Roberto Guedes²¹⁵ afirma que a mobilidade social foi presença marcante na vida dos escravos no Brasil. Tal explicação, para esse autor, seria que o tipo de ocupação do escravo urbano exigia maior circulação e muitas vezes distanciamento do seu senhor. No Espírito Santo, não foi diferente. Os escravos urbanos se locomoviam com intensidade, conforme nos apontam os estudos de Campos,²¹⁶ Ribeiro²¹⁷ e Merlo.²¹⁸

Escravos se comunicavam e se reuniam com outros escravos (parentes ou não) e ainda com homens livres, mas pobres, segundo Ocerlan Ferreira Santos e Washington Santos Nascimento, para se divertir e beber cachaça, muitas vezes incentivados por seus senhores, numa maneira de atenuar a dureza do cativo, evitando revoltas e fugas”.²¹⁹

Não somente escravos se movimentavam na província, como forros e brancos empobrecidos tinham que recorrer à mobilidade espacial como forma de garantir as suas sobrevivências. Referindo-se a esses segmentos sociais, Sheila de Castro Faria diz que, desde tempos coloniais, no Brasil,

O homem pobre [permaneceu] por muito pouco tempo no mesmo lugar. Sua característica marcante é a extrema mobilidade. Mover-se em busca de melhores condições de sobrevivência, tornava-se uma atitude previsível e esperada [...].²²⁰

²¹⁴ BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX**: liberdade e dominação. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. p. 105.

²¹⁵ GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo**: trabalho, família, aliança e mobilidade social: Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008.

²¹⁶ CAMPOS, 2003.

²¹⁷ RIBEIRO, 2012.

²¹⁸ MERLO, 2008.

²¹⁹ SANTOS, Ocerlan Ferreira; NASCIMENTO, Washington Santos. Dimensões da vida escrava na Imperial Vila da Victoria nos últimos anos da escravidão (1870-1888). **Politéia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista - Bahia: Editora Uesb, v. 10, n. 1, p. 107-130, 2010.

²²⁰ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 102.

Imigrantes em geral faziam parte dos estratos menos privilegiados da população de Vitória. Dentre os imigrantes, portugueses e italianos foram maioria na segunda metade do século XIX. Imigrantes alemães e italianos que vieram preferencialmente para os núcleos coloniais se deslocavam para a cidade de Vitória, na expectativa de minorar o sofrimento a que eram submetidos nos núcleos coloniais. Não foi incomum esses imigrantes serem enganados pelas promessas que lhes foram feitas, quando resolveram imigrar para o Brasil. O não pagamento de diárias a que tinham direito por trabalharem para o governo na abertura de estradas, o recebimento de lotes em locais impróprios para o cultivo agrícola (terrenos pantanosos ou cheios de pedra), a demarcação de áreas onde não existia água corrente, o não recebimento dos implementos agrícolas, entre outras, foram razões para que alguns imigrantes se retirassem dos seus lotes e buscassem, na Capital, oportunidades de trabalho, conforme nos aponta Renzo M. Grosselli.²²¹

Mas não somente vieram para o Espírito Santo, imigrantes camponeses, embora, como diz Regina Hees Carvalho,²²² estes eram os que preferencialmente eram recrutados. Alguns chegavam, inclusive, a mentir quanto à sua ocupação principal. Nara Salletto²²³ diz que os imigrantes urbanos não eram numerosos, mas existiam e exerciam diversas profissões, no comércio, em atividades manuais (pedreiros, pintores, serralheiros, artesãos) ou, ainda, em trabalhos domésticos. Nem todos os imigrantes eram pobres; alguns vieram com recursos financeiros e montaram seu negócio. Alguns poucos se dedicavam ao comércio de exportação e importação. Vitória e sua dinamicidade econômica possibilitavam que esses imigrantes encontrassem aqui possibilidades de trabalho como forma de garantir a sua sobrevivência.

²²¹ GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900.** Vitória: Arquivo público do Estado do Espírito Santo, 2008.

²²² CARVALHO, Regina Hees. **Santa Maria de Jetibá: uma comunidade teuto-capixaba.** 1978. 130 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia Letras e História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

²²³ SALETTO, 1996.

2.5 A INSTRUÇÃO NA CIDADE DE VITÓRIA

Como já dissemos, a instrução na Província do Espírito Santo apresentou-se, no decorrer do século XIX, no dizer de diversos governantes, em situação precária. A maioria da população era analfabeta, quer por falta de professores e escolas, quer pela qualidade ruim do ensino, quer por entender a população que, para exercer as atividades econômicas que desenvolviam, a escola era desnecessária.²²⁴

Entre a população, o número de mulheres alfabetizadas foi sempre menor que o dos homens. A instrução na Comarca de Vitória não era diferente das demais localidades da Província. Certamente, nas regiões mais interioranas, a situação era ainda pior, pois, nessas localidades, o número de escolas e de professores era bem menor do que na Capital. Os dados apresentados na tabela a seguir confirmam bem como o acesso à instrução foi precário, mesmo na capital da província, Vitória, onde certamente havia um maior número de escolas e de pessoas que tinham possibilidades de se alfabetizar. Nem o crescimento do discurso em favor da universalização da instrução como possibilidade de tirar o País do atraso, de civilizar o seu povo, contribuiu decisivamente para uma massificação do acesso à escola. Em 1857, o presidente da província discursa no sentido de reconhecer a importância da escola para que o progresso no seio da população pudesse se desenvolver

Grande necessidade há em promover por todos os meios a instrução do povo; é de seu seio que tem de sair os seus juizes, é elle que tem de formar as camadas administrativas e políticas, e tanto mais são os cidadãos chamados a tomar parte nos negócios públicos, quanto mais necessário se faz que elles sejam convenientemente habilitados para que bem preencham tão importante deveres.²²⁵

²²⁴ FRANCO, Sebastião Pimentel. A instrução feminina na visão dos presidentes de Província do Espírito Santo (1845-1888). In: FRANCO, Sebastião Pimentel; Sá, Nicanor Palhares (Org.). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**. Vitória: Edufes, 2011. p. 85-121.

²²⁵ “Relatório que o o Barão do Itapemirim Primeiro Vice-Presidente da Província do Espírito Santo apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1857. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A d’Azeredo, 1857. p. 6”.

Quando o Barão do Itapemirim se refere à possibilidade de o cidadão ter, por meio da escola, a qualificação para o exercício de postos administrativos do governo, certamente queria se reportar não a toda a população, mas aos estratos sociais mais privilegiados, o que evidencia bem que nem para as elites havia escolas em quantidade e qualidade. Assim, a escola (e o acesso a esta) ficou preferencialmente restrita às camadas médias e as elites. A maioria das pessoas, mesmo as mais abastadas, frequentava em geral o ensino primário pela ausência de escolas de nível secundário e superior. Foi comum os governantes provinciais queixarem-se da ausência de escolas secundárias na província.

A qualidade do ensino como um todo era deficitária, a se crer nas palavras do presidente da província em 1854: “O ensino publico n’esta província não está no pé em que era para desejar: os professores de instrucção primaria, salvo poucas e honrosas excepções, estão muito longe de possuírem as habilitações necessárias para o magistério”.²²⁶

Os dados que coligimos da mensagem do vice-presidente em exercício da Província do Espírito Santo, Barão de Itapemirim,²²⁷ nos dão bem a dimensão dos dados que apresentaremos na tabela a seguir, referentes ao grau de instrução dos personagens presentes nos autos criminais. A realidade dos autos está em consonância com o que apresenta a documentação por nós pesquisada. Em 1855, a população da província era inferior a 48.000 habitantes e a cidade de Vitória tinha menos 14.000 habitantes. Existiam em Vitória 200 meninos matriculados no ensino de primeiras letras, enquanto na província o número não passava de 491 alunos. Do sexo feminino, tínhamos em Vitória 22 alunas, enquanto na província era um total de 31. Existiam tão somente duas professoras e 24 professores primários. No nível secundário, a situação era ainda mais drástica. Eram 79 matriculados na Capital e, na Província, como um todo, esse número chegava a 93, e todos os alunos eram do sexo masculino, assim como os sete professores existentes.

Embora já existissem escolas para meninas, as famílias nessa época ainda relutavam em colocá-las para estudar, por medo de que lessem livros indesejáveis, para que não corresse o risco de se corresponderem com rapazes, mas, sobretudo, por se entender que não havia necessidade de grandes conhecimentos em frente às atividades que iriam desempenhar na sociedade.

²²⁶ “Relatorio com que o Exmo. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes Presidente da Província do Espirito Santo abriu a Sessão Extraordinaria da respectiva Assembléa Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente anno. Victoria: Typographia Capitaniense de p.A. d’Azeredo. 1854. p. 23.”

²²⁷ RELATORIO, 1856.

O fato de os escravos estarem aliçados de terem acesso à escolarização, e como esse segmento era bastante numeroso, conforme já apontamos, pode ajudar a explicar também o baixo número de alfabetizados. Outro inibidor para que o número de alfabetizados fosse maior era a qualidade ruim do ensino e também o fato de muitos pais entenderem que a escola não era importante para o desempenho de atividades que a maioria da população desempenhava, ou seja, o cultivo da lavoura.

Tabela 4- Grau de instrução dos personagens presentes nos autos criminais

Grau de Instrução	Réu		Vítima		Testemunha		Total
	M	F	M	F	M	F	
Sabe ler e escrever	31	03	15	14	139	16	218
Não sabe ler e escrever	48	13	23	47	267	85	483
Não informado	02	-	04	16	95	26	143
Total	81	16	42	77	501	127	844

Fonte: Diversos Autos criminais. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Dos dados coligidos apurou-se que, das 483 pessoas que não sabiam ler e escrever, 338 eram do sexo masculino e 145 do sexo feminino. Embora quantitativamente o número de homens analfabetos seja maior do que o das mulheres, isso se explica em razão de que o número de homens presentes nos autos criminais é bem superior ao de mulheres. Percentualmente, temos um total de 57,22% de analfabetos entre os personagens presentes nos autos: 54% dos homens declararam não saber ler e escrever e 66% de mulheres presentes nos autos eram declaradamente analfabetas. Quanto aos que sabiam ler e escrever, os dados foram os seguintes: 218 sabiam ler e escrever, destes 185 eram homens e 33 mulheres, o que perfazia, respectivamente, 29,6% e 15% considerando o total de homens e mulheres separadamente.

Se somarmos aos analfabetos o número de personagens que não tiveram informado o grau de instrução e supormos que estes eram analfabetos, esse número subiria ainda mais. Os analfabetos seriam 70% de homens e 85,8% de mulheres, porquanto o número total de alfabetizados seria de 30% dos homens e 14,2% de mulheres

Apesar de a maioria da população ser analfabeta, em Vitória, circulavam jornais. No período pesquisado, encontramos referência ao jornal *O Monarchista* e o ao jornal *Correio da Victoria*. Os jornais foram utilizados no século XIX, como aponta Isabel Lustosa, entre outras

possibilidades, como palco de insulto e agressão pessoal, embora formalmente afirmassem, como dizia o jornal *O Constitucional*, que esse veículo de imprensa não veicularia matérias estranhas ao seu propósito, “[...] Ou seja, não admitiria injúrias ou ataques pessoais”.²²⁸ O fato é que os chamados libelos difamatórios foram presença constante nos periódicos brasileiros e na Província do Espírito Santo não foi diferente. Em 14 de abril de 1864, saiu estampado no jornal *O Monarchista* um artigo que Luiz Edmond Peyneau classificou de injurioso, “[...] expondo-o ao ódio e ao desprezo publico o que muito prejudica a sua reputação” por ser este comerciante. Para provar que tal anúncio provocava dano à sua imagem, indica testemunhas que afirmam terem lido o artigo citado. O anúncio fazia alusão a uma dívida que Peyneau tinha com um outro comerciante, João Jacob Terch, o que levou o injuriado a levar o cobrador da dívida às portas da Justiça.²²⁹

O anúncio do *Correio da Victoria*, datado de 21 de novembro de 1863, segundo José Antonio Pessoa Júnior, injuriava-o com calúnias que prejudicavam sua reputação, pois ele vivia do comércio. Como o artigo não apresentava o nome do autor, a vítima solicita que seja apresentado ao editor Manoel das Neves Xavier, para que apresentasse o autógrafo de quem efetuou o anúncio. Embora não quisesse mostrar o citado autógrafo, judicialmente, o editor teve que fazê-lo, comprovando ser ele o autor do referido insulto, o que fez a vítima buscar a Justiça. Aqui, também, a vítima usou do mesmo artifício do caso citado, indicando testemunhas que afirmam terem lido o anúncio, falando ainda que o jornal possuía na época 15 assinantes, o que elevava o número de pessoas que tiveram notícia da injúria.²³⁰ Não podemos esquecer que os analfabetos acabavam ficando sabendo das notícias oralmente, por intermédio dos que leram o jornal.

Sobre o acesso da informação contida nos jornais locais, Scólforo diz que, embora a maioria da população fosse iletrada

[...] não se pode desconsiderar as formas diversificadas de acesso à informação, como a leitura em voz alta ou os comentários relacionados às notícias dos jornais transmitidos de indivíduo para indivíduo. Não se avalia, portanto, que apenas quem sabia ler tinha acesso aos periódicos, pois existem outras formas de disseminação das informações.²³¹

²²⁸ LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 31.

²²⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 659. Ano de 1864.

²³⁰ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 21, Caixa 657. Ano de 1863.

²³¹ SCÓLFORO, Jória Motta. **O último grão de areia na ampulheta da vida: poder, política e falecimentos nos periódicos “Correio da Victoria”, “Jornal da Victoria” e “O Espírito-Santense”**. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. p. 27.

A mesma autora diz ainda que, no período abarcado por este trabalho, existiram na cidade de Vitória, os seguintes jornais com periodicidade frequente: *O Correio da Vcitoria*, fundado em 1849, *O Jornal da Victoria* em 1864 e *O Espirito Santense* em 1870. Certamente havia outros jornais, só que de periodicidade curta, às vezes era publicado um só número como o “[...] Estafeta, dirigido pelo major José Marcelino Pereira Vasconcelos”.²³²

2.6 CASAMENTO, CONCUBINATO E CONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIAS

Além da característica de ter a maioria da população analfabeta, na Província do Espírito Santo, a maioria da população, como no restante das demais províncias brasileiras, era celibatária, vivendo em uniões estáveis consensuais, ou seja, em concubinato, ou ainda vivendo relações transitórias. Assim como na província, em Vitória, os solteiros eram maioria, o que não impedia que tivessem filhos. Embora, desde tempos coloniais, as autoridades eclesiásticas e leigas trabalhassem para diminuir o número de solteiros e de concubinatos, na prática, não foi isso que ocorreu. Segundo Lopes, casar era muito caro e, assim, o concubinato ou as ligações transitórias tornavam-se mais usuais.²³³

O alto custo do casamento, a burocracia do processo matrimonial, a vida pobre da maioria da população eram, para Maria Luiza Marcílio, entraves para a concretização de casamentos.²³⁴

Para Silva, entre os menos afortunados da população, como negros e pardos forros e brancos pobres, o casamento era

[...] uma despesa e um trabalho tal com papéis que a maioria preferia viver em concubinato estável, constituindo família e vivendo como marido e mulher. A tendência para o concubinato não pode, portanto, ser encarada apenas como uma questão de ‘libertinagem’, mas também como resultante de obstáculos econômicos à celebração do casamento.²³⁵

²³² MATTEDI, José Carlos. **História da Imprensa Oficial do Espírito Santo**. Vitória:[s.n.], 2005. p. 12-13.

²³³ LOPES, Eliane Cristina. **O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII**. São Paulo: Annablume, 1998.

²³⁴ MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população**. São Paulo: Edusp, 1974.

²³⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: Edusp, 1984.

Diz também Fernando Torres Londoño que os custos e os entraves estipulados pelos impedimentos (obstáculos canônicos) faziam com que a maioria da população não se casasse. Assim, para o mesmo autor, o concubinato aparecia como a opção possível entre “[...] os solteiros pobres, não proprietários, que não tendo bens não tinham necessidade do matrimônio como contribuição jurídica que garantisse direitos em relação a propriedade”.²³⁶

Portanto, como a pobreza era uma realidade da maioria da população da cidade de Vitória, o concubinato e as relações transitórias faziam parte do cotidiano. Vejamos os dados da Tabela 5.

Tabela 5 – Estado civil dos personagens presentes nos autos criminais

Estado Civil	Réus		Vítimas		Testemunhas		Total
	M	F	M	F	M	F	
Casado	32	04	21	18	189	32	296
Solteiro	41	11	16	47	258	75	448
Viúvo	04	01	01	04	29	10	49
Não qualificado	04	-	04	08	25	10	51
Total	81	16	42	77	501	127	844

Fonte: Diversos autos criminais. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

O número total de casados encontrados foi de 296. Se somarmos com o de viúvos, chegaremos a um total de 345 pessoas, o que faz um percentual de 40,8% do total de pessoas casadas entre os personagens dos autos. Já o de solteiros foi 448, o que perfaz 53% do total. Se considerarmos que os não qualificados eram também solteiros, pois, em nosso entender, se fossem casados o registro seria feito, esse percentual subirá para 59% de solteiros entre os presentes nos autos.

O fato de viverem em uniões consensuais não significava que o término das uniões transitórias fosse sempre consensual. Não foi incomum que o rompimento dessas relações provocassem brigas e agressões. Foi o que ocorreu entre Firmina Pinto de Oliveira e Torquato Gaspar. Ela afirma que tinha relações íntimas com Torquato. Segundo depoimento de Torquato, ele resolve deixar a “amizade” que tinha com Firmina por estar para se casar, o que ela não aceitou.²³⁷

²³⁶ LONDOÑO, Fernando Torres. **A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 197.

²³⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 8, Caixa 656. Ano de 1861.

A se acreditar no depoimento de Candido Luiz Antonio dos Santos, a briga entre ele e Balbina Maria Conceição, que terminou numa contusão na pálpebra e nos olhos, além do rosto inchado dela, foi porque ele teria rompido as relações ilícitas. Segundo Candido, “[...] ela com medo de perdê-lo, o agrediu, e ele teve que se defender”.²³⁸

Francisco Pinto Ribeiro tinha relações transitórias com a irmã de Manoel Gonçalves Loureiro. Por ele ter comentado tal fato, foi agredido por Francisco.²³⁹ Mesmo homens casados tinham tratos ilícitos com outras mulheres, chegando às vezes a constituir casa, onde alocavam sua amásia. Foi o caso do tenente Verissimo Ramiro da Costa Leite. Ele era casado, mas frequentava a casa onde colocara para morar a afilhada de João Malaquias dos Santos Azevedo.²⁴⁰ Isso talvez possa ser explicado em razão de que “[...] o concubinato [era visto] como a única forma aventada a muitos indivíduos, de conseguir um companheiro que lhe possibilitasse segurança semelhante àquela encontrada num casamento legítimo”.²⁴¹ Fica evidente que, mesmo vivendo relações transitórias, as mulheres das classes menos favorecidas lutavam para manter esses relacionamentos, o que talvez possa ser explicado pela ideia vigente na época de que a presença masculina seria a garantia de proteção, física e financeira.

Como o concubinato era uma realidade na vida da população de Vitória, era, portanto tolerado, o que não significa na visão de Londoño “[...] que não tivesse um traço desqualificador, para as elites”.²⁴²

Para evidenciar que viver amancebado, ou em concubinato era desabonador, ilustramos a contenda estabelecida entre Justiniano Pinto do Nascimento e Juliana Pinto Neves. Em seu depoimento, Justiniano diz que ele é que foi agredido, sendo chamado de corno, porco e que Juliana era dada a ofender e provocar os vizinhos com ameaças e descomposturas, acompanhadas de obscenidades que ofendem a moral pública, tudo porque ela tinha uma vida desonesta, “[...] vivendo amancebada com um indivíduo português de nome Alexandre [...] é ele que lhe dá toda authorização para continuar na vida desregrada que tem levado”.²⁴³ Veja que o acusador dá ênfase à desqualificação da acusada, dizendo que ela era desonesta por viver amancebada.

²³⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 658. Ano de 1863.

²³⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 4, Caixa 651. Ano de 1858.

²⁴⁰ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 17, Caixa 648. Ano de 1856.

²⁴¹ LONDOÑO, Fernando Torres. **El concubinato y La iglesia em El Brasil colonial**. São Paulo: CEDHAL/USP, 1988. p. 35-49.

²⁴² *Ibidem*, p. 198.

²⁴³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 7, Caixa 654. Ano de 1866.

No sentido inverso também encontramos indícios de que o concubinato poderia ser aceito. Conforme o auto criminal, Victoria Maria dos Remédios, solteira e vivendo de suas rendas, estabelece uma união com Frances Julio Levy, fazendo, inclusive, que aquele deixasse de viver em um hotel onde estava hospedado para morar em sua casa. Essas uniões consensuais, entretanto, poderiam ser efêmeras. Foi o que aconteceu com o casal. Julio Levy foi acusado de ter furtado um cordão de ouro de Victoria Maria, razão suficiente para que ela rompesse o relacionamento e ainda o levasse às vias da Justiça.²⁴⁴ O fato de pôr fim a um relacionamento, mesmo que fosse consensual, parece que não incomodava aqueles que assim o desejavam. Acreditamos que a atitude de Victória Maria em ter convidado Julio Levy a mudar-se para sua casa, vivendo uma relação consensual, não a desqualificou, em razão de que não encontramos nos autos nenhum indício de tal situação. Os depoimentos de acusação e de defesa dessa contenda não fazem alusão a esse fato, Talvez tal situação possa ser explicada por ser Victória Maria independente financeiramente, pois vivia de suas rendas, e ainda pelo fato de o casal ser solteiro, portanto livre e desimpedido.

Isso denota que, mesmo para as mulheres que não se enquadrassem no modelo idealizado de comportamento feminino imposto pelas classes dominantes, em que deveria prevalecer o recato, a mansidão e a honestidade, era possível viver em concubinato. Mulheres como Victoria Maria podiam até ser criticadas por tal atitude, mas conviviam e eram aceitas pelo grupo social a que pertenciam.

Embora o número de solteiros fosse maior que o de casados, os casamentos ocorriam, mesmo entre os mais pobres, inclusive escravos. Pesquisas recentes afirmam que o número de casados entre os escravos foi bem maior do que se supunha há tempos.²⁴⁵ Sobre constituição de famílias escravas na Província do Espírito Santo afirmam que o número de escravos casados era bem menor que o de livres. Parte dessa afirmativa explica-se porque o número de escravos, na Província do Espírito Santo como um todo e também na cidade de Vitória, no decorrer do século XIX, foi sempre inferior em relação à população livre. Ribeiro,²⁴⁶ falando sobre o número da população escrava, diz que, em 1827, essa população correspondia a 36,08%; em 1857, diminuiu para 24,99% e em 1872 era de 27,58 do total da população. É preciso considerar também que o número de casamentos entre escravos foi sempre menor comparado com o número de casamentos entre a população livre. Os dados que encontramos referentes aos anos de 1847, 1851, 1853 e 1856, nas mensagens de presidentes da província,

²⁴⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 655. Ano de 1861.

²⁴⁵ SAMARA, Eni Mesquita de. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

²⁴⁶ RIBEIRO, 2012.

evidenciam que o número dos escravos foi sempre inferior, comparado com o número de indivíduos livres. Encontramos os seguintes números: 865 casamentos entre os livres e 369 entre os escravos.

Embora o idealizado fosse que os casamentos não se rompessem, fato é que isso acontecia. Tomamos conhecimento da separação de um casal, mas que não podemos precisar se esse rompimento foi consensual.

Anna Maria da Victoria acusa João Cardoso dos Santos de ter recebido a importância de 50 mil réis para comprar o terreno de Maria Barbosa de Oliveira, sua ex-esposa. Parte (metade) desse terreno era de Maria Barbosa, acordado quando ela e seu marido foram separados em “[...] união do matrimônio de nossas livres e espontâneas vontades, sem contradição alguma e concordamos de fazer a partilha no dito terreno”, pés de café e casa da vivenda, a fim de que cada um pudesse tomar a menção que por direito lhe pertencia, podendo cada um dispor de sua metade como melhor conviesse, quer fazendo venda ou outra qualquer transação, sem obstáculo algum. D. Anna desejava comprar esse terreno, mas Maria Barbosa não venderia o terreno para ela. Esta, então, pediu a João Cardoso que o comprasse e depois passasse para o seu nome.²⁴⁷

Não temos condições de saber, pela documentação coligida, qual o número de separações de casamento em Vitória, muito menos sabermos se predominaram as separações consensuais, ou se foram as mulheres que tomaram a iniciativa das separações, como o que ocorria em São Paulo e em outras províncias do Brasil. Diz Maria Beatriz Nizza da Silva que as separações consensuais²⁴⁸ surgiram em fins do século XVII, chamadas de “por composição”, “mútuo consentimento” ou ainda “amigável”. Diz a mesma autora, entretanto, que, em geral, quem tomava a iniciativa nesse período eram as mulheres, que peticionavam ao vigário-geral, pedindo o divórcio.

O fato de a maioria não se casar não significa que não constituíssem famílias. Ribeiro,²⁴⁹ Merlo²⁵⁰ e Aloisia Delurde Reali de Jesus,²⁵¹ ao se debruçarem sobre a escravidão no Espírito Santo, concluíram que a reposição do plantel de escravos se deu em grande parte pelo crescimento endógeno, o que nos permite afirmar a existência de famílias escravas em número bastante significativo.

²⁴⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 7, Caixa 659. Ano de 1864

²⁴⁸ NIZZA, 1984.

²⁴⁹ RIBEIRO, 2012

²⁵⁰ MERLO, 2008

²⁵¹ JESUS, Aloisia Delurde Reali. **De porta adentro a porta afora**: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871). 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

2.7 SEGURANÇA E TRANQUILIDADE NA VIDA DA CIDADE

No século XIX, dois itens eram foco de atenção nas mensagens dos governos provinciais: a tranquilidade pública (preocupação com os motins, levantes e revoltas) e a segurança individual e de propriedade. O aparato policial que se constituirá, deficitário ou não, tinha como foco principal dar conta desses dois itens.

Analisando as mensagens de governo dos presidentes da província, no transcorrer do século XIX, fica a sensação de que dois fenômenos ocorreram no Espírito Santo: reinou a paz e a tranquilidade; e o pequeno efetivo policial com o qual a província contava para manter a ordem foi sempre muito aquém das necessidades.

Teria realmente reinado a paz na província? Se reinava a paz, por que o insistente discurso da necessidade do aumento do efetivo policial? Se atentarmos para o conteúdo dessas falas, encontraremos indícios de que essa paz e tranquilidade não eram tão grandes assim, embora em mensagem enviada na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 1841, o presidente provincial, José Joaquim Machado de Oliveira, diga que a paz, a ordem e o sossego público se faziam presentes na província, afirmando que os habitantes locais tinham boa índole e dedicação ao trabalho, repelindo a desordem. Mais adiante registra a ocorrência de uma situação que estava afetando sossego público:

Hum fazendeiro [...] queixou-se ao Juiz de Paz que, em caminho para sua fazenda, lhe havião dado dois tiros com chumbo de caçar, que feriram nas espaldas levianamente; e prescindindo das formas que a Lei tem marcado para semelhantes casos, só deliberou-se a mudar de Districto. Cumpre notar, que entre o cidadão offendido e outra família poderosa do Districto he notório, que alimenta antiga e acintosa desavença, que tem dado causa a atrozes animosidades; e o negar-se aquelle a procedimentos criminaes de própria vontade foi talvez com o prudente intuito de não agravar mais sua arriscada situação, sem que esperasse resultado satisfactorio do estado de coacção moral ou temos em que observava a Autoridade territorial, aquém tocava aquelle procedimento, e em cujo estado ainda permanece.²⁵²

²⁵² “FALLA com que o Exmo. Presidente da Provincia do Espirito Santo José Joaquim Machado d’Oliveira abriu a Assembleia Legislativa Provincial, no dia 1º de abril de 1841. Rio de Janeiro: Typographia Nacional 1841. p. 5.”

A fala nos parece sintomática por evidenciar o que Franco²⁵³ diz sobre a vida cotidiana da sociedade do século XIX, no Brasil. Esclarece a autora que, no Brasil, a violência foi incorporada como conduta social válida, sendo às vezes a valentia uma das formas de resolver conflitos, muitas vezes para que a honra fosse preservada. Para entendermos essa situação, precisamos retornar à formação da colonização do Brasil. Segundo Samara,²⁵⁴ fatores locais que influenciaram a consolidação de uma estrutura patriarcal prevaleceram. A descentralização administrativa, os latifúndios e a dispersão populacional levaram a que as relações de caráter pessoal assumissem grande importância. Tal fato pode ser explicado, ainda, em razão da não possibilidade do Estado de resolver as questões de conflitos em todas as localidades, até porque seu aparato militar era escasso.

O reduzido número do aparato policial fica evidenciado na fala dos governantes, pois, recorrentemente, queixavam-se do pequeno número de policiais existentes, como afirmava o vice-presidente em exercício da província, Joaquim Marcellino da Silva Lima, em 1846: “[...] é notório quanto são fracos os recursos de que dispõem as Authoridades Policiaes para fazerem effectiva a prevenção, e punição dos delictos”.²⁵⁵

Tanto havia preocupação com a tranquilidade pública como com a segurança individual que, no século XIX, foi criada a força policial.

Segundo Josette Baptista, a polícia foi uma criação do Estado moderno, a partir do século XIX, em países europeus ocidentais e, conseqüentemente, em outras localidades ligadas historicamente a esses países, como é o caso do Brasil. De acordo com a mesma autora,

A partir desse momento histórico o Estado assume a autoridade através de suas instituições, até então exercida na esfera pessoal. A polícia é uma delas. Através da polícia o Estado passa então não só a proteger o patrimônio, antes tarefa dos próprios proprietários, mas também de certa forma a controlar o comportamento público.²⁵⁶

²⁵³ FRANCO, 1983.

²⁵⁴ SAMARA, Eni Mesquita. **A família brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²⁵⁵ “FALLA dirigida a Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo, na abertura da sessão ordinária do ano de 1846, pelo Exm. vice-presidente da mesma Província Joaquim Marcellino da Silva Lima. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M Ferreira, p. 4.”

²⁵⁶ BAPTISTA, Josette. **Consolidação e cotidiano de uma instituição do Império: a Polícia Militar do Espírito Santo (1835-1889)**. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. p. 24.

No Espírito Santo, a Guarda de Polícia Provincial foi criada pela Lei nº 9, em 6 de abril de 1835. Nove anos depois, em 1844, essa força policial foi extinta. Segundo ainda Baptista, “Na ausência de uma força policial a segurança de toda a Província ficou a cargo da Companhia de Caçadores de Linha e da Companhia de Pedestre”.²⁵⁷ O fato é que, mesmo com a extinção da Polícia Provincial, isso não significou que a província ficasse destituída completamente de um aparato que buscasse controlar os abusos contra a segurança particular e do Estado. Assim, por pequeno que fosse, o aparato policial existente atendia às necessidades da província, sobretudo na Capital, região mais populosa e centro administrativo da província.

Podem não ter sido a preocupação maior do aparato policial os levantes, fugas ou insurgimentos de escravos, como diz Campos,²⁵⁸ em razão de que os proprietários de escravos tinham mecanismos próprios para dar conta dessa problemática, não obstante essa fosse uma preocupação do Estado, como bem foi registrado nas mensagens dos governantes provinciais.

Não há como negar que a opressão marcava o cotidiano dos escravos, nas suas unidades de trabalho, quer fosse na casa de seu senhor, onde executavam os serviços domésticos, quer fosse na lavoura, ou ainda em trabalhos como escravos de ganho nas cidades. Assim, o clima de tensão e conflito permeava a vida dos escravos. A perversidade, a arbitrariedade e a truculência eram realidade bem conhecidas. “[...] o chicote e a prisão [...] estavam sempre presentes na vida de qualquer escravo urbano”,²⁵⁹ diferentemente das áreas rurais onde as punições ocorriam nas propriedades de seus senhores.

Mas não pensemos que o escravo se resignava e aceitava passivamente a truculência e a violência. O medo de ataques constantes que escravos aquilombados faziam aos povoados, assim como a revolta pela opressão a que viviam foram uma realidade na história do Brasil.²⁶⁰

Na Província do Espírito Santo, o medo de sublevação (fosse ela coletiva, fosse individual) de escravos foi uma realidade. Em 1849, tivemos o célebre levante de escravos em Queimado, tão bem descrito por Afonso Cláudio.²⁶¹

²⁵⁷ BAPTISTA, 2009. p. 49.

²⁵⁸ **ANAIS do II ENCONTRO REGIONAL DO Centro de Estudos dos Oitocentos.** CAMPOS, Adriana Pereira. Escravos é coisa de polícia? Juiz de Fora: ClíoEdel, 2004. p. 124-142.

²⁵⁹ ARAÚJO, Carlos Moreira de et al. **Cidades negras:** africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2006. p. 65.

²⁶⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

²⁶¹ CLÁUDIO, 1979.

Levantes e fugas de escravos causavam pânico e medo não somente entre a população mas também no poder instituído, tanto assim que o presidente da província, em 1850, falava que as rebeliões eram um cancro, e o problema precisava ser extirpado.²⁶² Em 1865, essa situação persistia, pois continuava a aparecer nos registros governamentais preocupação com as rebeliões de escravos. Sobre essa problemática, assim discursou o presidente da província:

E certo que chegou oficialmente a meus ouvidos a notícia de que em alguns pontos da Província se receava uma insurreição de escravos, ocasionada pelo boato, que entre elles circulava, de que a emergência internacional, [...] trazia em resultado a sua emancipação [...].²⁶³

Carlos Magno Guimarães diz que, de norte a sul do Brasil, ocorreu o temor de ataques de escravos, assim como o incômodo que suas fugas causava sobre o sistema. Falando de fugas e constituições de quilombos, diz esse autor que “[...] onde quer que o escravismo tenha sido implantado constatamos o surgimento de comunidades formadas por escravos fugidos dos seus senhores [...]”.²⁶⁴

Das diferentes possibilidades de resistência por parte dos escravos, a fuga “[...] foi a forma mais comum no Brasil [...]”, segundo Stuart Schwartz.²⁶⁵

Foi por ter dado dois tiros em Firmino Pinto de Jesus, que se descobriu que Antonio, de propriedade do tenente-coronel Vicente Loureiro, era um escravo fugido.²⁶⁶ Foi pela manhã que, juntamente com outro escravo doméstico da casa, Caetano foi até a Fonte Grande buscar água para abastecer a casa de seu senhor, João Pinto Rangel. De lá ela desapareceu, sendo descoberta tempos depois pelo seu senhor, que investiu na sua captura. Pela documentação, ficamos sabendo que ela não fugiu sozinha, mas com a ajuda de Manoel Pinto do Nascimento. Como era tão comum, Caetana foi morar num local distante e ermo e habitava uma casa muito simples de taipa coberta de palha.²⁶⁷

²⁶² “RELATORIO com que Felipe José Pereira leal, Presidente da Província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa, no dia 25 de julho de 1850. Vitória: Typographia Capitaniense de P. A. d’Azeredo. 1850.”

²⁶³ “RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, no dia da abertura da sessão ordinária, pelo Presidente José Joaquim do Carmo. Victoria: Typographia do Jornal da Victoria, 1865. p. 5.”

²⁶⁴ GUIMARÃES, Carlos Magno. *Escravidão e rebeldia escrava: quilombos nas Minas Gerais do século XVIII*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 324- 338.

²⁶⁵ SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: Edusc, 2001. p. 220.

²⁶⁶ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 645. Ano de 1852.

²⁶⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa, 652. Ano de 1863.

Existiam formas variadas de insubordinação do escravo com o seu senhor. O caso da “negrinha” Margarida evidencia uma dessas formas. Estava ela na rua, conversando com a cunhada de Coriolano, seu senhor, quando este lhe perguntou o que estava fazendo na rua naquela hora. Ela nada respondeu, ignorando seu amo. Irritado, Coriolano agrediu a escrava dando-lhe dois bofetões.²⁶⁸

A agressão aos escravos, fossem eles da lavoura, fossem domésticos, foi uma prática usual no Brasil. Era tão comum que alguns entendiam que os castigos imputados era algo natural.

Uma testemunha da briga entre D. Sophia Batalha de Oliveira com sua cunhada Cristina Maria da Silva Coutinho e sua sogra D. Maria Bermudês disse que ouviu barulho que parecia uma briga, mas, em razão das janelas estarem fechadas, não conseguiu distinguir o que de fato estava acontecendo. Acreditou que fosse tão somente D. Maria Bermudes castigando uma escrava, pois isso ali era muito usual.²⁶⁹

Para alguns escravos, as surras acabavam sendo introjetadas como “aceitáveis”. O escravo alugado da padaria do Porto das Lanchas, ao ser surrado pelo caixeiro da padaria do Porto dos Padres, diz-lhe: “Senhor Francisco, vossa mercê não me dê mais, porque tenho senhor que me castigue”.²⁷⁰

Não estamos com isso afirmando que os escravos aceitavam passivamente serem castigados. Sabemos de caso de escravos que assassinavam seus senhores, rebelando-se contra a opressão a que eram submetidos. Nem estamos afirmando também que as relações entre escravos e senhores tenham sido sempre de confronto. Laços de solidariedade poderiam certamente existir nessa relação.

Embora a historiografia tradicional tenha afirmado existir no Brasil uma democracia racial, ser negro, na sociedade brasileira do Oitocentos, não era nada interessante, uma vez que a sociedade estava dividida racialmente. Ser negro estava associado ao cativo, dificultando livrar-se do estigma da inferioridade.²⁷¹

²⁶⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 10, Caixa 653. Ano de 1859.

²⁶⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 662. Ano de 1870.

²⁷⁰ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 652. Ano de 1859.

²⁷¹ AZEVEDO, 1987.

Ao se dirigir à casa de sua amiga Maria da Luz para pegar um vestido para sua filha, Joana Maria do Rosário se sentiu agredida por José Gonçalves Roiz, pelo fato de ele a ter chamado de negra, ao que ela respondeu: “Se sou negra não é da sua conta”. Certamente, o estigma que era ser negro nessa sociedade foi a razão de ela se desentender com José que acabou a agredindo.²⁷² Outro caso de preconceito deu-se na contenda entre Manoel de Jesus Brandão com o escravo Joaquim. Quando Manoel estava se dirigindo à sua residência, Joaquim o chamou em voz alta dizendo para ele voltar que Antonio Gomes queria falar com ele. Ao procurar Antonio, esse lhe disse que não desejava falar com ele, que tudo não passava de uma “cassuada” (brincadeira) de Joaquim, o que deixou Manoel irritado, tendo falado para o escravo que este deveria brincar com pessoas de baixa condição, que fosse buscar cativos como ele para brincar.²⁷³

A relação entre escravos e senhores não foi estabelecida unicamente pelo medo e terror, ou pelo domínio dos senhores e subordinação dos escravos. Maria Elisa de Campos Graf²⁷⁴ diz que o comportamento entre senhores e escravos trazia também situações de ambiguidade. Assim, confrontos e negociações faziam parte do cotidiano das relações entre esses segmentos sociais.

Embora a maioria dos escravos tivesse nascido de famílias locais, isso não quer dizer que o tráfico de escravos não fosse uma realidade da província. Os que chegavam da África ou de outras províncias, sobretudo a partir do fim do tráfico em 1850, eram comercializados. Juliana Maria da Encarnação Silveira reclama ter pago a importância de 230 mil réis na troca de uma escrava que comprou de Manoel Ferreira Dias e depois descobriu que ela era uma “tonta”, “sem juízo”, “doida”, desejando desfazer o negócio, o que não foi aceito.²⁷⁵

2.8. O PAPEL SOCIAL DO HOMEM E DA MULHER

Os depoimentos dos autos criminais permitem que possamos conhecer a mentalidade da população de Vitória em relação ao papel social de homens e mulheres, numa sociedade marcada pela preponderância do masculino sobre o feminino, uma vez que as características de uma sociedade patriarcal eram predominantes ainda no século XIX.

²⁷² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 647. Ano de 1854.

²⁷³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 26, Caixa 657. Ano de 1863.

²⁷⁴ GRAF, Maria Elisa de Campos. Nos bastidores da escravidão: convivência e conflito no Brasil colonial. In: SILVA, 2000. p. 90-104.

²⁷⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 23, Caixa 650. Ano de 1858

Havia um sentimento da superioridade do masculino sobre o feminino, característico da sociedade cristã, que delimitava o papel das mulheres, normatizando seus corpos e almas, segundo Del Priore.²⁷⁶

Elena Gianini Belotti diz que, na sociedade do século XIX, no Brasil, era percebida, desde cedo pelas mulheres, a superioridade masculina.²⁷⁷

Se a visão misógina prevalecia, não pensemos que as mulheres aceitaram pacificamente a superioridade masculina. Se homens agrediam as mulheres acreditando que poderiam fazê-lo, pois elas mereciam o castigo, encontramos mulheres que se insubordinaram contra esse poder do homem sobre elas. Tal fenômeno nos deixa perceber que, na Capital da Província do Espírito Santo, havia espaços para acomodações das mulheres a situação de subordinação, mas, também, para o conflito e o enfrentamento.

Encontramos, tal qual Sohiet²⁷⁸ em sua pesquisa sobre a condição feminina no Rio de Janeiro, mulheres reagindo às suas frustrações, contrariando o comportamento de resignação que esperavam delas. Desprezo, irreverência, agressividade foram atitudes que conseguimos perceber nos autos criminais analisados.

Souza²⁷⁹ aponta, em seu trabalho, no qual analisou autos criminais em que as mulheres aparecem como réis ou vítimas, que muitas delas fugiam ao estereótipo do recato, da docilidade e da submissão. Elas se sublevavam e se insubordinavam. Partiam muitas vezes para o enfrentamento, com agressões físicas, verbais e até mesmo cometendo assassinato. Da mesma forma, Franco²⁸⁰ afirma que as mulheres eram ora favoráveis ao papel de recato, ora lutavam, brigavam pelo que consideravam seus direitos.

O fato é que, se exercer o papel de mãe, esposa e dona de casa era as maiores virtude das mulheres, discurso esse idealizado e pregado pela Igreja, juristas e sempre legitimado pelo Estado,²⁸¹ na prática, às vezes, esse discurso não era detidamente seguido.

Vejamos, então, o que dizem os autos criminais sobre o comportamento das mulheres da cidade de Vitória.

²⁷⁶ DEL PRIORE, Mary Lucy M. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

²⁷⁷ BELLOTI, Elena Gianini. **Educação para a submissão**: o descondicionamento da mulher. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

²⁷⁸ SOIHET, Rachel. **Vivência e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

²⁷⁹ SOUZA, 2007.

²⁸⁰ FRANCO, 2010.

²⁸¹ MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Editora Siciliano, 1995.

Viúva e com dois filhos, a imigrante Eva morreu de um aborto, o que, segundo as testemunhas, ocorreu pelas pancadas que recebera de seu companheiro Johan Miguel Schaeffer. As testemunhas falam que Johan frequentemente espancava Eva e seus filhos. Por que será que Eva não se insurgiu contra essa situação? Seria por medo, por questão de sobrevivência? Ou Eva teria introjetado o discurso da docilidade e da submissão. Certamente não teremos resposta para essas perguntas.²⁸²

As mulheres sabiam que, dependendo da situação, era importante introjetar o discurso da docilidade, do recato, da mansidão. Para valorizar as qualidades de sua esposa e obviamente desqualificar o réu, Antonio Zelador Cardoso diz que, quando sua esposa foi agredida por Thomaz Ferreira Campos, estava ela trabalhando mansa e pacífica em sua propriedade, colocando fogo em um roçado.²⁸³

O fenômeno encontrado em alguns autos criminais permite-nos inferir que os homens acreditavam na superioridade masculina, e que a agressão às mulheres não passava de corretivo. Era o que pensava o réu, tenente Veríssimo da Costa Leite. Este, apesar de ser casado, vivia amancebado com Maria Jacintha Moreira, a quem agrediu, deixou-a amarrada por mais de seis horas. Em seu depoimento, Veríssimo diz que só bateu em Maria Jacintha por essa ter lhe contestado sobre o roubo de um cordão de ouro, já que Veríssimo dizia ser Jacintha a autora do furto. Por ter sido insultado pela vítima passou a agredi-la fazendo o que “[...] costuma fazer todo homem nessas ocasiões, dando [na vítima] com as mãos alguns socos”.²⁸⁴

²⁸² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 10, Caixa 654. Ano de 1860.

²⁸³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 662. Ano de 1854.

²⁸⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 17, Caixa 648. Ano de 1856.

Viver acuada e com medo, agredida frequentemente, não significava que as mulheres aceitavam passivamente tal situação. Muitas vezes conviviam com a humilhação e a dor, esperando o momento certo para se livrar do pesadelo a que eram submetidas cotidianamente. Foi o caso de Eugenia Pinto Ribeiro que, durante anos, foi maltratada, tendo que de madrugada esquentar água para seu marido tomar banho e ainda esquentar a sua comida. No dia do assassinato do seu marido que, segundo algumas testemunhas, ela teria tramado juntamente com Francisco Paiva Barcellos, a acusada demonstra toda raiva e ressentimento. Ao alvejá-lo com um tiro, viu o marido cair morto sobre a chapa de um fogão e seu corpo tostar pela chapa quente, mas ela não se movimentou para evitar que tal fato continuasse a acontecer e mais, dizia, segundo testemunhas, “Agora ele está pagando as carreiras que me dava”.²⁸⁵

Os homens certamente achavam que as mulheres estavam sempre disponíveis para eles, quer para efetuar os serviços domésticos, quer para lhes satisfazer os desejos sexuais. Manoel Antonio do Nascimento vivia na casa de Senhorinha Maria Pinto, que era viúva. Entre eles certo dia houve uma altercação, segundo relato de Manoel. A briga teria ocorrido por ele não ter encontrado comida na panela para jantar, e perguntou ele a Senhorinha por que razão não preparou o jantar para ele, ao que nada lhe foi respondido. Ao perguntar novamente, ela teria dito: “Por que a mãe dele interrogado não fora cozinhar?”. Segundo relato de Manoel, como perguntou pela panela e pela comida e não pela sua mãe, ficou desatinado e agrediu a vítima.²⁸⁶

Para os homens, o fato de uma mulher andar sozinha pela rua, significava que estava à disposição de seus gracejos e de seus instintos sexuais. Souza diz que os homens molestavam as mulheres que andavam sozinhas nas ruas, por isso as colocavam “[...] na condição de desonradas e, por isso, deveriam estar disponíveis para os apelos sexuais masculinos”.²⁸⁷

Assim pensou Luiz Ferreira dos Santos ao assediar a menor Beatriz, que fora às cinco horas da manhã pegar água para abastecer a sua casa.²⁸⁸ Igualmente fez João Martins de Azambuja Meirelles ao ver Manuela Maria dos Prazeres à noite na rua.²⁸⁹

²⁸⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 16, Caixa 648. Ano de 1855.

²⁸⁶ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 649. Ano de 1857.

²⁸⁷ SOUZA, 2007, p. 106.

²⁸⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 654. Ano de 1866.

²⁸⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 7, Caixa 647. Ano de 1856.

Ao encontrar a alienada Francisca na rua, Félix da Costa Santos tenta estuprá-la.²⁹⁰ Mesmo mulheres casadas ou parentes próximas não estavam livres de tal situação. Aproveitando-se que seu amigo Manoel Baptista Pires se encontrava viajando, Sebastião Alves de Souza tenta estuprar a Francelina Leal da Victoria.²⁹¹ Embora morasse sob o teto de sua casa, juntamente com sua esposa, José Pinto da Terra estuprava cotidianamente a sua cunhada menor, Francisca Maria.²⁹² Diz Souza ainda que “[...] algumas mulheres pensavam diferentemente e buscavam alternativas para que não fossem confundidas como de ‘vida fácil’, prostitutas, nem que para isso tivessem que enfrentar verbal ou fisicamente”.²⁹³

E foi o que fizeram Beatriz, Francelina, Francisca e Manuela, não permitindo que o estupro acontecesse e, mais, enfrentaram fisicamente e levaram seus detratores à Justiça.

Certamente a maioria das mulheres da cidade de Vitória, assim como ocorreu em outras regiões do Brasil dessa época, se dobraram ao poder, suportando a dominação masculina. Entretanto, como já dissemos, havia brechas para contestação a esse poder, confrontando-se com ele. Vejamos um caso que exemplifica nossa assertiva, que foi a contenda ocorrida entre Coriolano de Almeida Wanmey e sua cunhada Maria Thereza Tenor.

Maria Thereza estava na rua conversando com uma escrava de Coriolano chamada Margarida. Ao ver sua escrava na rua, Coriolano não ficou satisfeito e lhe perguntou o que ela estava fazendo ali. Não tendo obtido resposta, entendeu a atitude de Margarida desrespeitosa, de insubmissão e de enfrentamento, por isso lhe deu duas bofetadas. Maria Thereza tomou as dores da “amiga” e por isso foi agredida também. Apesar de ser menor de idade, portanto de complexões físicas inferiores as seu cunhado, Maria Thereza não se intimidou e também agrediu verbal e fisicamente Coriolano. Este ficou muito irritadiço com o fato, talvez por não compreender como uma mulher ousasse contestar o poder masculino. A testemunha, Fabiano Martins Meirelles, disse ter encontrado o réu com feições alteradas. Ao perguntar a ele o que teria acontecido, este lhe respondeu que era por ter tido uma altercação com sua cunhada e mais, que se envergonhava de ser casado com a irmã de uma menina tão malvada. Coriolano deve ter ficado muito irritado mesmo, pois, em seu depoimento, disse que naquela noite “[...] tomou a chave de uma outra casa e para lá se mudou”.

²⁹⁰ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 654. Ano de 1865.

²⁹¹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 647. Ano de 1857.

²⁹² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 653. Ano de 1859.

²⁹³ SOUZA, 2007, p. 106.

Em seu depoimento, Coriolano disse que sua cunhada era uma menina depravada e já entregue a bebidas espirituosas. Entende que, por ela não corresponder ao modelo idealizado de recato e submissão, poderia sim ser “corrigida” e que sua atitude era a correta por ver sua autoridade questionada.²⁹⁴

Temos inúmeros exemplos de casos em que mulheres se distanciaram do modelo idealizado de recato e submissão, adotando como prática a turbulência, a perturbação da paz das famílias no dizer daqueles que as levavam aos tribunais. São mulheres que brigam, xingam, se embebedam, agredem, têm comportamentos considerados desviantes. Vejamos um exemplo. José Antonio de Almeida, ao ter uma desavença com Maria Ortiz de Assunção, em seu depoimento diz que ela “[...] é uma mulher vadia, perturbadora do sossego e da paz das famílias, por palavras e ações que ofendem os bons costumes, já tendo sido por vezes recolhida à cadeia da capital por atos criminosos”.²⁹⁵

Para concluir este capítulo, escolhemos, como última temática, a questão da arbitrariedade daqueles que tinham poder, tornando-a prática usual, quando se defrontavam com pessoas de estrato social inferior.

Desde tempos coloniais se estruturou no Brasil uma sociedade em que a ausência do Estado permitiu que os assuntos fossem resolvidos de forma privada. Os grandes proprietários de terra tinham sob sua égide um séquito de pessoas, que dependiam de seus favores e, conseqüentemente, resolviam os problemas que a eles eram colocados.²⁹⁶

Nas análises de Maria Silvia de Carvalho Franco,²⁹⁷ a sociedade brasileira se estruturou sob uma ótica entre função oficial e vida privada, permitindo que alguns, os “poderosos”, se aproveitassem de funções que exerciam para fins estritamente particulares.

²⁹⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 10, Caixa 653. Ano de 1859.

²⁹⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 651. Ano de 1858.

²⁹⁶ SAMARA, Eni Mesquita de. **A família brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²⁹⁷ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3. ed. São Paulo: Kairós Livraria, 1983.

O caso que narraremos a seguir confirma a nossa afirmativa. Era final de tarde, já anoitecendo, quando Manoel Gonçalves, sua esposa e sua filha, foram, como faziam habitualmente no domingo, assistir à missa na Igreja de São Francisco, na parte alta da cidade. Ao término da missa, retornando para casa, fazendo o trajeto a pé, encontraram o tenente José Fernandes Lopes, que se pôs “[...] como que examinando, ou querendo dizer alguma coisa”, ao que foi repreendido por palavras Manoel Gonçalves, que não gostou do assédio que o tenente fazia à sua filha. Segundo testemunhas, o tenente ficou alterado com a repreensão e teria dito: “Deixe estar aquele patife, que eu ainda tenho uma espada que a nação me concede”, numa atitude arbitrária, usando um poder que o Estado lhe conferia, para intimidar as pessoas, esquecendo-se de que esse poder não lhe dava esse direito.

Assim, ordena o tenente que os soldados prendam Manoel Gonçalves. Em seu depoimento, Manoel alega que fora preso “[...] sem culpa formada, sem ordem escrita, sem ter havido flagrante e ainda por motivo reprovado, ou seja, uma prisão injusta e ilegal”, pois, quando foi preso, teria questionado tal ato e o tenente gritou dizendo aos policiais, “[...] não quero saber de nada, prendam o homem”. Fica evidente, nesse auto criminal, que às vezes aqueles que eram investidos de poder pelo Estado violavam diretamente as leis da Constituição do Império, entendendo que o poder lhes permitia cometer arbitrariedades.²⁹⁸

Se arbitrariedades existiam por parte dos poderosos, não significava que os menos afortunados de poder econômico se curvassem e aceitassem passivamente as injustiças. Muitas vezes, apesar de todos os entraves, acionavam a Justiça para fazer valer os seus direitos. As fontes judiciárias mostram que homens e mulheres, mestiços e escravos, brancos pobres, como vítimas ou queixantes, “[...] demandavam a ação e intervenção da justiça”.²⁹⁹

²⁹⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 12, Caixa 646. Ano de 1854.

²⁹⁹ Vellasco, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais- século 19. Bauru/São Paulo: Edusc, 2004. p. 21.

Encontramos inúmeros casos que corroboram o que afirmamos. Exemplificaremos com um que consideramos emblemático. Angélica Maria da Conceição Leal, ao ver seu filho menor, Ignácio Martins de Jesus Leal, ser agredido por Luciano José de Andrade Gomes, buscou a Justiça para se contrapor à violência a que sua família foi submetida. A agressão do menor ocorreu quando ele, a pedido de sua mãe, foi à venda de Luciano comprar alguns mantimentos para a casa. Lá o menor desenvolveu uma pipa de aguardente do vendeiro, fazendo com que a bebida que estava no tonel se esvaziasse. O juiz municipal, após analisar o caso, proferiu sentença favorável ao réu. Angélica Maria não se conformou com a decisão e, não se intimidando, buscou recurso no Tribunal de Relação do Rio de Janeiro. Em sua petição, requer que a justiça seja feita e informa ainda que estava encontrando dificuldades em que seu intento se concretizasse, temendo que tal injúria sofrida pelo seu filho ficasse impune, por ser este uma pessoa pobre e o vendeiro um homem poderoso. O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, por Acórdão, decide “[...] julgar improcedentes as razões apontadas pelo Juiz de direito, visto que os autos mostram que a decisão era contrária as evidências das provas”, condenando o réu.³⁰⁰

Embora a justiça com as próprias mãos fosse uma realidade presente nesse grupo social e fosse também uma realidade a dificuldade do acesso por parte do despossuídos economicamente, além do fato de a Justiça tender a contemplar majoritariamente os endinheirados, a população, de forma geral, como bem Vellasco aponta, “Por mais limitadas e exíguas que possam ter sido as possibilidades de fazer valer o preceito da igualdade diante da lei[...]”³⁰¹ recorria à Justiça como forma do exercício de direitos.

³⁰⁰ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 16, Caixa 650. Ano de 1858.

³⁰¹ VELLASCO, 2004, p. 25.

CAPÍTULO III

3 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA COMARCA DE VITÓRIA

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, pretendemos evidenciar que a criminalidade e a violência estiveram presentes na vida cotidiana da cidade de Vitória, Província do Espírito Santo, entre 1841 e 1871. Assim o foi no dia a dia dos homens livres na ordem escravocrata, como bem já apontou Franco,³⁰² em seu estudo sobre o Brasil do século XIX.

Para tanto, iniciamos apresentando os conceitos de violência e de criminalidade, para, em seguida, evidenciar os diferentes tipos de crimes e de violência que se fizeram presentes na cidade.

No que concerne à questão da criminalidade e da violência, por meio de tabelas e gráficos, buscamos mostrar as que mais se cometiam.

Evidenciamos ainda que a população, ao buscar o uso da justiça, pretendia de alguma forma reparar a violência a que era submetida e fazer valer os seus direitos.

Utilizamos, como fonte para análise da existência da criminalidade e da violência, os autos criminais e as mensagens dos presidentes de província.

3.2 CONCEITUANDO VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

Ruben George Oliven diz que, embora historicamente a sociedade brasileira tenha sido construída com a presença constante da criminalidade e da violência, “[...] estas tem sido sistematicamente negadas a nível ideológico”.³⁰³ Assim, a ideia da índole pacífica do povo brasileiro foi se constituindo, não obstante as manifestações de violência tenham feito parte do cotidiano da população em diferentes localidades do País.

Talvez a explicação para a negação da violência e da criminalidade em nossa sociedade se dava, como bem apontou Oliven, ao fato de não termos dados fidedignos sobre essas contentas ou, ainda, pelo

³⁰² FRANCO, 1983.

³⁰³ OLIVEN, ANO, 1989.

[...] fato de estatísticas sobre violência serem produzidas com base em informações da polícia que define criminalidade e violência com critérios próprios que frequentemente levam em consideração seu interesse em maximizar a ocorrência de certos tipos de comportamentos [...].³⁰⁴

O mito da índole pacífica do brasileiro, que tanto os presidentes de província exultaram em seus relatórios de governo, na verdade, não passava de uma falácia. Explicamos a existência da violência na sociedade brasileira do século XIX, em razão de que esta se constituía, para as classes dominantes, como um mecanismo de dominação e, para as classes dominadas, funcionava como uma estratégia de sobrevivência.³⁰⁵

Para Norberto Bobbio, violência é a “[...] intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo”,³⁰⁶ sendo esta voluntária e tendo por finalidade ofender e coagir a outrem. Para o mesmo autor, a violência é exercida por quem tortura, fere ou mata, “[...] quem não obstante a resistência, imobiliza ou manipula o corpo de outro; quem impede naturalmente o outro de cumprir determinadas ações exercidas contra a vontade da vítima”.³⁰⁷

Assim deixamos claro de antemão, tal qual o faz Bobbio, que diferenciamos violência de coerção e manipulação. Na coerção e na manipulação, utiliza-se o poder obrigando o outro, de forma velada ou não, a assumir uma conduta que não deseje. De toda forma, na coerção e na manipulação, a violência está presente. Assim, pretendemos tratar da violência no sentido *lato* apontado por Bobbio, mas também focalizaremos a coerção e a manipulação, por entendermos, assim como o teórico, que estas são também tipos diferenciados de violência.

Criminalidade, por sua vez, deve ser considerada, ao menos nos limites do presente estudo, como a tradução jurídica da violência, ou seja, como o resultado de um ato violento que tenha relevância para a legislação penal. Assim, os atos violentos, quando conduzidos aos autos criminais, passam ao crivo do Estado que, observando os procedimentos formalizados por lei, concluirá se aquele ato violento é, de fato, um gesto de criminalidade, portanto censurado por lei.

³⁰⁴ Ibidem, p. 15.

³⁰⁵ Ibidem.

³⁰⁶ BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora da UNB, 2005. v. 1, p. 1291.

³⁰⁷ BOBBIO, 1998, p. 1292.

Esse complexo de atos de violência valorados como crime é que constitui a criminalidade. O breve histórico dos autos criminais dimensiona bem os gestos de violência, mas são as decisões do Estado, representado por seus agentes ou pelo corpo de jurados, que dirão acerca da criminalização da violência, resultado que estão bem definidos nas tabelas que seguirão.

3.3 A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE COMO REALIDADE SOCIAL DO SÉCULO XIX

Para Carla Maria Junho Anastásia, as “[...] sociedades humanas, das tribos às cidades, desenvolveram uma imensa capacidade para conviver com a violência”³⁰⁸ e a criminalidade. Como já foi dito, a dimensão grandiosa do Brasil, a forma como foi instituída a colonização sob o domínio dos grandes latifundiários e a instituição do sistema escravocrata levaram, segundo a mesma autora, a que Coroa portuguesa permitisse funcionar uma dinâmica interna em sua colônia brasileira, o estabelecimento de uma ordem privada, sobretudo pela ausência ou ineficácia da máquina administrativa nas dimensões colossais da colônia.

Assim, a violência era o caminho para resolver questões sem interferências do Estado. Não estamos com isso, obviamente, afirmando que, no Brasil do século XIX, a desorganização imperava e que a lei não funcionava, muito menos também não estamos afirmando que a população daquela época fosse propensa à criminalidade e à violência.

A violência fazia parte de um ordenamento que era aceito socialmente e legitimado por um grupo social. Franco diz que, no Brasil, a violência foi incorporada como conduta social válida, daí por que a valentia era uma das formas possíveis de se resolver os conflitos, muitas vezes para que a honra fosse preservada.

Partindo dessa premissa para entendermos a violência da época, é preciso compreender os seus valores e os significados para os diferentes grupos sociais. Assim, será possível entender a diferença que existia entre o que pensava a população acerca da violência e da criminalidade e o que pensavam as autoridades do poder. Como diz Jesus,

³⁰⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A geografia do crime**: violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 13-14.

Ao recorrer a força para resolver seus conflitos quotidianos, os homens [e as mulheres] do século XIX não estavam assumindo uma atitude de resistência à ordem estabelecida, mesmo que, inicialmente, fossem vistos dessa forma pelas autoridades. Seus atos eram, na maioria das vezes, impulsos, guiados por um código de honra que legitimava esses atos violentos. Assim a explicação para o comportamento dos atores envolvidos em situações de violência deve ser buscada em seus universo cultural.³⁰⁹

Dessa forma, estamos pensando a violência na cidade de Vitória de acordo com as especificidades das manifestações culturais do grupo social que nela habita, uma vez que cada sociedade tem noções próprias de violência, “[...] estabelecidas por critérios de aceitação ou não das práticas”.³¹⁰

Pelo exposto, não tememos dizer que a violência exercia muitas vezes um caráter de naturalidade, sobretudo quando se fazia necessária para resolver as pendengas, mesmo que aos nossos olhares de hoje nos pareçam extremamente brutais. Não podemos esquecer que estamos falando de violência, de crimes, de disputas e conflitos cotidianos que ocorriam e eram resolvidos com o uso da força. Reagir aos desafios e provocações era questão de honra, condição essencial para a afirmação do indivíduo perante o grupo social do qual fazia parte. Não podemos esquecer que a violência e a criminalidade ocorriam contra pessoas que tinham ou tiveram relações amistosas. Os crimes e a violência exercida sobre membros da comunidade da cidade de Vitória, como veremos mais à frente, ocorriam entre vizinhos, amigos, conhecidos, parentes sanguíneos ou não, casados, amasiados ou conhecidos.

Dentre os fatores responsáveis pela eclosão da violência e o concretizar da criminalidade no século XIX, a ofensa à honra foi o preponderante. A ameaça à honra não atingia apenas aqueles que eram mal falados, pois ameaçava a reputação de toda a família.

3.4 O USO DAS FONTES PARA VISUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NA COMARCA DE VITÓRIA

Num panorama aparentemente ordeiro e bucólico, emerge o objetivo deste estudo, que trata da qualificação da violência e da criminalidade na Comarca de Vitória, em determinado período histórico.

³⁰⁹ JESUS, 2007, p. 22.

³¹⁰ Ibidem, p. 66.

Aliás, é bom dizer que a delimitação por nós proposta para este estudo não se encerra tanto no tempo, mas nas fontes. No elemento temporal, a pesquisa está limitada entre os anos de 1841 e 1871, período que compreende exatamente a alteração substancial no Código de Processo Criminal do Império e as modificações nas legislações judiciárias da época, que reinventam as formas de controle social, adaptando-as às inspirações – tardias é verdade – da Constituição de 1824.

O século XIX é marcado por intensas transformações políticas, sobretudo, com a importação dos ideários liberais introduzidos na Constituição de 1824, além da vigência do Código Criminal de 1830 e do Código Processual Criminal de 1832.³¹¹ O objetivo principal do Código Criminal, sancionado por D. Pedro I, em 16 de dezembro de 1830, era assegurar a ordem social brasileira. Observamos uma tentativa política de controle social, com o objetivo de manter a ordem institucional nas províncias brasileiras, a partir da criação do Código Criminal de 1830.³¹²

O que importa por ora é a limitação das fontes documentais, que são os autos criminais guardados no Fundo de Polícia do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. A escolha desse corpo documental deu-se uma vez que nele se encontra a narração do evento delituoso, bem como episódios da vida dos envolvidos, fornecendo a identificação de indícios do cotidiano social da Comarca de Vitória, assim como os traços das relações sociais engendradas pelos habitantes do lugar.

Os autos criminais cuidam essencialmente dos atos ilícitos praticados por agentes privados e que, dentro das delimitações do Código Criminal de 16 de dezembro de 1830, eram identificadas como crime. Vale dizer, o desiderato dessas fontes institucionais não é, grosso modo, aplacar primariamente a violência como fenômeno social, mas identificar o agente causador do crime, do delito, do tipo penal, que era, e ainda é, “[...] toda a acção, ou omissão voluntaria contraria ás Leis penaes”, conforme art. 2º, § 1º do texto legal.

Portanto, o esforço em verificarmos a dimensão criminológica e a violência da Comarca de Vitória encontrará limites nas fontes oficiais, que são instituídas para a identificação do crime e do autor. Nas fontes, buscamos não só dimensionar a violência ou mesmo o *status* da criminalidade social ou da criminalidade anomia, mas também estabelecer um proceder legalmente previsto na legislação processual do Império, em suas formalidades elementares, para entregar ao corpo de jurados a solução daquela lide penal específica.

³¹¹ CARVALHO, 2009.

³¹² SMELIAN, 2008.

Consideramos que a violência é um vetor social muito mais amplo que a criminalidade que, por sua vez, excede em muito as fronteiras dos autos criminais, limitados que são aos crimes e à vontade das vítimas em notificá-los. Assim, não foi nossa intenção centrar nossas análises apenas nos mecanismos punitivos e seus efeitos repressivos e de sanção, pois desejamos evidenciar a violência como um traço rotineiro na vida das pessoas, uma vez que esta era vista por essa sociedade como pertencendo à ordem natural. Queremos evidenciar que a violência e a desordem perturbavam a ordem e a tranquilidade na visão das autoridades, não tendo o mesmo sentido para os grupos sociais.

As análises da criminalidade não se limitaram ao resultado quantitativo noticiado pelos autos. Absolver ou condenar era uma decisão íntima demais para ser perscrutada para além de um resultado objetivo, sendo indispensável, ao nosso sentir, a análise daquilo que narram – não os autos, como resultado – mas a vítima, o acusado, as testemunhas. Isso porque muitas vezes os réus eram absolvidos pelos jurados, mesmo que o crime tivesse ocorrido e a culpa do réu fosse óbvia, mas o júri julgava dentro de outra lógica. A lógica poderia ser o entendimento do júri de que o réu agiu “[...] dentro dos limites de um sistema de valores pautado na solidariedade, na honra e na violência”³¹³ e por isso mesmo a absolvição se consumava.

Não estamos afirmando que a análise estatística dos resultados não interessa. Ela é importante, pois indica o tipo penal e a decisão da sociedade como juiz de fato, uma vez que o júri é composto pelos membros da sociedade local. O levantamento estatístico do crime praticado ou da qualidade das vítimas é importante para a determinação aproximada da criminalidade. Mas é, também, a consideração dos entornos desses elementos, mesmo que trazidos pelos atores do processo, que será primordial para a reflexão sobre a violência e a criminalidade.

É que a criminalidade, como fenômeno jurídico e histórico, é o único insumo seguro que se pode extrair de fontes tão exclusivistas, como o são os autos processuais. A criminalidade, pois, retratada oficialmente, é exatamente esse extrato das relações do delinquente com sua vítima e dos mecanismos de controle social deflagrados nesse contexto de agressões corpóreas e incorpóreas, donde se busca resgatar a vida social daquele tempo e seus gestos de violência.

Não se trata – insistimos – em pontuar o crime. O crime é um resultado objetivo daquilo que perceberam os jurados em suas íntimas reflexões. Mas é com o levantamento

³¹³ JESUS, 2007, p. 18.

estatístico desses tipos penais, ao que se soma o histórico desse mesmo auto, que será possível mensurar a violência que grassava por ambientes igualmente íntimos, das senzalas às ruas, quintais, nas vendas ou nas residências.

Embora estejamos trabalhando com autos criminais, buscamos, em outras fontes, coligir indícios da presença da violência e da criminalidade na Comarca de Vitória e encontramos em mensagens de presidente da Província do Espírito Santo, um levantamento dos crimes cometidos nos anos de 1841, 1846 a 1856, 1858 e 1867, cuja tabela apresentamos a seguir:

Tabela 6 – Tipologia dos crimes cometidos e julgados (continua)

TIPOLOGIA	1841	1846-1856	1858	1867	TOTAL
Ajuntamento ilícito	-	02	21	-	23
Ameaças	-	08	02	-	10
Bancarrotas e estelionato	-	03	06	-	09
Calúnia, injúria e perjúrio	-	04	02	04	10
Dano	-	03	03	01	07
Desobediência	-	-	-	01	01
Estupro	02	08	03	03	16
Falsidade	-	01	12	-	13
Ferimentos	10	83	55	33	181
Fuga de presos	02	02	01	01	06
Homicídio	05	70	13	03	91
Infanticídio	01	01	01	-	03
Insurreição	03	36	06	04	49
Poligamia	-	01	-	-	01
Resistência	-	01	-	-	01
Roubo e furto	01	08	03	-	12
Rapto	-	01	-	-	01

Tabela 6 – Tipologia dos crimes cometidos e julgados (conclusão)

TIPOLOGIA	1841	1846-1856	1858	1867	TOTAL
Tentativa de homicídio	04	15	03	05	27
Termo de bem-viver	04	09	03	03	19
Uso de armas de defesa	04	22	02	02	30
Total	36	278	136	60	510

Fonte: Mensagem de presidente de província dos anos de 1842, 1858 e 1867.

Para caracterizar a violência, só registramos os crimes particulares considerados os mais violentos como: homicídios, tentativa de homicídio, agressão física com ferimentos graves, estupro e infanticídio. Encontramos enormes dificuldades em conseguir dados por ano entre 1841 e 1871 em todas as províncias do Império. Dessa forma, resolvemos apresentar o levantamento referente a um ano de cada década. Às vezes encontramos dados referentes a um determinado ano para uma província, mas não para outra. Não identificamos nenhum dado para a Província do Piauí. Optamos também por não levantar os dados referentes ao município da Corte.

Das 18 províncias sobre as quais encontramos dados, o Espírito Santo apresentou somente menor número de crimes em relação a Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Os dados apontam a Província do Espírito Santo como a quinta mais violenta do Império. Esse número é mais significativo ainda, se fizermos analogia com o número de habitantes das províncias. Para tanto, apresentamos, a seguir, tabela com o número de habitantes das províncias do Império do Brasil. Encontramos também grandes dificuldades em levantar o número de habitantes das províncias por ano, o que nos leva a apontar dados referentes ao período de 1848 e 1872.

Em 1848, não encontramos dados apenas em referência as Províncias do Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco. Das 14 demais províncias, o Espírito Santo era a unidade com menor número de habitantes. Em relação a 1872, ano em que pela primeira vez no Brasil foi realizado o censo, encontramos dados de todas as províncias imperiais, e o Espírito Santo apresentava população maior apenas em relação a Amazonas e Mato Grosso. Ora, o quantitativo populacional tem sim influência do índice de criminalidade, pois quanto maior a população, maior a possibilidade do número de crimes e de a violência aumentar.

Infelizmente, os dados que dispomos não cobrem todos os anos de todas as províncias, o que dificulta nossa análise e, claro, a comparação. O ideal, podermos afirmar categoricamente que o Espírito Santo era a quinta província mais violenta do Império, seria dispor de dados completos de todos os anos. Esperamos que outros estudos avancem nesse sentido. Vejamos os dados coligidos por província (Tabela 7):³¹⁴

³¹⁴ Os dados foram encontrados em diversas mensagens de presidentes de província: Relatório com que foi aberta a 2ª sessão da 14ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe, pelo presidente Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça, no dia 4 de março de 1863. Sergipe: Typographia Provincial, 1865; Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe, na abertura de sua sessão ordinária no dia 8 de março de 1852, pelo Exc. Sr. presidente da Província Dr. José Antonio de Oliveira Silva. Sergipe: Typographia Provincial, 1852; Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe no dia 2 de março de 1868, pelo Exc. Sr. Presidente, Dr. Antonio de Araujo d’Aragão. Aracaju: Typographia do Jornal de Sergipe, 1868; Relatório que a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou no acto de abertura da sessão ordinária de 1871, o vice-presidente Francisco Leite da Costa Belini. Ouro Preto: Typographia J. F. Paula Castro, 1871; Relatório de presidente de província de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854. Cuiaba: Typographia do Echo Cuiabano, 1854; Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na primeira sessão da 18ª legislatura em 15 de fevereiro de 1872, pelo presidente da província, Dr. Abel Graça. Pará: Typographia do Gram-Pará, 1872; Falla que recitou o presidente da província da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, n’ a abertura da Assembléa Legislativa da mesma província em 25 de março de 1848. Bahia: Typographia de João Alves Portella, 1848; Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia, pelo presidente da província, Dr. Francisco Xavier Paes Barreto em 15 de fevereiro de 1859. Bahia: Typographia de Antonio Olavo de França Guerra, 1859; Falla com que o Excellentissimo Sr. Desembargador João Antonio Freitas Henriques, abriu a 1ª sessão da 19ª legislatura da Assembléa Provincial da Bahia, em 1º de março de 1872. Bahia: Typographia do Correio da Bahia, 1872; Relatório apresentado a assembléa Legislativa da província do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 12ª legislatura pelo vice-presidente João Manoel Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857; Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 2ª sessão da décima quinta legislatura no dia 1º de outubro de 1863, pelo presidente da mesma província Dr. Polycarpo Lopes de Leão. Typographia do Correio Mercantil, 1863; Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima nona legislatura, no dia 29 de julho de 1872, pelo presidente Conselheiro Josias do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1872; Relatório que o presidente da província o conselheiro Dr. Vicente Pires da Motta, apresentou à Assembléa Legislativa Provincial na sessão do anno de 1864. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1864; Discurso com que o Illustrissimo e Excellentissimo Sr. Dr. Antonio Roberto d’Almeida, vice-presidente da província de São Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial, no dia 15 de fevereiro de 1856. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro, 1856; Discurso recitado pelo Exm. presidente, Manoel Felizardo de Souza Mello, no dia 07 de janeiro de 1844, por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial da província de São Paulo. São Paulo: Typographia do Governo, 1844; Falla dirigida à Assembléa Legislativa da província do Amazonas, na abertura da primeira sessão ordinária da primeira legislatura pelo Exm. o vice-presidente da mesma província, o Dr. Manoel Gomes Correa de Miranda, em 5 de setembro de 1852. Capital do Amazonas: Typographia de M. da S. Ramos, 1852; Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da província do Amazonas, pelo Exm. Sr. Dr. Manoel Clementino Carreiro da Cunha, presidente da mesma província, na sessão ordinária de 3 de maio de 1862. Para: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862; Relatório apresentado na Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, na abertura das sessões ordinárias de 1872, pelo presidente José de Miranda da Silva Reis. Manaus: Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1871; Relatório apresentado a Assembléa Legislativa provincial de Pernambuco, na sessão ordinária de 1846, pelo Exc. Presidente da mesma província, Antonio Pinto Chichorro da Gama. Pernambuco: Typographia Imparcial, 1846; Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco, na abertura da sessão ordinária de 1855, pelo Exm. Sr. conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, presidente da mesma província. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1855; Relatório apresentado na abertura da Assembléa Legislativa provincial em 1º de março de 1863, pelo Excellentissimo Sr. Dr. João Silveira de Souza, presidente da província de Pernambuco. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria & Filho, 1863; Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Exm. o Conselheiro Herculano Ferreira Pena, em 3 de maio de 1863. Cuiabá: Typographia do Mato Grosso, 1864; Relatório lido pelo Exm. Sr. vice-presidente da Província Dr. Ambrosio Leite da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da 9ª legislatura da Assembléa

Legislativa Provincial, no dia 15 de agosto de 1858. Pará: Typographia Commercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1858; Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, pelo presidente da mesma província, o tenente coronel, Frederico Carneiro de Campos, em maio de 1846. Pernambuco: Typographia Imparcial, 1846; Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Excellentissimo presidente da província, o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 3 de maio de 1852. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa, 1852; Discurso apresentado pelo illstrissimo e excellentissimo senhor doutor Cazemiro José de Soares Sarmiento, presidente da província do Rio Grande do Norte, na abertura da segunda sessão da sexta legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 7 de setembro de 1847. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1847; Relatório do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o senador Conselheiro Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 5 de setembro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1847 a 1848. Porto Alegre: Typographia de Argos, 1847; Relatório do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Luis Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1853; Falla com que o vice-presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha, abriu a 1ª sessão da 12ª legislatura da Assembléa Legislativa provincial em 3 de novembro de 1866. Porto Alegre: Typographia do Rio Grandense, 1866; Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 8ª legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario d'Estado Visconde de Mont'alegre. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853; Relatório do presidente de província, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 1º de março de 1846, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno financeiro de 1846 a 1847. Nictheroy: Typographia Amaral & Irmão, 1853; Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o visconde de Vila Real da praia Grande, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1845. Rio de Janeiro: Typographia do Diario de N. L. Vianna, 1845; Falla com que abriu a segunda sessão ordinária da quarta legislatura da Assembléa Legislativa Provincial de Alagoas, o Exm. presidente da mesma província, Caetano silvestre da Silva, em 2 de fevereiro de 1843. Recife: Typographia de santos & Comp, 1843; Falla dirigida à Assembléa Legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária do anno de 1856, pelo Excellentissimo presidente da mesma província, o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos e &, 1857; Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Alagoas no dia 5 de maio de 1865, pelo Exm. Sr. Desembargador João Baptista Goçalves Campos, presidente da província. Maceio: Typographia Progressista, 1865; Falla que o presidente da província de Santa Catharina, o marechal de Campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigiu a Assembléa Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária em 1º de março de 1843. Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1843; Falla que o presidente da província de Santa Catharina, o Exm. Sr. dr. João José Coutinho, dirigio à Assembléa Legislativa da mesma província por occasião da abertura de sua sessão ordinaria em 1º de março de 1853. Cidade do Desterro: Typographia do Conservador, 1853; Relatório paretentado à Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na sess]ao ordinária de 1º de março, e falla dirigida a mesma Assembléa na sessão extraordinária de 21 de junho pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no anno de 1866. Desterro: typographia di Jornal Mercantil, 1866; Discurso feito pelo vice-presidente da província do Paraná, na abertura da Assembléa Legislativa provincial em 7 de janeiro de 1857. Curityba: Typographia Paranense de C. m. Lopes, 1857; Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Anbtonio Barbosa Gomes Nogueira, no dia 15 de fevereiro de 1862. Coritiba: Typographia do Correio Official, 1862; Relatório com que o Exm. Sr. presidente, Dr. Venancio José de oliveira Lisboa, abriu a 1ª sessão da 10ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Paraná, no dia 15 de fevereiro de 1872. Curityba: Typographia da Viúva & filohs de C.M. Lopes, 1872; Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais, na sessão ordinária do oanno de 1840 pelo presidente da província Bernardino José de queiroga. Ouro Preto: Typographia social, 1848; Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais, na sessão ordinária de 1853, pelo Dr. Luiz Antonio Barboza, presidente da mesma província. Ouro Preto: Typographia Bom Senso, 1853; Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de minas Gerais, na abertura da sessão extraordinária de 1863, pelo Dr. Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da mesma província. Ouro Preto: Typographia do Minas Geraes, 1864; Relatório apresentado a Assembléa Legislativa provincial de Goyaz na sessão ordinária de 1851, pelo Exm. presidente da mesma província, Dr. Antonio Joaquim da Silva Gomes. Goyaz: Typographia Provincial, 1851; Relatório que o Exm. Sr. Dr. Francisco Mariani, presidente desta província apresentou o Provedor da Fazenda, Felipe Antonio Cardoso de Santa Cruz, em virtude do artigo 59 da Lei nº 22 de 2 de agosto de 1852. Goyaz: Typographia Provincial, 1853; Relatório do Exm. presidente e Commandante de Armas da províncias do Ceará, o brigadeiro José Maria da Silva Bittancourt, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1844. Ceará: Typographia Cearense de J. P. Machado, 1844

Tabela 7 – Tipologia dos crimes por província.

PROVÍNCIAS	ANOS																					TOTAL		
	1842	1843	1845	1846	1847	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1867		1870	1871
Alagoas	12										17								33					62
Amazonas							02									01						36		39
Bahia				29	45									38										112
Ceará		48										40												88
Espírito Santo	20													76								44		140
Goias						11	12																	23
Maranhão	04								44										28					76
Mato Grosso								08										35				06		49
Minas Gerais					151		170															83		320
Pará													06										14	20
Paraíba			02				14																	16
Paraná													30		06								13	49
Pernambuco			97								221						1255							441
Rio de Janeiro										136							74						110	314
Rio Grande do Norte				14																				14
Rio Grande do Sul		08							25	05													26	59
Santa Catarina	11																			10				26
São Paulo	18										109									129				256

Fonte: Inúmeras mensagens de presidente de províncias. Nota 314.

Vejamos agora os dados levantados quanto à população das províncias brasileiras em 1848 e 1872 (Tabela 8). A escolha por esses anos se deu da seguinte maneira: 1848 foi o ano que conseguimos o maior número de dados sobre as províncias, e o ano de 1872, apesar de estar fora do nosso arco temporal, é o que apresenta dados mais confiáveis quanto à população do Brasil, devido à realização do primeiro censo demográfico do País³¹⁵.

Tabela 8 - População do Brasil por província (continua)

Província	ANOS	
	1848	1872
Alagoas	207.766	348.009

³¹⁵ Brasil. Censo Demográfico de 1872.

Tabela 8 - População do Brasil por província (conclusão)

Província	1848	1872
Amazonas	-	57.610
Bahia	900.000	1.379.616
Ceará	-	700.00
Espírito Santo	31.448	82.137
Goiás	79.339	160.395
Maranhão	213.000	359.040
Mato Grosso	47.813	60.417
Minas Gerais	-	2.039.738
Pará	200.000	275.237
Paraíba	151.458	376.226
Paraná	-	126.722
Pernambuco	-	841.539
Rio de Janeiro	436.433	1.057.696
Rio Grande do Norte	130.910	233.979
Rio Grande do Sul	137.018	434.813
Santa Catarina	80.133	159.802
São Paulo	-	837.354
Sergipe	134.451	176.243

Fonte: Censo Demográfico de 1872

3.5 O COMPLEXO E CONFLITANTE SISTEMA LEGAL

O marco legislativo do século XIX é a Constituição Política do Império brasileiro, outorgada por D. Pedro I em 25 de março de 1824. Esta seria, portanto, a cerimônia de adeus a um período marcado por legislações alienígenas que regiam os sistemas privado e público do Brasil e o deflagrar de um movimento liberal capaz de referenciar o porvir do sistema jurídico nacional.

A primeira constituição nacional, que mereceu vigência por 65 anos e que recebeu apenas uma emenda, foi sendo complementada, explicada, “ordinarizada” por legislações que se seguiam sem qualquer aderência ao texto magno, criando microssistemas legais absolutamente margeados das inspirações liberais paradoxalmente impostas pelo Imperador.

O código criminal de 1830 é exemplo dessa insubordinação. Logo esse código, que veio cumprir determinação contida na própria Constituição de 1824, exatamente no art. 179, XVIII, que dizia: “Organizar-se-ha quanto antes um Código Civil, e Criminal, fundado nas solidas bases da Justiça, e Equidade”.

E esse mesmo código, já no início, especificamente no art. 14, dizia que seria um crime justificável os castigos dos senhores contra seus escravos, desde que moderados. Aí já se vê que esses corpos eram pertencentes aos senhores, e a legislação era complacente aos castigos. Mas é importante dizer que o código considerava crime o castigo contra o escravo, mas não um crime punível. Era como se o açoite fosse uma legítima defesa da propriedade, ou um estado de necessidade, ou mesmo o estrito cumprimento de um dever legal, em que o senhor podia cometer o delito em nome de um bem maior, que era a propriedade.

O código criminal, nascido de inspiração constitucional, debatido em um parlamento composto por 11 militares, 6 bacharéis, 15 sacerdotes, 2 médicos, 1 advogado e 3 doutores, fortalecia o suplício dos corpos cativos, em desacordo com os ideais que empenhavam a norma que o conduziu à luz, qual seja, a Carta de 1824.³¹⁶ Vera Malguti Batista aponta que era nesse

[...] marco de referencia que o Código Criminal do Império de 1830 é promulgado, na esteira do medo das insurreições, nas expectativas de que à nação independente de 1822, sobreviessem os direitos plenos de seu povo mestiço, nas contradições entre liberalismo e escravidão, na necessidade de unificação territorial e centralização dos poderes imperiais.³¹⁷

Já o Código de Processo Criminal previa estrutura organizacional mais democrática, preservando direitos constitucionais e regulamentando instituições nascidas da Carta. A figura do juiz de paz passa a ser regulada, ao tempo em que são criadas as estruturas essenciais do aparato judiciário brasileiro, composto, a contar de então, dos escrivães, inspetores de quartirão, oficiais de Justiça, cada qual responsável pela repressão e controle social dentro de um sistema processual legalmente estabelecido e antevisto, o que já representava avanço.

A instituição do *habeas corpus*, por exemplo, identifica bem esse espírito garantista da lei processual penal. Instituto sequer previsto na Constituição Política do Império do Brasil, a lei dos ritos penais permitia que qualquer cidadão propusesse ordem de *habeas corpus* em seu

³¹⁶ MACHADO NETO, Zahide. **Direito penal e estrutura social**: comentário sociológico ao Código Criminal de 1830. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1977.

³¹⁷ BATISTA, Vera Malguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. 2. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 135.

favor ou em favor de qualquer pessoa, em caso de prisão ou mero constrangimento em sua liberdade de locomoção.

Mais ainda, impunha àquele que descumprisse a ordem de *habeas corpus* a imediata prisão, numa paradoxal relevância do direito de liberdade em favor do ilegalmente custodiado em face à claudicância do agente público, que seria conduzido, esse sim, ao juiz e ao cárcere.

Já a lei de 3 de dezembro de 1841 reformulava tudo, porque retirava o sistema processual penal dos trilhos constitucionais, até então preservador de direitos germinais do indivíduo, notadamente pelo nascimento de um proceder dialético presidido por juiz de paz eleito, cujas decisões estariam sujeitas aos recursos dirigidos ao colegiado denominado juntas de paz constituídas pelo menos por cinco membros, podendo chegar a dez componentes.

É verdade que esses juízes de paz eram dirigentes da instrução criminal desde a prisão, de forma que o crime era, desde o liminar, investigado por esses agentes, considerando a supressão do cargo de delegado de polícia pelo próprio código de 1832 e, no lugar desse, a criação o cargo de inspetor de quartirão, sumamente responsável pelo controle social imediato e pelas prisões em estado flagrancial, de tudo cientificando os juízes de paz.

Existiam instâncias diferentes, destinadas à prisão e à persecução da verdade. Esse sistema sucumbiu em frente à deformação nascida da lei dezembrina, que reviveu a figura do delegado de polícia – no que fez bem – a quem conferiu as atribuições dos juízes de paz, ao que se somam, e aí reside a miscelânea de competências, os deveres de inspeções, prisões, investigações e condenações, transformando a força policialesca em mecanismo de controle e punição primeva dos acusados.

O cargo de juiz de paz, criado pela Carta de 1824 com evidente espírito conciliador prévio de demandas, regulamentado pela Lei de 15 de outubro de 1827, ganhou relevo com o Código de Processo Penal Imperial e, logo em seguida, foi reduzido às funções originárias pela lei reformadora de 1841. Nesse mesmo ritmo de mudanças, ressurgiu o cargo de delegado em 1841, então extinto pela lei processual penal. Criou-se o de subdelegado e a estes e ao chefe de polícia conferiu-se o poder pleno no processo criminal.

Hiatos muito claros apresentam-se aqui: a) os ideais da Carta Política de 1824 foram desconsiderados no Código Criminal de 1830, minimamente absorvidos no Código de Processo Criminal de 1832, e rechaçados por completo com a Lei Reformadora n. 261 de 03 de dezembro de 1841; b) a loquacidade legislativa era evidentemente inconciliável com o parco acesso da população e das autoridades aos ditames legais, de modo que as aspirações democráticas ou não dessas normas pouco influíam na rotina agastada e cruenta do sempre repulsivo processo penal. Os autos vão demonstrar isso.

3.6 A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE NOS AUTOS CRIMINAIS

Diferentes foram os tipos de violência presentes nos autos: a violência do homem sobre a mulher, dos mais abastados em frente aos despossuídos financeiramente, das autoridades ao cidadão comum ou, ainda, de senhores sobre escravos e de escravos sobre senhores.

3.6.1 A violência masculina

Na sociedade brasileira, de forma geral, e no Espírito Santo não era diferente, havia preponderância do masculino sobre o feminino. Embora não possamos generalizar que a sociedade brasileira se caracterizava pelo patriarcalismo, não temos como negar que, mesmo em regiões como São Paulo e Minas Gerais, grande número de mulheres chefiava suas famílias pela ausência masculina. Ainda assim, características patriarcais tiveram importância nesses grupos sociais, como bem apontaram Samara³¹⁸ e Figueiredo.³¹⁹

Embora não estejamos falando que houvesse uma uniformização de comportamento das mulheres, pois este variava de acordo com o estrato social, é possível afirmar que havia uma idealização sobre o papel social da mulher na sociedade local, onde se esperava que o seu lugar principal fosse o mundo privado, voltada para as tarefas de cuidar da família e dos afazeres domésticos e, quando estivessem no mundo público, segundo Maria Helena Breno Trigo,³²⁰ deveriam ser virtuosas, dóceis, recatadas e humildes. Para Mergár,³²¹ a idealização desse papel social tinha por propósito desencorajar padrões desviantes, como desobediência. Não estamos dizendo que as mulheres aceitavam passivamente a dominação masculina e se subordinavam ao poder dos homens. Estamos afirmando que certamente a maioria das mulheres acabava se curvando ao poder masculino e aceitava passível o papel idealizado para elas. Mais ainda, estamos afirmando que, de acordo com o que encontramos nos autos criminais, os homens da Província do Espírito Santo e, particularmente, da cidade de Vitória, introjetaram o discurso de que podiam agir de forma violenta, para mostrar-lhes qual sua

³¹⁸ SAMARA, 1986

³¹⁹ FIGUEIREDO, 1993.

³²⁰ TRIGO, Maria Helena Breno. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (Org.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994. p. 89-110.

³²¹ MERGÁR, 2006.

posição dentro daquela sociedade. Castigá-las, violentá-las, assediá-las, aplicar-lhes “corretivos” era um “direito natural” dos homens. Certamente, essa sociedade incorporou o discurso de que as mulheres deveriam assumir um comportamento subalterno, submisso, medroso e silencioso.

Vejam agora alguns casos em que a violência masculina contra as mulheres era uma realidade na cidade de Vitória:

O caso do agressor José Antônio de Almeida é emblemático.³²² Em 27 de fevereiro de 1858, no anoitecer desse sábado, estava Maria Ortiz de Assunção em casa, quando seu algoz, José Antônio, de 25 anos, invadiu o local e espancou essa mulher de 40 anos, chicoteando-a com um cipó de rego. A violência foi considerável e a força empreendida por José Antonio para atingir Maria causou-lhe cortes na boca, nas costas, cotovelos, antebraço, pernas e dedos, tudo relatado no auto de corpo de delito realizado na vítima no dia 15 de março daquele ano.

Segundo o réu, a briga teria se dado por Maria Ortiz viver difamando ele e sua família com nomes injuriosos, que ele “[...] se envergonha de proferir em Juízo”. Diz ainda o réu que há tempos vinha solicitando a Maria Ortiz que se “[...] abstivesse de proferir semelhantes injúrias”. Acrescenta, que a razão de Maria Ortiz estar lhe difamando era pelo fato de ele não ter aceitado se casar com a filha dela.

Passados 17 dias, numa segunda-feira, Maria Ortiz resolveu noticiar o crime às autoridades. A essa altura, as marcas da agressão já estavam pouco aparentes no corpo de Maria, tanto que o exame médico reconheceu as lesões pelas cicatrizes recentes, e não pelas marcas recentes da violência.

Maria Ortiz por certo mensurou essa exposição pública, considerando sua condição de mulher, solteira e mãe, talvez antevendo os desdobramentos que o fato teria quando fosse iniciado o desenrolar do processo criminal. Tanto assim que, para tentar se redimir do crime cometido, o de agressão física, José Antônio buscou desqualificar a vítima, conseguindo com moradores da localidade que assinassem um abaixo-assinado onde Maria Ortiz é apresentada como “[...] mulher vadia, turbulenta, perturbadora do sossego e da paz das famílias, já por palavras, já por ações, que ofendem os bons costumes tinha sido por vezes recolhida à cadeia da capital por atos criminosos”. O abaixo-assinado, em contrapartida, mostrava o réu com um “[...] cidadão pacífico, honesto, respeitador da moral pública, das leis, das autoridades por ela intimadas, não tendo no espaço de dois anos que ali reside praticado nenhum ato que o torne

³²² Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 651. Ano de 1858.

desmerecedor de estima e conceito que até hoje goza”, documento que foi firmado pelo vigário João Ferreira Lopes, na tentativa, certamente, de lhe dar maior grau de confiabilidade.

As agressões, embora graves para a lei penal, não impediam Maria Ortiz de deambular, pelo que poderia ter caminhado até à autoridade de polícia ou ao promotor público sem muita dificuldade, considerando que as marcas da agressão, ao cabo de 17 dias, já estavam rarefeitas. Poderia ter mandado um mensageiro, já que o crime demandava atuação do promotor, independentemente de vontade da vítima, como previa a lei processual penal já reformada.

Maria Ortiz esperou. Esperou mais de duas semanas e, talvez, percebendo o sumiço das escaras e equimoses, percebeu que não dispunha de tempo e decidiu. Promoveu a persecução penal contra o homem que a havia espancado fortuitamente e que ainda se regozijara do feito, como disse a testemunha João Borges da Silva.

O acusado negou o crime, e o fez com veemência. Quando contestou a isenção da testemunha João Borges da Silva, negou a primeira vez. Disse que ele e sua família foram ofendidos por Maria Ortiz, e que só entrou na casa para calar a agora ofensora Maria Ortiz, que o recebera a golpes de faca, quando empurrou a violenta mulher que, na queda, machucou-se.

Mesmo assim, pronunciado pelo promotor público pelas agressões consideradas leves pelas autoridades, José Antônio foi preso provavelmente no dia 20 de julho de 1858, prestou fiança e foi libertado em 28 de agosto do mesmo ano, tendo ficado encarcerado por 38 dias. Ao final, foi absolvido pelo júri.

Os vizinhos, assim como o júri, não tinham como negar o crime cometido por José Antonio ao espancar Maria Ortiz. Entretanto ambos ignoraram o fato e o absolveram. Os vizinhos, ao assinarem o abaixo-assinado, estavam afirmando que questões que afetassem a honra e a dignidade da pessoa poderiam ser resolvidas no particular, mesmo que fosse impetrado com grau de violência, mais ainda, o fato de ser mulher e “desordeira” era justificativa para o “corretivo” imputado a Maria Ortiz. O júri, da mesma forma, entendeu que a agressão violenta de José Antonio era justificada e “natural”, afinal ele estava garantindo a defesa da honra de si e de sua família.

A visão de que a mulher existia para atender às necessidades do marido, a ele devendo obediência incontestável está nos dois autos que trataremos a seguir.

Não obstante, em ambos os casos, as mulheres tendo dado um fim à violência a que viviam submetidas por seus maridos, ao se associarem a outras pessoas para que eles fossem assassinados, o que nos interessa aqui é evidenciar a lógica masculina que entendia que a

submissão feminina era natural, o que nos leva a crer que havia brechas para se contrapor à submissão a que viviam submetidas.

O primeiro deles trata do homicídio cometido contra Joaquim Pereira de Barcelos, com um tiro de espingarda.³²³ Sua esposa, Thereza Maria de Jesus, é acusada. Diz a testemunha João Ferreira do Espírito Santo que, no dia 16 de fevereiro de 1853, “[...] presenciou uma desordem entre o falecido Barcellos e sua mulher [...] seria mais ou menos meia noite quando ouviu um tiro, daí a pouco bateram na sua porta e quando abriu deu com a mulher do dito Barcellos que lhe pedia que a levasse a casa de seu tio”, no que ele, declarante, não concordou.

Os depoimentos das testemunhas evidenciam que Thereza Maria era submetida cotidianamente à violência por Joaquim. A testemunha Izabel Ferreira dos Remédios diz: “O casal viva em desarmonia, tendo brigas frequentes, por ser este muito valente”, sendo comum espancá-la. Outra testemunha, Floriania Maria da Vitória, disse que sabia das desavenças do casal, por ouvir dizer que Joaquim tinha uma rapariga e que sempre ameaçava Thereza Maria de morte. João Ferreira, nosso conhecido depoente, diz que Barcellos era acostumado a maltratar a sua mulher e que este, em virtude de seus passeios até tarde da noite, passava a exigir que ela esquentasse a comida e colocasse banho quente e que, quando isso não acontecia, ele a “[...] maltratava com pancadas, tendo ele testemunha presenciado o mesmo dar um pontapé que a deitou por terra”. Aqui fica claro que homens como Barcellos, por princípio, tinham como dever das esposas lhes servir sempre, assim como lhes deveriam se resignar à sua triste sorte.

O depoimento da ré também nos ajuda a compreender o grau de violência a que eram submetidas as mulheres. Eram oito horas da noite quando seu marido teve uma desordem com ela, prometendo que um ou outro amanheceria morto “[...] e fechando a porta da frente da casa, guardou a chave no bolso da calça, e deixou-se ficar de guarda à porta da cozinha, para não deixá-la sair, a fim de realizar seu intento, e nesta guarda da porta adormeceu [...]”. Diz a ré que, ao vê-lo adormecer, aproveitou-se para tentar fugir pretendendo “[...] escapar de seu furor, mas quando foi saindo foi embaraçada por ele, que nesse tempo acordou”.

Fica evidente o grau de violência (física e psicológica) a que era submetida essa mulher, que era obrigada a atender às vontades desse marido lhe fazia exigências mesmo que fosse após ter vindo da casa de sua amásia ou de algum divertimento, como jogar baralho, o

³²³ Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. Auto 13, Caixa 649. Ano de 1856.

que muito gostava de fazer, como aludiu uma testemunha. Certamente Barcellos entendia que esse era o dever “natural” de sua esposa, servir e se resignar.

O caso do homicídio cometido contra Manoel de Vera Cruz,³²⁴ por sua esposa Eugenia Pinto Ribeiro e Francisco de Paiva Barcelos, também evidencia que os homens acreditavam que por direito podiam reprimir, violentar, bater, cercear suas esposas. Os depoimentos contidos nos autos indicam que Eugenia era submetida à humilhação e à violência. Segundo os depoentes, inclusive uma das filhas do casal, Eugenia não demonstrou o “[...] menor ressentimento da morte de sue marido”. Diz que esta, ao ver “[...] marido morto e caído sobre a chapa do fogão se queimando, não se importou, [que a sua morte era para ele pagar] as pancadas e as correrias que lhe dera, eram os tiros que ele prometera dar nela e em seu sobrinho Antonio”.

Embora os segmentos sociais conseguissem se adequar ao ideário imposto pelas classes dominantes de um modelo pelo qual a mulher deveria se sujeitar aos desígnios de seu esposo, sendo este seu dono e senhor e que por isso poderia corrigi-la e castigá-la, devendo ela obedecer sem contestação, mostrando-se agradecida com as correções, esse modelo foi certamente perseguido pela maioria da população do Brasil do século XIX.³²⁵ Vejamos alguns casos em que os homens entendiam que a violência aplicada às mulheres, repreendendo-as e castigando-as fisicamente, eram apenas “corretivos” necessários, naturalizando-os.

Johan Miguel Schaeffer³²⁶ é levado aos autos, acusado de ter espancado Eva Catarina, sua companheira, levando-a a óbito, logo depois que esta abortou. Embora as testemunhas relatem que as surras que Johan impingia a Eva Catarina e a seus filhos fossem frequentes, o réu, diferentemente, afirma que ele e sua companheira viviam em harmonia, e que os espancamentos só ocorriam quando eram merecidos, ou seja, quando Eva e os filhos cometiam falhas. Os espancamentos, na visão do réu, eram em verdade um corretivo.

A desobediência e o questionamento da autoridade masculina eram altamente reprováveis. O caso da agressão sofrida pela menor Thereza Maria Ferraz, causada pelo seu cunhado Coriolano de Almeida Wanmyl, ajuda-nos muito a compreender essa questão. Era uma tarde do dia 23 de dezembro de 1859, próximo à Igreja Matriz, quando Coriolano deu uma bofetada no rosto de Thereza, arrastando-a pela praça, dando-lhe mais algumas pancadas. A contenda, segundo a testemunha Manoel Luiz Fraga, foi em razão de que uma escrava de Coriolano estava na rua conversando com sua cunhada Thereza. Questionada por estar na rua

³²⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 16, Caixa 648. Ano de 1855.

³²⁵ ALGRANTI, 1993.

³²⁶ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 16, Caixa 650, ano de 1858.

sem o seu consentimento, Coriolano inquiriu a sua escrava perguntando o que estava ela fazendo ali. Como não obteve resposta e entendeu que essa atitude era desrespeitosa, deu duas bofetadas no rosto de sua escrava de nome Margarida, no que foi agredido com palavras injuriosas pela sua cunhada, que não gostou de ele ter agredido a sua amiga. Coriolano então partiu para agredi-la. Fabiano Martins Ferreira Meirelles, outra testemunha, relata que Coriolano ficou muito irritado com o atrevimento de sua cunhada, certamente por ser esta mulher e menor e ter contestado sua autoridade e, mais ainda, por ela ter se confrontado com ele.

Foi também entendendo que estava aplicando um corretivo em sua amásia Maria Jacintha, que o membro da Corporação Policial, o tenente Veríssimo Ramiro da Costa Leite, maltratou-a, dando-lhe socos e acorrentou-a. Veríssimo era casado, não obstante vivia em concubinato com Maria Jacintha em uma casa que instalara para visitá-la frequentemente. O fato do maltrato chegou ao conhecimento do padrinho da vítima, o administrador do Correio Geral da cidade de Vitória, João Malaquias dos Santos Azevedo, que tão logo soube do fato convidou um membro da Corporação Militar, o capitão Soledade, para que fosse até a casa onde se encontravam Veríssimo e Maria Jacintha. Tal fato foi divulgado por Manoel Pereira do Nascimento, praça de pedestres, que presenciou a cena após ter vindo da rua aonde tinha ido a pedido do tenente fazer compras para abastecer a casa. O tenente justifica o seu ato dizendo que a contenda se iniciou quando ele recebeu de sua comadre um pedaço de cordão de ouro que pretendia aumentar de tamanho. Enquanto não o fez, resolveu guardá-lo num baú em sua casa. Passados alguns dias, disse ter visto Maria Jacintha se apresentar com um cordão de ouro no pescoço, dizendo que tinha comprado por dois mil réis

[...] ao que elle réo disse que não tinha feito bem pois podia ser objecto furtado. Decorrido desse successo alguns dias elle réo indo ao bahu procurar o pedaço do cordão o não encontrou porém reconhecendo nessa ocasião no pescoço da dita Maria o pedaço do cordão de que tem falladom, disse-lhe: este he o cordão de minha comadrem, se você precisar della porque não me pedium, porque assim como eu tenho gasto com você coisas de mais valiam, também lhe podia ceder o pedaço do cordão.³²⁷

Disse que, a partir daí, então se iniciou a contenda que resultou na agressão e no castigo que impingiu à vítima, dizendo que agiu assim “[...] como costuma fazer um homem nessas ocasiões, dando em Maria Jacintha com as mãos, alguns soccos, e disse que desta maneira he que se passara os factos”. O tenente Veríssimo compreende que a violência e os

³²⁷ Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. Auto 17 Caixa 648. Ano de 1856.

maltratos que cometera eram justificados, tendo agido como se esperava que um homem o fizesse, corrigido a mulher quando “necessário”.

Outra possibilidade de violência se dava pela visão masculina de que as mulheres deveriam estar sempre à sua disposição para saciar-lhe os desejos sexuais. Estupros e assédio faziam parte do cotidiano na vida das mulheres. Certamente muitos homens agiam assim na certeza de que o fato não se tornaria público. Muitas mulheres, por vergonha ou até por medo da reação masculina, ocultavam as violências sexuais a que eram às vezes submetidas. Não se pode esquecer que, na visão misógina que vigorava na sociedade do século XIX, as mulheres eram vistas como a fonte de todos os males. Para Clarice Ismério

Esse tipo de mentalidade sobre a mulher tornou-se constante no mundo ocidental principalmente das idéias da Igreja Católica, que moldaram a imagem feminina através do arquétipo de Eva, a pecadora, seduzida pelo demônio e responsável pela expulsão do paraíso.³²⁸

Andar sozinha na rua, mesmo que estivessem trabalhando, colocava as mulheres numa situação de vulnerabilidade, podendo ser vistas como desonradas, prontas “[...] ao chamamento dos apelos sexuais masculinos.”³²⁹

Esse foi o caso da menor Beatriz,³³⁰ que foi assediada e agredida violentamente por Luiz Ferreira dos Santos. Eram cinco horas da manhã, Beatriz, como comumente fazia, foi à fonte para buscar água a fim de abastecer a casa de sua mãe. Quando estava se dirigindo à fonte, foi interpelada por Luiz Ferreira, que começou a lhe fazer gracejos. Assustada com o assédio do agressor, Beatriz tentou fugir, o que fez o seu algoz lhe dizer: “Não precisa ter medo de mim, pois não sou onça”, partindo para a tentativa de uma aproximação maior, o que a levou a gritar e pedir socorro. Ouvindo os gritos de sua filha, Francisca vai até a rua saber o que estava acontecendo e se depara com a cena do cercamento que o agressor fazia sobre Beatriz. Francisca toma a dianteira da situação e interpela Luiz Ferreira criticando sua atitude, ao que ele responde: “Se não deseja que sua filha seja notada, não deveria deixá-la andando sozinha pela rua, pois quem assim o faz são as prostitutas”. A concepção de Luiz Ferreira se coaduna com o pensamento vigente da época, em que ao homem era dado o direito de satisfazer seus desejos sexuais, diferentemente do que ocorria com as mulheres, que deveriam defender sua virtude e sua honra. Esperava-se do homem que partisse para o ataque, a conquista e, se conseguisse atingir seu intento, era admirado por isso.

³²⁸ ISMÉRIO, Clarice. **Mulher**: moral e o imaginário (1889-1930). Porto Alegre: Edipucrs, 1995. p. 9.

³²⁹ FRANCO, 2010.

³³⁰ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 10, Caixa. 652. Ano de 1869.

Nem mesmo parentes escapavam da ideia do direito do homem de dispor das mulheres a seu bel prazer, mesmo que fossem casados. Foi o caso de estupro cometido por José Pinto da Terra³³¹ contra sua cunhada menor de idade, Francisca Maria. A vítima era órfã e morava com sua irmã e cunhada. Diz em seu depoimento que, uma manhã, ao ir ao quintal pegar limões, seu cunhado tapou-lhe a boca, subjugando-a, impedindo que gritasse e a estuprou. Disse que nunca comentou o ocorrido por medo da reação do seu cunhado, que sempre lhe batia. Certamente não dizia também pela vergonha de o fato acontecido e pelo temor do julgamento pelas pessoas, sem contar, obviamente, para onde iria, uma vez que morava com sua irmã e cunhado por ser órfã, pobre e desvalida. A preocupação de Francisca Maria tinha fundamento, tanto assim que, ao saber do acontecido, sua irmã a colocou para fora de casa, tendo que ir morar com um tio. Ameaças, maus-tratos, violência, situações rotineiras na vida de Francisca Maria devem ter contribuído para que cedesse aos apelos sexuais de seu cunhado e, ainda, mantivesse o seu silêncio durante muito tempo.

Até mulheres casadas não estavam livres do assédio de homens. O caso que evidenciaremos a seguir é elucidativo. Trata-se do réu Manoel Batista Pires,³³² que incitou contra a liberdade sexual de Francelina Leal da Vitória, esposa de Sebastião Alves de Souza.

Manoel Batista Pires era, segundo o próprio, amigo de Sebastião Alves de Souza e da esposa Francelina Leal da Vitória. Nessa qualidade, frequentava a casa dessa família e por isso sabia que Sebastião, recorrentemente, viajava e que, exatamente no dia 20, estaria fora de casa.

Dia 20 de agosto de 1855, segunda-feira, disse Sebastião que Manoel esperou a sua saída para seguir à residência do casal de amigos e ali molestar violentamente Francelina, a ponto de agredi-la fisicamente para alcançar seu desiderato que era: “[...] saciar seus péssimos desejos”, como disse a testemunha Manoel Joaquim, uma das cinco que foram ouvidas.

Manoel nega o crime. Apresenta defesa de próprio punho, que bem demonstra seu desenvolto apego às letras. Escreve bem, pois era professor de primeiras letras, mas não convence o júri.

As testemunhas afirmam que o acusado esteve na casa de Sebastião na tarde daquela segunda-feira e lá tentou estuprar Francelina, que lutou bravamente com seu algoz a fim de proteger sua honra e probidade. Francelina resistiu, mas o acusado voltou à noite para dizer que um dia se vingaria desse episódio que, em verdade, ele mesmo protagonizou como criminoso.

³³¹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 653. Ano de 1859.

³³² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 647. Ano de 1855.

Ao Sebastião levar Manoel às barras da Justiça, estava certamente mais preocupado em defender a própria honra que a da esposa pois, como diz Maria Beatriz Nizza da Silva, “[...] a noção de honra estava ligada a noção de ‘fama’, isto é, à opinião pública”,³³³ afinal a melhor “fama” de uma mulher era não ter “fama”.

A fala de Sebastião no auto é significativa para que possamos corroborar o que já mencionamos: pairava nessa sociedade uma grande desconfiança sobre a mulher. Mesmo defendendo a sua mulher, levando o acusado à Justiça, mesmo os depoentes relatando a luta obstinada de Francisca em defender a sua honra e conduta exemplar de mulher casada, Sebastião deixa claro o que ele pensa sobre as mulheres:

A mulher é um desses venenos piores, é mesmo inimigo mais feroz, que um homem tem ao seu lado, é finalmente ela quem quase sempre nos lança no abismo e muito principalmente quando nos odeiam, e se gloriam em dizer a quem queira ouvir como nos tem.

Para bem compreendermos essa dinâmica da criminalidade praticada por homens, a tabela a seguir (Tabela 9) identifica os delitos mais comumente praticados no período estudado.

Tabela 9 – Tipologia da violência praticada pelos homens

TIPOS CRIMINAIS	QUANTIDADE
Agressão Física	43
Desacato	02
Estupro	02
Homicídio	10
Injúria	13
Roubo	06
Tentativa de estupro	02
Total	78

Fonte: Autos criminais. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

E a prática desses delitos não demanda necessariamente o uso de armas de fogo ou arma branca, sendo praticados muitas vezes à mão livre ou com o manejo de instrumentos improvisados, como cipó, porrete (Tabela 10).

³³³ SILVA, 1994

Tabela 10 – Armas utilizadas nos atos de violência praticados pelos homens

ARMAS	QUANTIDADE
Armas de fogo	06
Cipó, porrete, pau	17
Corde	01
Faca, facão, canivete, navalha	12
Mãos e pés	34
Veneno	03
Vidro	01
Não informado	02
Total	64

Fonte: Autos criminais. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

O uso de armas, como porrete, acha de lenha, cipó ou instrumentos cortantes, como faca, navalha, canivete, facão ou armas de fogo, como revólver e espingarda, evidencia que muitos crimes foram cometidos com crueldade e violência. Embora possa parecer que não, os crimes em que eram utilizados socos e pontapés apresentavam requintes de crueldade e violência. Assim, concordamos com Vellasco, ao afirmar que, na sociedade brasileira do século XIX, a violência tinha uma característica interessante, por assumir “[...] uma certa naturalidade, na medida em que o nível de brutalidade levado à frente pelos réus demonstra o papel natural que a violência [assumia] na resolução de pendengas”.³³⁴

Dos autos pesquisados, encontramos 81 réus e 16 réas, porquanto 83,5% dos acusados eram homens e 16,5% eram mulheres. Quanto às vítimas tivemos 42 do sexo masculino, correspondendo a 35,3% , e 77 do sexo feminino, ou seja, 64,7% das vítimas. Em relação às testemunhas, 501 foram do sexo masculino e 127 do sexo feminino, respectivamente 79,7% e 20,3%. Dos 92 autos, 85 foram cometidos por pessoas livres. Em 38 deles, as mulheres foram o alvo principal dos homens. As contendas entre homens totalizaram 30 casos. As contendas entre homens tendiam a apresentar casos mais graves de violência. Campos,³³⁵ em seu estudo, indica dados em que as mulheres são as vítimas preferenciais dos homens.

Vejamos alguns casos de contenda entre homens: disse, na Secretaria de Polícia da província, o sargento da força policial Manoel Pereira Lírio que havia prendido Diogo Alves e João Paulo Ferreira por brigarem a bordo da lancha “Bonfim”, que se encontrava atracada no porto de Vitória, em frente ao Cais do Santíssimo. Disse o policial, ainda, que, na briga, Diogo Alves teve os beijos arrebatados enquanto João Paulo Ferreira apresentava um talho grande nos quadris. Declarou também que foi até a lancha prender os dois marinheiros, por ter

³³⁴ JESUS, 2007, p. 106.

³³⁵ CAMPOS, Adriana Pereira. Escravas infratoras: crime e gênero no Espírito Santo do Oitocentos. In: SILVA, Gilvan Ventura et al. **História, mulher e poder**. Vitória: Edufes, 2006.

sido avisado pelo mestre da dita lancha, que gritava para que acudissem os marinheiros por estarem estes se matando. Lá encontrou os dois bastante ensanguentados. Os depoimentos evidenciam o que já comentamos. As brigas ocorriam na maioria das vezes por motivos aparentemente fúteis, entre pessoas muito próximas, que viviam juntas, conforme consta do depoimento de Diogo Alves. Diz ele que tudo começou quando João Paulo estava

[...] lavando o rosto na água do tonel, ele Diogo Alves falou por isso, e então João Paulo começou a descompô-lo com palavras injuriosas e ele Diogo Alves subindo pela escotilha também começou a falar com João Paulo, e este dirigindo-se para ele respondente, deu-lhe um supapo nos beijos que os arrebetou e atracou-se com ele, que sendo já velho e fraco não podia lutar e repelir o mesmo João Paulo, que feriu-se com uma faca que ele respondente tinha na mão e de que usou para sua defesa.

A testemunha Manoel Lauriano Bonfim nos dá mais detalhes sobre a briga entre os dois marinheiros. Diz que a briga teria se iniciado no dia anterior à hora do almoço, mas que os companheiros marinheiros intervieram e os dois brigões logo se acomodaram. No outro dia, por volta de nove horas da manhã, quando João Paulo vai lavar o rosto usando a água do tonel que Diogo Alves havia enchido, este disse a João Paulo que se servisse da água, mas que não a desperdiçasse e, por essa razão, João Paulo começou a proferir nomes injuriosos e partiu para a agressão, desafiando Diogo Alves, pedindo que este subisse pois queria bater nele com os pés. Diogo subiu ao convés e disse: “Se quer dar, dê, aqui estou”, tendo sido motivo suficiente para que João Paulo começasse a lhe dar bofetões.

3.6.2 A violência feminina

A prática da violência não foi apanágio de ações masculinas, como afirma Regina Célia Lima Carneiro. Para essa autora, a violência feminina não é citada e conhecida em razão dos “[...] discursos positivistas do início do século XX [que] contribuíram para que a figura feminina fosse associada ao amor materno, ao recato, à religiosidade e ao altruísmo”.³³⁶ O fato de viverem numa localidade onde todos se conheciam, tinham laços de amizade ou de parentesco, obrigando a viverem juntos ou muito próximos, de acordo com Nicole Castan, “[...] defesa e agressão se misturam e se alternam nas rivalidades que despontam num jogo

³³⁶ CALEIRO, Regina Célia Lima. A violência feminina e o cotidiano da escravidão. In: SILVA, Gilvan Ventura et al. (Org.). **História, mulher e poder**. Vitória: Edufes, 2006. p. 178.

social raramente inocente”.³³⁷ Caleiro afirma que essa proximidade e convivência cotidiana “[...] com as mais diversas formas de violência acabaram por torná-la ‘normal’ e assimilada em diversas instâncias [...]”.³³⁸

A partir dos dados que coligimos, objetivamos evidenciar que a violência que foi praticada pelas mulheres na Comarca de Vitória, que até então passou imperceptível, ou escondida, pode ser aflorada. Diferentemente do que pensa o senso comum, a violência permeou o cotidiano da vida das mulheres.

Conforme já relatamos, mulheres conspiraram e mataram seus maridos pondo fim a opressão, à violência e às humilhações a que foram submetidas. Elas se insurgiram contra agressões sofridas, utilizando-se de armas brancas para se contraporem à desvantagem da força quando, em embates com homens, revidaram a insultos. Contrapuseram-se não somente contra homens, mas também contra outras mulheres.

Vejam os que nos apontam alguns autos criminais.

Eram dez horas da manhã, do dia 25 de setembro de 1857,³³⁹ quando estava se dirigindo para buscar água na Fonte Grande a fim de abastecer a casa de seu senhor, Manoel de M. Couto e Castro, que Gertrudes, uma menina de seus 14 anos aproximadamente, foi agredida por uma outra escrava de nome Albertina, de idade aproximada de 40 anos. Ambas moravam na rua das Flores, eram próximas e se conheciam muito bem. A causa da contenda foi aparentemente uma pequena rusga, em razão de Gertrudes andar falando mal de Albertina, que já havia mandado recados para que ela parasse de falar mal dela, no que não foi ouvida.

Por ser mais forte que Gertrudes, Albertina jogou-a no chão, dando-lhes vários murros pelo pescoço, cabeça e rosto, dominando-a completamente, colocando seus “[...] pés no peito, fazendo-lhe ofensas”, fazendo escorrer sangue do rosto de Gertrudes, deixando-a muito machucada. Tentando desqualificar a violência do crime, uma das testemunhas, D. Anna Constância, diz que era apenas uma briga corriqueira entre escravas, “[...] uma asneira e que não teria mais consequência, e julgava que tal briga era tão pequena coisa que não deveria ela ser chamada a Juízo para falar disso”. O proprietário de Gertrudes pensava diferente, tanto assim que, na qualidade de curador, interpôs a ação, alegando que a violência sofrida por Gertrudes a impediu de trabalhar por trinta dias.

³³⁷ CASTAN, Nicole et Yves. **Vivre ensemble**: ordre et desordre em Languedoc (XVIIIe-XIXe siècle). Paris: Gallimard, 1981. p. 21.

³³⁸ CALEIRO, 2006. p. 179.

³³⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 650. Ano de 1857.

Mulheres não somente se indispuseram contra mulheres. O caso de Maria da Encarnação dos Santos, contra o cabo de Esquadra da Companhia Fixa de Caçadores do Corpo da Guarnição da Província é referencial.³⁴⁰

Nesse caso, ambos figuram no auto como réus, uma vez que ambos feriram e foram feridos. Vejamos o que a ré Maria Encarnação diz sobre o ocorrido.

[...] estando ela em um dia em sua casa chegou a ele Réu Candido Luiz Antonio dos Santos, e na companhia de outras pessoas, bem como o mestre de uma lancha de nome Alexandre, para levar-lhe uma porção de peixe que ela Ré havia encomendado, e entrando, todas sentaram-se, mas logo saíram para a casa da vizinha os 3 que vieram com o Réu Candido, ficando ali o mesmo Candido e o dito Alexandre, e este chamou-a de parte lhe perguntou se tinha recebido o peixe que tinha mandado, e ela Ré disse-lhe que sim, perguntando quanto lhe devia, ao que o sobre dito Alexandre lhe disse que nada, e retirou-se dizendo “adeus” e “até logo”, no ato de sair o referido Alexandre, Candido lhe disse que se fosse que governasse a casa que lhe havia de meter os pés, ao que ela respondente retorquiu-lhe dizendo que quem governava aquela casa e a ela só era seu marido José Maria dos Santos, nesse ato, Candido avançou sobre ela ferrou-a com tenções de a botar no chão para de certo meter-lhe os pés, mas não podendo conseguir, ferrou-lhe os dentes no ombro e depois nas orelhas, que a rasgou fazendo soltar os (brincos) de ouro que nele tinha um pingente, neste ato passando ela Ré a mão em uma navalha que estava sobre uma mesa e fazendo com ela ameaças a fim de ver se ele se separavam.

Pelos exames de corpo de delito, apurou-se que a contenda não foi mesmo uma simples discussão os briga de conhecidos. No exame realizado em Candido

[...] encontraram na região labial uma solução de continuidade de mais de uma polegada de extensão, começando cinco linhas perto da comissura esquerda estendendo-se até a região da face, dividindo completamente o lábio na extensão de meia polegada, na região occipito frontal duas outras soluções de continuidade, que atingiram a pele e o couro cabeludo, outra na testa de meia polegada de cumprimento na região zgomática direita, outra solução de continuidade da mesma natureza, bifurcada, e de meia polegada de extensão, no antebraço direito umas com sinais de dentes e do tamanho de uma moeda de 500 réis, no braço esquerdo uma equimose também com sinais dos dentes, tendo de diâmetro pouco mais de uma polegada, e no ante braço correspondente um pequeno arranhão de 4 linhas [...].

O exame de corpo de delito feito em Maria Encarnação evidencia que ela também foi espancada, apresentando cortes na orelha esquerda, hematomas e marcas de dente no ombro e no pescoço.

³⁴⁰ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 12, Caixa 652. Ano de 1859.

Fica evidenciado nesse auto que nem todas as mulheres permaneciam impassíveis diante de agressões mesmo que fossem do sexo masculino (Tabela 11), cuja força física era superior. Elas revidavam aos ataques sofridos, às vezes utilizando objetos cortantes como foi aqui o caso. Fica evidente também que algumas mulheres não assumiam o discurso do sexo frágil que precisa do amparo da figura masculina para protegê-las. Maria Encarnação, embora diga que quem manda na casa e nela é o seu marido, não recorreu a ele para resolver a pendenga com Candido Luis.

Tabela 11 – A Tipologia da violência praticada pelas mulheres

TIPOS CRIMINAIS	QUANTIDADE
Agressão Física	07
Desacato	00
Estupro	00
Homicídio	05
Injúria	02
Roubo	00
Tentativa de estupro	00
Total	14

Fonte: Autos criminais. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Alguns dados coligidos corroboram a nossa afirmativa de que as mulheres longe, de incorporarem o idealizado comportamento de resignadas, submissas e frágeis, envolviam-se em crimes e delitos. A violência era presença em suas vidas, apesar de aparecerem em número menor, pois, dos 92 autos pesquisados, elas são réis em 16 casos, que atinge 17% dos casos. O número de réis é maior que o número de crimes, em razão de existirem casos de mais de uma ré num mesmo crime. Dos crimes cometidos, sete foram contra outras mulheres e sete contra homens.

Dos crimes cometidos pelas mulheres, 12 podem se classificados como violentos, enquanto 2 apenas, ou 12,5% dos casos, podem ser considerados crimes sem violência.

Em relação às armas utilizadas pelas mulheres nos atos de violência, os dados, de acordo com a Tabela 12, são:

Tabela 12 – Armas utilizadas nos atos de violência praticados pelas mulheres.

ARMAS	QUANTIDADE
Armas de fogo	02
Cipó, porrete, pau	02
Corda	00
Faca, facão, canivete, navalha	01
Mãos e pés	07
Veneno	02
Vidro	00
Não informado	00
Total	14

Fonte: Autos criminais, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Nos dois crimes de injúria não foram utilizadas armas.

3.6.3 A violência e a escravidão

Recorremos mais uma vez a Caleiro para evidenciar a banalização que fazia parte da vida cotidiana dos escravos.

No século XIX, o Império criava novas expectativas de convívio para a população, mas, no contexto social da escravidão, o cenário público era, antes de tudo, o palco da banalização da violência. As sevícias que se projetavam das senzalas para as ruas sujeitava os olhos da população aos horrores inerentes ao sistema escravocrata.³⁴¹

Castigar escravos era usual e legitimado social e juridicamente. Muitas vezes os castigos eram imputados de forma pedagógica, vistos como justos e corretivos, e com frequência eram aplicados com o objetivo de intimidar outros escravos para que não cometessem “deslizes”. Silvia Hunold Lara diz que os castigos serviam “[...] para educar, dominar, ordenar o trabalho, o castigo físico impunha-se como algo perfeitamente ‘natural’ [...] Uma ‘naturalidade’ que, também ele foi essencial à continuidade do escravismo, à reprodução da relação senhor-escravo”.³⁴²

Os castigos e as sevícias não eram incomuns. Não estamos dizendo que toda relação entre senhores e escravos se pautou unicamente pelo uso da força bruta e da violência. Os senhores sabiam que castigar excessivamente poderia levar o escravo à morte e com isso à perda de seu investimento. Sabiam, ainda, que seus escravos poderiam se contrapor aos

³⁴¹ CALEIRO, 2006, p. 185.

³⁴² LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 72.

castigos fugindo ou atacando-os. Encontramos referência, nas mensagens de presidência de província, de escravos que assassinaram seus senhores e também de senhores que assassinaram seus escravos. Em 1857, o Barão do Itapemirim relata:

Em 26 do mez de fevereiro próximo findo deu-se um homicídio em Itabapoana, Maria Francisca do Espírito Santo e Maria Luiza do Sacramento, mandarão amarrar uma escrava e a matararão com pancadas e fogo de modo que a victima teve de succumbir.³⁴³

Em 1856, o presidente da província, José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, notificou:

Durante minha administração apenas um acontecimento ocorreu digno de nota contra a segurança individual. O lavrador Joaquim Alves de Vasconcellos [...] foi assassinado a 17 de novembro ultimo por dous de seus escravos, que logo se evadirão [...].³⁴⁴

O escravo da padaria do Porto das Lanchas, ao levar uns bofetões do caixeiro da padaria do Porto dos Padres, ao dizer ao seu agressor: “Senhor Francisco, não me dê mais que eu tenho senhor e tenho quem me governe”, demonstra que apanhar de seu senhor para ele poderia ser “natural”.

O conflito entre a ré Cristina Maria da Silva Coutinho e sua cunhada Sophia Batalha Ribeiro de Oliveira, ambas de estrato social privilegiado economicamente, revela-nos o quanto a prática de castigar era usual e vista com certa naturalidade. Diz a testemunha, Luiz Alberto dos Santos Victoria:

[...] uma noite, antes do dia de Santo Antonio, seriam sete para oito horas, estava ele testemunha com seus companheiros Reinaldo e Manoel na porta do armazém, e viu entrar D. Sophia na casa de D. Maria, e dali a pouco entrou também a filha desta D. Christina em companhia de seu marido João Batalha Ribeiro, que largou a mulher à porta da entrada e retirou-se. Depois ele testemunha ouviu um barulho de palavras dentro da mesma casa, e não as distinguiu, porque as janelas estavam todas fechadas, supôs que fosse algum castigo que D. Maria estivesse a fazer em alguma escrava, pois é isto ali muito usual.³⁴⁵

³⁴³ Relatório, 1857, p. 11.

³⁴⁴ Relatório, 1856, p. 4.

³⁴⁵ Arquivo Público Estadual. Auto 05, Caixa 663. Ano de 1870.

O calvário vivido pela escrava Catharina nos dá bem noção da situação de violência a que muitos escravos eram submetidos. Os maus-tratos, o abandono em razão da incapacidade de produzir, eram realidades presentes no dia a dia da escravaria.

Embora Catharina tivesse morrido em 1849, a sua triste história só será averiguada pela Justiça dez anos depois. De acordo com o auto criminal, Francisco de Siqueira Subtil e Almeida, sua mulher, Joana Pinto da Victória, e seu escravo Januário, são acusados de ter assassinado a pobre escrava. Os depoimentos das testemunhas narram um cenário de horror, onde aparecem espancamentos, abandono, requinte de crueldade, quando a escrava ainda era viva e ainda depois que foi assassinada. Vejamos o que nos contam as testemunhas.

O ciclo de sofrimento de Catharina, que culminou com sua morte, tendeu a se avolumar a partir do momento de sua venda feita por Francisco, seu proprietário, a Dionízio Ferreira, segundo depoimento de Delfino José Subtil. Diz ainda o depoente que, ao descobrir que a escrava que havia comprado estava doente, resolveu devolvê-la ao seu antigo proprietário, pedindo que o valor que pagara lhe fosse devolvido, o que não foi aceito. Outra testemunha, Joaquim José de Araújo, presenciou a cena da tentativa da devolução da escrava por parte de Dionízio e assim descreveu:

[...] estando em sua casa seriam duas horas pouco mais ou menos, viu Dionízio Ferreira com a escrava Catharina, ele respondente perguntou-lhe, senhor Dionízio, aonde vai com esta escrava, respondeu-lhe, que ia rejeitá-la, e entregar a pessoa que lhe havia vendido Francisco de Siqueira Subtil e Almeida, e que regressando a tarde não trouxe consigo a escrava, e disse a ele respondente que Francisco de Siqueira Subtil não estava em casa, porem que a entregou a senhora deste, que não a querendo receber, ainda assim a deixou lá, e a mulher do dito Francisco de Siqueira a tocou, dizendo que não era dela.

A testemunha, Francisco Ribeiro do Nascimento, esclarece-nos o que aconteceu com a escrava depois que ela foi devolvida por Dionízio, e a atitude de Francisco em relação à escrava Catharina, quando regressou para casa. Diz a testemunha que Francisco tão logo chegou foi dando umas chicotadas na escrava, e que nesse mesmo dia, “[...] a noite saindo ele respondente do portão para fora encontrou com o escravo Januário, que ia com a escrava Catharina, e com ordem da senhora de Francisco de Siqueira para ir tocando até onde ela pudesse chegar [...]”. Fica claro que ou Catharina estava muito doente ou as pancadas que recebera foram bastante contundentes que dificultavam sua locomoção.

Outra testemunha nos esclarece ainda mais quanto ao sofrimento e a violência a que a escrava Catharina estava sendo submetida. Manoel Pinto Ribeiro dos Passos diz que foi

procurado por Dionízio que falou ter comprado a escrava Catharina “[...] na boa fé, supondo-a sã, depois descobriu que era doente” e pedia-lhe orientação “[...] se tinha ou não direito de fazer uma rejeição da escrava; e como ele respondente lhe dissesse que não entendia desses negócios, era melhor ele [...] entender-se com um advogado”. Quando ia efetuar a compra de Catharina, Dionízio fora alertado por sua esposa, Sebastiana Pinto da Conceição, que ponderou a este que aquela “[...] não era uma boa compra, porque a escrava havia sofrido muitos castigos do seu senhor”. A testemunha relata ainda que, nesse mesmo dia, por volta das sete para oito horas da noite, apareceu à casa dele

[...] a dita escrava Catharina, pedindo um agasalho, e alguma roupa para mudar, porque a que tinha estava molhada; e então ele respondente não querendo dar agasalho por considerar ela escrava de uma pessoa que lhe era inimigo, apenas mandou dar-lhe uma saia e camisa para mudar, mandando-a que se retirasse e gritando pelo senhor da mesma, Francisco de Siqueira Subtil e Almeida, para mandar buscar sua escrava, este respondeu que não, porque já tinha vendido a mesma escrava, e outro era seu senhor, ao que ele respondente disse-lhe, pois visto ela não ser sua escrava, ao menos por caridade a mande buscar para agasalhá-la; e o mesmo Francisco de Siqueira respondeu que por caridade também ele respondente o podia fazer. Ele então, o respondente pediu a dita Catharina que se retirasse, e ela o fez procurando a estrada.

A se acreditar no testemunho de Sebastiana, os castigos imputados a Catharina eram frequentes e do conhecimento de todos, naturalizado para aquela comunidade. As testemunhas relatam que Catharina apresentava sinais de pancadas feitas por pau e chicote quando seu corpo foi encontrado. Joaquim José de Araújo diz que, ao encontrar a escrava morta, de bruços, viu que o corpo da mesma “[...] estava todo cortado de chicotes até as nádegas”. Manoel Pinto Ribeiro dos Passos diz que o corpo da escrava apresentava “[...] novos e velhos sinais de chicotadas e pezaduras”.

O calvário de Catharina, antes do desfecho final que culminou com sua morte, parece que não tinha fim, pois uma testemunha, João Baptista Pereira, diz que à noite, por volta de oito horas, ouviu uns gemidos para o lado da estrada e, como chovia muito, ele não saiu para ver quem gemia.

Quando alguns escravos se dirigiam para o leito, no dia seguinte ao narrado pela testemunha acima, Catharina foi encontrada morta. Segundo as testemunhas que presenciaram a cena, estava nua, tendo próximo ao seu corpo uma pequena trouxa de roupa.

Mesmo depois de morta, o desfecho para seu enterramento ainda iria provocar grande confusão. Mais uma vez recorremos à testemunha Manoel Pinto Ribeiro dos Passos para conhecer a realidade do desfecho da morte de Catharina. Diz este que tão logo viu o corpo da escrava, mandou que dois de seus escravos a enrolassem numa esteira e levassem o corpo para a casa de Francisco de Siqueira e, quando e eles iam abrir a cancela para terem acesso à propriedade,

[...] ele ali estava, e proibiu-lhe a passagem, até que depois cedeu, e ele respondente fez por o corpo no caminho que segue para a casa, o que vendo o mesmo Siqueira pediu que ali não pusesse, e lhe aconselhasse o que devia se fazer dele [o corpo] visto o querer ali deixar, então ele respondente disse-lhe que o mandasse sepultar, ao que ele disse, isso não faço eu; e pediu a ele respondente que lhe cedesse um dos seus escravos para ajudar aos dele levarem o corpo para a casa de Dionízio Ferreira: e como ele respondente lhe cedesse um escravo, apesar de se achar ocupado [...].

A testemunha Maria Vieira da Penha se mostrou indignada ao ver a situação da morta Catharina, já que o cadáver não havia sido enterrado, estando no meio do mato e que o viu sendo consumado pelos cães e urubus. Sabemos que, no Brasil do século XIX, os enterramentos dos mortos era um dever, até mesmo dos escravos. Segundo Cláudia Rodrigues, mesmo escravos africanos recorreriam ao funeral cristão. A maioria dos escravos era sepultada nos terrenos em volta da matriz, por serem “[...] as suas covas mais baratas”.³⁴⁶ Diz a mesma autora que às vezes, por questões econômicas, os senhores sepultavam seus escravos em lugares ermos da cidade. Garantir o enterramento era importante, como afirma João José Reis: “Uma das formas mais temidas de morte era a morte sem sepultura certa. E o morto sem sepultura era dos mais temidos dos mortos”.³⁴⁷

Os escravos não foram somente vítimas da violência, mas também a praticaram, seja contra seus senhores, seja contra outros próprios escravos.

Dos crimes cometidos pelos escravos, suas vítimas foram três escravos e seis livres (Tabela 13). Assim como Jesus³⁴⁸ verificou o que aconteceu no sertão de Minas Gerais no século XIX, na Comarca de Vitória também as vítimas dos réus escravos eram muito

³⁴⁶ RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade do vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. p. 231.

³⁴⁷ REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 171.

³⁴⁸ JESUS, 2007.

próximas, o que demonstra que mortes ocorreram como necessidade de resolução de pendengas.

Tabela 13 – Tipologia da violência praticada pelos escravos

TIPOS CRIMINAIS	QUANTIDADE
Agressão Física	02
Desacato	00
Estupro	00
Homicídio	03
Injúria	01
Roubo	01
Tentativa de estupro	00
Total	07

Fonte: Autos criminais. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

No caso de escravas, só encontramos dois crimes cometidos em forma de agressão física. Em ambos foram desferidos socos e pontapés para ferirem suas vítimas (Tabela 14). E do total de crimes cometidos pelos escravos, em dois deles mulheres agrediram a outras mulheres; em dois, homens agrediram homens; e em cinco, as vítimas dos homens foram as mulheres, cenário idêntico ao que ocorreu entre os livres.

Tabela 14 – Armas utilizadas nos atos de violência praticados pelos escravos

ARMAS	QUANTIDADE
Armas de fogo	02
Cipó, porrete, pau	01
Corda	00
Faca, facão, canivete, navalha	01
Mãos e pés	02
Veneno	00
Vidro	00
Não informado	00
Total	07

Fonte: Autos criminais, Arquivo Público do Estado.

Dos crimes impetrados pelos escravos contra livres, escolhemos um deles³⁴⁹ para evidenciar o que já fizemos alusão quando as autoridades governamentais registravam esses ataques, demonstrando sempre grande inquietação por esses acontecidos. Joaquim, escravo de José as Silva Cabral, é acusado de ter agredido Antonio Gomes de Jesus. Tudo se iniciou quando Antonio Gomes de Jesus não gostou da forma como o escravo se dirigiu a ele,

³⁴⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 26, Caixa 657. Ano de 1863.

dizendo-lhe alguns desaforos. O escravo Joaquim esperou uma oportunidade e, certo dia, ficou à espreita de Antonio Gomes, esperando-o passar e, numa emboscada, dirigiu-se a ele com um pau, agredindo-lhe com algumas bordoadas. A ação do escravo Joaquim evidencia que senhores não aceitavam comportamentos de escravos que não fossem de submissão, mas que escravos também não aceitavam passivamente situações de humilhações.

Considerações Finais

Foi objetivo deste estudo evidenciar cenas do cotidiano, da violência e da criminalidade na Comarca de Vitória. A partir de autos criminais e de relatórios de presidentes de província, pudemos entender a dinâmica do cotidiano da população que viveu nesse território, entre 1841 e 1871. Na percepção da dinâmica do cotidiano, pudemos vislumbrar as relações antagônicas e de proximidade dos moradores locais que, em geral, eram conhecidos, amigos, vizinhos e até mesmo parentes. Constatamos ainda que, nas relações entre os diversos segmentos sociais, estiveram presentes o conflito, a solidariedade, a violência, a tensão, a acomodação, o afeto e a negociação.

A partir das fontes, pudemos observar personagens que narravam, em seus depoimentos, como réus, vítimas, testemunhas ou informantes, “suas verdades” e, conseqüentemente, possibilitou-nos evidenciar como viviam, suas fainas diárias, a luta cotidiana pela sobrevivência, as atividades econômicas desenvolvidas, suas possibilidades de diversão e momentos de sociabilidade.

Vislumbramos ainda como estava estruturada a sociedade local com referência à sua condição de vida, estado civil, grau de instrução, papel social desempenhado por homens e mulheres, o lugar social do escravo nessa sociedade, além de aspectos culturais que moviam o cotidiano das pessoas.

Na sociedade local, houve predominância de características patriarcais, em que a supremacia do masculino em frente ao feminino estava presente. O fato de haver predominância masculina não significou que todas as mulheres introjetaram o discurso dominante que as colocava numa situação de dominação, recato, docilidade e submissão. Mulheres se insurgiram contra o poder masculino, enfrentando-o muitas vezes mesmo em desigualdade de força física.

A maioria da população vivia pobremente, lutando todos os dias para garantir sua sobrevivência, exercendo principalmente atividades ligadas a ofícios manuais e mecânicos com predominância das atividades agrícolas.

Dos produtos agrícolas, o café, a partir de 1850, ganha uma importância cada vez mais significativa, sendo responsável: pelo aumento da população, graças à vinda de fazendeiros oriundos das Províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, que se estabeleceram no sul da província, trazendo consigo uma significativa escravaria; pela chegada de imigrantes europeus; pelo impulso da economia que, a partir de então, pôde se diversificar, possibilitando maior arrecadação de impostos oriundos da exportação desse produto; por uma melhoria na infraestrutura graças ao maior volume de arrecadação. O sul da província, com o café, ganha maior relevância, apesar de Vitória, a capital da província, continuar a ser a região mais importante, talvez por continuar a ser o centro político.

A maioria da população era analfabeta, solteira e livre. Entre os analfabetos, predominou a população feminina. Embora o discurso em favor da instrução feminina estivesse se solidificando, o número de escolas na província era ainda restrito e, no caso das mulheres, ainda mais, uma vez que a primeira escola de meninas só começou a funcionar em 1845. Além disso, o pequeno número de professores aptos para o exercício do magistério, a qualidade duvidosa do ensino, a carência de recursos materiais e de infraestrutura física das escolas eram fatores inibidores do sucesso desse ramo de atividade pública.

A violência permeou na Província do Espírito Santo e na Comarca de Vitória. Do total das províncias existentes no Brasil, a do Espírito Santo apresentou dados estatísticos de criminalidade que a colocavam em quinto lugar, considerando os crimes classificados como violentos, como homicídio, tentativa de homicídio, estupro, infanticídio e agressões com ferimentos graves.

Da violência cometida, as mulheres foram os alvos preferenciais dos homens. Os alvos preferidos das mulheres eram outras mulheres. Se houve casos de mulheres que reagiram à violência sofrida, levando, inclusive, seu agressor à Justiça, muitos casos ficaram sem registro. O medo e a vergonha devem ter contribuído para essas omissões. Os homens entendiam que a violência imputada às mulheres não passava de corretivo necessário, naturalizando-a.

Os crimes entre os livres ocorreram em maior número. Houve também crimes praticados por escravos contra outros escravos e contra os livres.

Facas, navalha, canivete, facão, revólver, espingarda, porrete, cipó foram as principais armas utilizadas nos casos de violência. Socos e pontapés também foram utilizados.

A maioria dos casos de violência aconteceu entre pessoas próximas de convivência cotidiana, talvez por isso a violência fosse assimilada como normal e era, assim, resolvida de forma particular. Desse modo, a violência era enxergada de forma diferenciada pelas autoridades do poder e pela população. Enquanto as autoridades viam a violência pela ótica da desordem, que perturbava a tranquilidade, para os grupos sociais, era necessária para resolver as pendengas entre si.

A violência fazia, em verdade, parte de um ordenamento que era aceito socialmente e legitimado pelo grupo social local, sendo incorporada como conduta social válida. A valentia era uma das formas possíveis de se resolver conflitos, sobretudo nos casos de honra.

A existência da escravidão contribuiu para que houvesse a banalização da violência. Os castigos imputados aos escravos faziam parte das cenas da vida cotidiana. Os castigos eram usuais e funcionavam de forma pedagógica, no intuito de intimidar os punidos. A presença dos castigos não deve ser vista como uma aceitação do escravo à violência que lhe era imposta. Escravos revidavam e partiam para o conflito, como visto.

A violência, a partir dos conflitos ou dos crimes, muitas vezes era o caminho percorrido pela população local, como forma de resolver questões, pendengas, sem a interferência do Estado. Não estamos com isso afirmando que a lei não era respeitada, e nem que a população local era propensa à criminalidade e à violência.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822). Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

ALMADA, Vilma Paraíso. **Estudos sobre a estrutura agrária e cafeeira no Espírito Santo**. Vitória: SPDC-UFES, 1993.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A geografia do crime**: violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ARAÚJO, Carlos Moreira de et al. **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2006.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **O povoamento do Espírito Santo**. Vitória: Obras Pavonianas, 1976.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. 2. ed, Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora da UNB. 2005. v. 1.

BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade**: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

BELLOTTI, Elena Gianini. **Educação para a submissão**: o descondicionamento da mulher. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

BELLUZZO, Ana Maria. A propósito d' O Brasil dos viajantes. **Revista da Universidade de São Paulo**, Dôssie dos viajantes, São Paulo, Universidade de São Paulo, jun./ago. 1996.

BENTIVOGLIO, Júlio César. **Os negócios do Império**: a política brasileira no início do Segundo Reinado (1840-1860). Catalão: Ufg, 2007.

BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX**: liberdade e dominação. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BIARD, Auguste-François. **Viagem à Província do Espírito Santo**. Vitória: Cultural-ES, 1986.

BRETAS, Marcos. **A guerra nas ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CALEIRO, Regina Célia Lima. A violência feminina e o cotidiano da escravidão. In: SILVA, Gilvan Ventura et al. (Org.). **História, mulher e poder**. Vitória: Edufes, 2006. p. 178-195.

CAMPOS, Adriana Pereira. Escravos é coisa de polícia? In: ENCONTRO REGIONAL DO CENTRO DE ESTUDOS DO OITOCENTOS, 2. 2004, Juiz de Fora. **ANAIS...** Juiz de Fora: ClioEdel, 2004. p. 124-142.

_____. Escravas infratoras: crime no Espírito Santo do Oitocentos. In: SILVA, Gilvan Ventura et al. (Org.). **História, mulher e poder**. Vitória: Edufes, 2003. p. 153-177.

_____. **Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo no século XIX**. 2003. 276 f. Tese (Doutorado em História Social)- Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CARVALHO, Enaile Flauzina. **Redes mercantis: a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1790-1821)**. Vitória: Secult, 2010.

CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 1998.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, Regina Hees. **Santa Maria de Jetibá: uma comunidade teuto-capixaba**. 1978. 167 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e História da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 1978.

CASTAN, Nicole et Yves. **Vivre ensemble: ordre et désordre em Languedoc (XVIIIe-XIXe siècle)**. Paris: Gallimard, 1981.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2002. 2 v.

CHALLOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

CLAUDIO, Afonso. **Insurreição do Queimado: episódios da história da Província do Espírito Santo**. Vitória: FCAA, 1979

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo: Difel, 1977.

COSTA, Luciana Osório. **A colônia de Rio Novo (1854-1880)**. 1981. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

CUNHA, Francisco Manoel da. Informação sobre a capitania ao ministro de Estado Antonio de Araujo e Azevedo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro: IHGB, 1842.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DEL PRIORE, Mary Lucy M. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio. 1993.

_____. **Histórias do cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2011

_____. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Mulheres sem história. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, p. 30-45, jan/jun. 1983.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origem do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

ELTON, Elmo. **Velhos templos de Vitória & outros temas capixabas**. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987. p. 24-25.

_____. **Logradouros de Vitória**. 2. ed. Vitória: Edufes; Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

ESPÍRITO SANTO. **Indicador ilustrado do Espírito Santo**. Vitória, 1908.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos**: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888). São Paulo: Unesp, 2005.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 19. Ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3. ed. São Paulo: Kairós Livraria, 1983.

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Multiplicidade, 2012.

FRANCO, Sebastião Pimentel. A produção acadêmico-científica sobre a história do Espírito Santo; uma breve retrospectiva. In: VILLAÇA, Adilson et al. (Org.). **Escritos do Espírito Santo**. Vitória: Secult, 2006. p. 203-213.

_____. Verso e reverso: a condição da mulher na comarca de Vitória a partir de autos criminais (1845-1865). In: CAMPOS, Adriana Pereira et al.(Org.) **A cidade à prova do tempo: vida cotidiana e relações de poder nos ambiente urbanos**. Vitória: GM Editora; Paris: Université Paris-Est, 2010. p. 175-197.

_____. **Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República**. 2001. 295 f. Tese (Doutorado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. A instrução feminina na visão dos presidentes da Província do Espírito Santo (1845-1888). In: FRANCO, Sebastião Pimentel; SÁ, Nicanor Palhares (Org.). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**. Vitória: Edufes, 2011. p. 85-122.

_____. Revelando o cotidiano da Comarca de Vitória a partir dos autos criminais (1843-1871). No prelo.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanos no século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro-século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p. 236.

GRAF, Maria Elisa de Campos. **Nos bastidores da escravidão: convivência e conflito no Brasil colonial**. In: SILVA, op. cit. p. 90-104.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.

GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vêneto e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravismo e rebeldia escrava: quilombos nas Minas Gerais do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 324- 338.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ISMÉRIO, Clarice. **Mulher: moral e o imaginário (1889-1930)**. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. **No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-18880)**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

JESUS, Aloisia Delurde Reali. **De porta adentro a porta afora: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871)**. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras: mulheres vadias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LONDOÑO, Fernando Torres. **El concubinato y La iglesia em El Brasil colonial**. São Paulo: CEDHAL/USP, 1988. p. 35 -49.

_____. **A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LOPES, Almerinda da Silva. **Albert Richard Dietze: um fotógrafo alemão no Brasil do século XIX**. Vitória: Gráfica e Editora A1, 2003.

LOPES, Eliane Cristina. **O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII**. São Paulo: Annablume, 1998.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACHADO NETO, Zahide. **Direito penal e estrutura social: comentário sociológico ao Código Criminal de 1830**. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1977

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Editora Siciliano, 19995.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população**. São Paulo: Edusp, 1974.

MATOS, TÁCILA Aparecida. **Donzelas e feridas: estudo do cotidiano violento feminino a partir das correspondências policiais (1841-1871)**. Monografia (Curso de História)- Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru: Edusc, 2002.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil, século XIX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTEDI, José Carlos. **História da Imprensa Oficial do Espírito Santo**. Vitória:[s.n], 2005. p. 12-13.

MERGÁR, Arion. **A representação do gênero feminino nos autos criminais na Província do Espírito Santo (1853-1870)**. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

MERGÁR, Eucélia Maria Agrizzi. **Repartição da competência tributária no Império e seus efeitos na Província do Espírito Santo (1836-1850)**. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. **O nó e o ninho: estudo sobre família escrava no Espírito Santo, 1800-1871**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884): contribuição ao estudo da assistência no Brasil**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

MORAES, Ormando. **Por serras e vales do Espírito Santo: a epopéia das tropas e tropeiros**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1984.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém**: relações sociais e experiências da urbanização em São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais**: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIXÃO, Antonio Luiz. Crime e criminosos em Belo Horizonte (1932-1978). In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-44

PEDRO, Joana Maria. Processos judiciais como fonte histórica: a concretude e o uso. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais....** São Paulo: ANPUH, 2011.

PERROT, Michele. **As mulheres e o silêncio da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência**: a vida dos trabalhadores pobres na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: Edusp, 1994.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor**: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830- 1888). São Paulo: Annablume, 2003.

PRADO, Maria Lígia. **A formação das nações latino-americanas**. 2. ed. São Paulo: Editora Atual, 2006.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS FILHO, Nestor Goulart; BRUNA, Paulo; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001

RESENDE, Edna Maria. **Entre a solidariedade e a violência**: valores, comportamentos e a lei em São João Del-Rei, 1840-1860. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig; Barbacena: Unipac, 2008.

RESENDE, Fernanda Mendes. Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **História da política educacional em Minas Gerais no século XIX**: os relatórios dos presidentes de província.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Campinas/SP: Editora Autores Associados. N. 2, p. 79-115, jul./dez. 2001.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. **Enlaces e desenlaces**: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871). 2012. 200 f. Dissertação(Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ROCHA, Levy. **Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado da Educação. 2008.

_____. **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro. 1972.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2000.

RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir à história: até o ano de 1817 e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil**. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SALETTI, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: Edufes, 1996.

SAMARA, Eni Mesquita de. **A família brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX**. Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SANTOS, Ocerlan Ferreira; NASCIMENTO, Washington Santos. **Dimensões da vida escrava na Imperial Vila da Victoria nos últimos anos da escravidão (1870-1888)**. **Politéia: História e Sociedade**. Vitória da Conquista - Bahia: Editora Uesb, v. 10, n. 1, p. 107-130, 2010.

SATO, Maria Cristina Martinez. **Pobreza e conflito (1860-1935)**. São Paulo: Annablume, 2001.

SCHWAB, Affonso; FREIRE, Mário Aristides. **A irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SCÓLFORO, Jória Motta. **O último grão de areia na ampulheta da vida: poder, política e falecimentos nos periódicos “Correio da Victoria”, “Jornal da Victoria” e “O Espírito-Santense”**. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 273-313.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA Mariel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: Edusp, 1984.

SIMÕES, Regina Helena Silva et al. A gênese, a implantação e a consolidação da Escola Normal no Espírito Santo. In: ARAÚJO, José Carlos et al. (Org.). **As escolas normais no Brasil: do Império a República**. Campinas-SP: Alínea, 2008. p. 177-190.

SIQUEIRA, Francisco Antunes. **Memórias do passado: a Vitória através de meio século**. Vitória: Flor&Cultura, 1999.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. Entre as urnas e as baionetas: as eleições na Província do Espírito Santo. 2008. Mimeografado.

SLEMIAN, Andréa. À nação independente, um novo ordenamento jurídico: a criação dos Códigos criminal e do Processo penal na primeira década do Império do Brasil. In: RIBEIRO, Gladys Sabino (Org.). **Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1930)**. São Paulo: Alameda, 2009.

SOARES, Geraldo Antonio. Cotidiano, sociabilidade e conflito no final do século XIX. **Dimensões: Revista de História da Ufes**, Vitória: PPGHIS/CCHN, n. 16, p. 57-80, 2004.

_____. Os limites da ordem: respostas à ação da polícia em Vitória ao final do século XIX. **Topoi- Revista de História**, v. 11, n. 19, p. 112-132, jul./dez. 2009.

SOIHET, Rachel. **Vivência e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Alinaldo Faria de. **Entre a reclusão e o enfrentamento: a realidade da condição feminina no Espírito Santo a partir de autos criminais (1845-1870): desmistificando estereótipos**. 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

TRIGO, Maria Helena Breno. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (Org.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994.

TSCHUDI, Johann Von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século 19**. Bauru/SP: Edusc; São Paulo: Anpocs, 2004.

_____. Projeto Fórum Documenta: breve reflexões sobre uma experiência e preservação, pesquisa e divulgação de acervos judiciais. In: RIBEIRO, Gladys Sabina et al. (Org.).

Diálogos entre direito e história: cidadania e justiça. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 239-256.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília/Distrito Federal: Editora da Unb, 1999.

WILBERFORCE, Eduard. **Inglês na costa:** impressão de um aspirante da marinha sobre o Espírito Santo em 1851. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; Academia Espírito-Santense de Letras, 1989.

WIED-NEUWIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil.** São Paulo: Nacional, 1940.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas:** escravos e forros em São Paulo (1850-1888). São Paulo: Hucitec/ USP, 1998.

ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 123-146, mar./ago. 1995.

Fontes Manuscritas

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 16, Caixa 650. Ano de 1850.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 17, Caixa 650. Ano de 1850.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 2, Caixa 645. Ano de 1852.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 645. Ano de 1852.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 645. Ano de 1852.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 653. Ano de 1853.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 646. Ano de 1853.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 647. Ano de 1853.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 646. Ano de 1853.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 662. Ano de 1854.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 647. Ano de 1854.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 12, Caixa 646. Ano de 1854.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 647. Ano de 1855.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 16, Caixa 648. Ano de 1855.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 17, Caixa 648. Ano de 1856.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 7, Caixa 647. Ano de 1856.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 8, Caixa 649. Ano de 1857.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 650. Ano de 1857.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 650. Ano de 1857.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 29, Caixa 654. Ano de 1857.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 649. Ano de 1857.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 647. Ano de 1857.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 17, Caixa 650. Ano de 1858.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 651. Ano de 1858.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 658. Ano de 1858.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 654. Ano de 1858.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 16, Caixa 650. Ano de 1858.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 13, Caixa 658. Ano de 1858.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 7, Caixa 650. Ano de 1858.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 23, Caixa 650. Ano de 1858.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 4, Caixa 651. Ano de 1858.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 10, Caixa 653. Ano de 1859.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 12, Cx. 652. Ano de 1859.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 653. Ano de 1859.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 3, Caixa 652. Ano de 1859.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 4, Caixa 652. Ano de 1859.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 12, Caixa 653. Ano de 1859.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 652. Ano de 1859.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 652. Ano de 1859.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 7, Caixa 652. Ano de 1859.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 654. Ano de 1860.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 654. Ano de 1860.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 10, Caixa 654. Ano de 1860.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 22, Caixa 654. Ano de 1860.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 26, Caixa 654. Ano de 1860.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 17, Caixa 654. Ano de 1860.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 28, Caixa 654. Ano de 1860.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 10, Caixa 656. Ano de 1861.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 8, Caixa 656. Ano de 1861.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 9, Caixa 658. Ano de 1862.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 652. Ano de 1863.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 21, Caixa 657. Ano de 1863.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 658. Ano de 1863.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 657. Ano de 1863.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 6, Caixa 657. Ano de 1863.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 26, Caixa 657. Ano de 1863.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 12, Caixa 658. Ano de 1864.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 18, Caixa 659. Ano de 1864.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 7, Caixa 659. Ano de 1864.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 9, Caixa 654. Ano de 1864.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 659. Ano de 1864.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 1, Caixa 654. Ano de 1865.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 7, Caixa 650. Ano de 1866.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 11, Caixa 654. Ano de 1866.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 7, Caixa 654. Ano de 1866.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 10, Caixa. Ano de 1869.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Auto 5, Caixa 662. Ano de 1870.

Fontes Impressas

BRASIL. Código de Processo Criminal de Primeira Instância do Império do Brasil. 1841.

FALLA com que o Exmo. Presidente da Provincia do Espirito Santo José Joaquim Machado d'Oliveira abriu a Assembleia Legislativa Provincial, no dia 1º de abril de 1841. Rio de Janeiro: Typographia Nacional 1841.

FALLA com que abriu a segunda sessão ordinária da quarta legislatura da Assembléa Legislativa Provincial de Alagoas, o Exm. presidente da mesma Província, Caetano Silvestre da Silva, em 2 de fevereiro de 1843. Recife: Typographia de Santos & Comp, 1843.

FALLA que o presidente da província de Santa Catharina, o marechal de Campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigiu a Assembléa Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária em 1º de março de 1843. Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1843.

DISCURSO recitado pelo Exm. presidente, Manoel Felizardo de Souza Mello, no dia 07 de janeiro de 1844, por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial da província de São Paulo. São Paulo: Typographia do Governo, 1844.

RELATORIO do Exm. presidente e Commandante de Armas da províncias do Ceará, o brigadeiro José Maria da Silva Bittancourt, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1844. Ceará: Typographia Cearense de J. P. Machado, 1844.

RELATORIO do presidente da província do Rio de Janeiro, o visconde de Vila Real da Praia Grande, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1845. Rio de Janeiro: Typographia do Diario de N. L. Vianna, 1845.

FALLA dirigida a Assembléa Legislativa da Provincia do Espírito Santo, na abertura da sessão ordinária do anno de 1846, pelo Exm. vice-presidente da mesma provincia, Joaquim Marcelino da Silva Lima. Vitoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1846.

RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa provincial de Pernambuco, na sessão ordinária de 1846, pelo Exc. Presidente da mesma província, Antonio Pinto Chichorro da Gama. Pernambuco: Typographia Imparcial, 1846

RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, pelo presidente da mesma Província, o tenente coronel, Frederico Carneiro de Campos, em maio de 1846. Pernambuco: Typographia Imparcial, 1846.

DISCURSO apresentado pelo illstrissimo e excellentissimo senhor doutor Cazemiro José de Soares Sarmento, presidente da Província do Rio Grande do Norte, na abertura da segunda sessão da sexta legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 7 de setembro de 1847. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1847.

RELATORIO do presidente da província de São Pedro do Rio Rio Grande do Sul, o senador Conselheiro Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 5 de setembro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1847 a 1848. Poro Alegre: Typographia de Argos, 1847.

FALLA que recitou o presidente da província da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, n'a abertura da Assembléa Legislativa da mesma província em 25 de março de 1848. Bahia: Typographia de João Alves Portella, 1848.

FALLA dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais, na sessão ordinária do anno de 1840 pelo presidente da província Bernardino José de Queiroga. Ouro Preto: Typographia Social, 1848.

RELATORIO com que o vice-presidente da Provincia do Espirito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, entegou a presidencia a Antonio Pereira Pinto em 1º de agosto de 1848. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo. 1849.

RELATORIO com que Felipe José Pereira leal, Presidente da Província do Espirito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléa Legislativa, no dia 25 de julho de 1850. Vitória: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo. 1850.

RELATORIO com que o Exm. Senhor Filippe José Pereira Leal, presidente da Provincia do Espirito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléa Legislativa, no dia 23 de maio do corrente anno. Victori: Typographia Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1851.

RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa provincial de Goyaz na sessão ordinária de 1851, pelo Exm. presidente da mesma província, Dr. Antonio Joaquim da Silva Gomes. Goyaz: Typographia Provincial, 1851.

RELATÓRIO que o Exm. Presidente da Província do Espirito Santo, o Bacharel José Bonifácio Nascentes d'Azambuja, dirigiu à Assembléa Legislativa da mesma Província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852. Victoria: Typographia Capitaniense de P.A. d'Azeredo. 1852.

RELATORIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe, na abertura de sua sessão ordinária no dia 8 de março de 1852, pelo Exc. Sr. presidente da Provincia Dr. José Antonio de Oliveira Silva. Sergipe: Typographia Provincial, 1852.

FALLA dirgida à Assembléa Legislativa da província do Amazonas, na abertura da primeira sessão ordinária da primeira legislatura pelo Exm. o vice-presidente da mesma província, o Dr. Manoel Gomes Correa de Miranda, em 5 de setembro de 1852. Capital do Amazonas: Typographia de M. da S. Ramos, 1852.

RELATORIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Excellentissimo presidente da província, o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 3 de maio de 1852. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa, 1852.

RELATORIO do presidente da Província de são Pedro do Rio Grande do Sul, João Luis Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1853.

RELATÓRIO que o Exm. Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo, o Dr. Evaristo Ladislau e Silva, dirigiu à Assembléa Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 24 de maio de 1853. Victoria: Typographia Capitaniense de P.A d'Azeredo. 1853.

RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais, na sessão ordinária de 1853, pelo Dr. Luiz Antonio Barboza, presidente da mesma província. Ouro Preto: Typographia Bom Senso, 1853.

RELATORIO que o Exm. Sr. Dr. Francisco Mariani, presidente desta província apresentou o Provedor da Fazenda, Felipe Antonio Cardoso de Santa Cruz, em virtude do artigo 59 da Lei nº 22 de 2 de agosto de 1852. Goyaz: Typographia Provincial, 1853.

RELATORIO do presidente de provincia, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 1º de março de 1846, acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno financeiro de 1846 a 1847. Nictheroy: Typographia Amaral & Irmão, 1853.

RELATORIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 8ª legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario d'Estado Visconde de Mont'Alegre. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853.

FALLA que o presidente da província de Santa Catarina, o Exm. Sr. dr. João José Coutinho, dirigio à Assembléa Legislativa da mesma província por ocasião da abertura de sua sessão ordinaria em 1º de março de 1853. Cidade do Desterro: Typographia do Conservador, 1853.

RELATORIO do presidente de Província de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854. Cuiaba: Typographia do Echo Cuiabano, 1854;.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr.Dr. Sebastião Machado Nunes, Presidente da Provincia do Espirito Santo, abriu a sessão ordinaria da respectiva Assembléa Legislativa, no dia 25 de maio de 1854. Victoria: Typographia Capitaniense de P.A. d'Azeredo. 1854.

RELATORIO de presidente de província de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854. Cuiaba: Typographia do Echo Cuiabano, 1854.

RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco, na abertura da sessão ordinária de 1855, pelo Exm. Sr. conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, presidente da mesma província. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1855.

DISCURSO com que o Illustrissimo e Excellentissimo Sr. Dr. Antonio Roberto d'Almeida, vice-presidente da Província de São Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial, no dia 15 de fevereiro de 1856. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro, 1856.

RELATORIO com que o Barão do Itapemirim Primeiro Vice-Presidente da Província do Espirito Santo apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1857. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A d'Azeredo, 1857.

FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária do anno de 1856, pelo Excellentissimo presidente da mesma província, o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos e &, 1857.

RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa da Província do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 12ª legislatura pelo vice-presidente João Manoel Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

DISCURSO feito pelo vice-presidente da Província do Paraná, na abertura da Assembléa Legislativa provincial em 7 de janeiro de 1857. Curityba: Typographia Parananese de C. m. Lopes, 1857.

RELATORIO lido pelo Exm. Sr. vice-presidente da Província Dr. Ambrosio Leite da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da 9ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 15 de agosto de 1858. Pará: Typographia Commercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1858.

FALLA recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia, pelo presidente da província Dr. Francisco Xavier Paes Barreto em 15 de fevereiro de 1859. Bahia: Typographia de Antonio Olavo de França Guerra, 1859.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro, entregou a administração da Província do Espirito Santo, ao Exm. Sr. coronel Dionysio Alvaro Rozendo, no dia 8 de junho de 1860. Victoria: Typographia do Correio da Victoria, 1860.

RELATORIO apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Amazonas, pelo Exm. Sr. Dr. Manoel Clementino Carreiro da Cunha, presidente da mesma província, na sessão ordinária de 3 de maio de 1862. Para: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

RELATORIO apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira, no dia 15 de fevereiro de 1862. Coritiba: Typographia do Correio Official, 1862.

RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 2ª sessão da décima quinta legislatura no dia 1º de outubro de 1863, pelo presidente da mesma província Dr. Polycarpo Lopes de Leão. Typographia do Correio Mercantil, 1863.

RELATORIO apresentado na abertura da Assembléa Legislativa provincial em 1º de março de 1863, pelo Excellentissimo Sr. Dr. João Silveira de Souza, presidente da província de Pernambuco. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria & Filho, 1863.

RELATÓRIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Espirito Santo, no dia da abertura da sessão ordinária de 1864, pelo 1º vice-presidente, Dr. Eduardo Pindahyba de Mattos. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo. 1864.

RELATORIO que o presidente da província o conselheiro Dr. Vicente Pires da Motta, apresentou à Assembléa Legislativa Provincial na sessão do anno de 1864. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1864.

RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais, na abertura da sessão extraordinária de 1863, pelo Dr. Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da mesma província. Ouro Preto: Typographia do Minas Geraes, 1864.

RELATORIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Exm. o Conselheiro Herculano Ferreira Pena, em 3 de maio de 1863. Cuiabá: Typographia do Mato Grosso, 1864.

RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais, na abertura da sessão extraordinária de 1863, pelo Dr. Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da mesma província. Ouro Preto: Typographia do Minas Geraes, 1864.

FALLA dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Alagoas no dia 5 de maio de 1865, pelo Exm. Sr. Desembargador João Baptista Gonçalves Campos, presidente da Província. Maceio: Typographia Progressista, 1865.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, no dia da abertura da sessão ordinária, pelo presidente José Joaquim do Carmo. Victoria: Typographia do Jornal da Victoria, 1865.

RELATORIO com que foi aberta a 2ª sessão da 14ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe, pelo presidente Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça, no dia 4 de março de 1863. Sergipe: Typographia Provincial, 1865.

RELATORIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na sessão ordinária de 1º de março, e falla dirigida a mesma Assembléa na sessão extraordinária de 21 de junho pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no anno de 1866. Desterro: Typographia di Jornal Mercantil, 1866.

FALLA com que o vice-presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha, abriu a 1ª sessão da 12ª legislatura da Assembléa Legislativa provincial em 3 de novembro de 1866. Poro Alegre: Typographia do Rio Grandense, 1866.

RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe no dia 2 de março de 1868, pelo Exc. Sr. presidente, Dr. Antonio de Araujo d'Aragão. Aracaju: Typographia do Jornal de Sergipe, 1868.

RELATORIO com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembléa Legislativa Provincial pelo Exm. Dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio, presidente da Província, no anno de 1868. Victoria: Typographia do Jornal da Victoria, 1868.

RELATÓRIO com que foi aberta a sessão ordinária da Assembléa Legislativa da Província do Espírito Santo, pelo Exm. Sr. presidente, Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro, no anno de 1868. Victoria: Typographia do Correio da Victoria, 1869.

RELATORIO que a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou no acto de abertura da sessão ordinária de 1871, o vice-presidente Francisco Leite da Costa Belini. Ouro Preto: Typographia J. F. Paula Castro, 1871.

RELATORIO apresentado na Assembléa Legislativa Provincial do amazonas, na abertura das sessões ordinárias de 1872, pelo presidente José de Miranda da Silva Reis. Manaos: Typographia do amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1871.

RELATORIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na primeira sessão da 18ª legislatura em 15 de fevereiro de 1872, pelo presidente da Província, Dr. Abel Graça. Pará: Typographia do Gram-Pará, 1872.

RELATORIO com que o Exm. Sr. presidente, Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa, abriu a 1ª sessão da 10ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Paraná, no dia 15 de fevereiro de 1872. Curityba: Typographia da Viúva & Filhos de C.M. Lopes, 1872.

FALLA com que o Excellentissimo Sr. Dezembargador João Antonio Freitas Henriques, abriu a 1ª sessão da 19ª legislatura da Assembléa Provincial da Bahia, em 1º de março de 1872. Bahia: Typographia do Correio da Bahia, 1872.

RELATORIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima nona legislatura, no dia 29 de julho de 1872, pelo presidente Conselheiro Josias do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1872.

Periódicos.

Jornal Correio da Victoria, 11 de abril de 1849.

Jornal Correio da Victoria, 15 de março de 1856.

Jornal Correio da Victoria, 6 de fevereiro de 1856.

Jornal Correio da Victoria, 20 de fevereiro de 1856.

Jornal o Monarchista, de 14 de abril de 1864.